



Guia

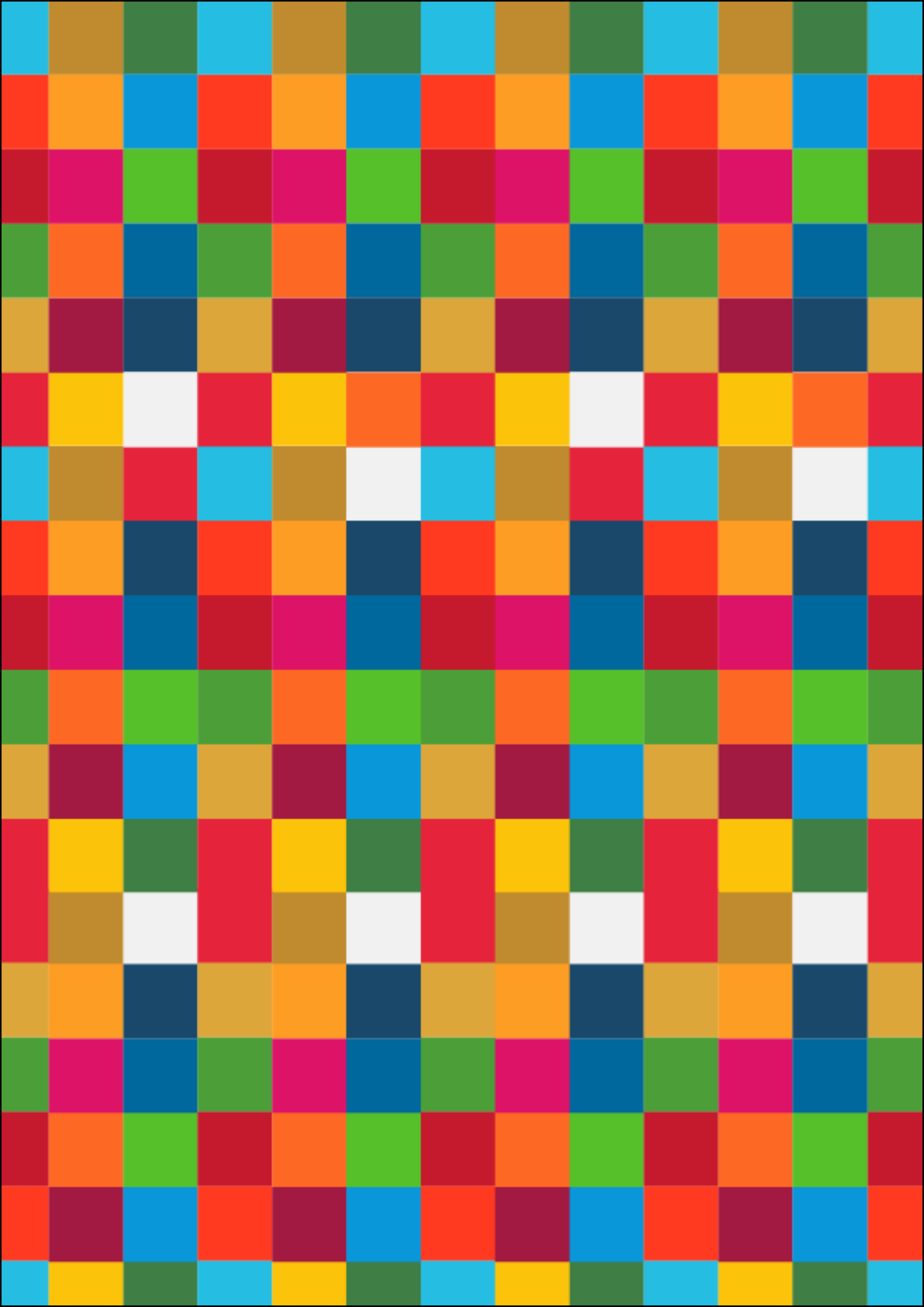
Agenda 2030

Integrando ODS, Educação e Sociedade

Editores:

Prof^a Dr^a. Raquel Cabral
(Universidade Estadual Paulista, Unesp)

Prof. Dr. Thiago Gehre
(Universidade de Brasília, UnB)



Guia

Agenda 2030

Integrando ODS, Educação e Sociedade

Este guia integra o Projeto “Unesp 2020: integrando ciência, diversidade e cultura da não-violência no campus de Bauru-SP” financiado pelo Convênio Unesp/Santander em parceria entre a Universidade Estadual Paulista e Universidade de Brasília.

Coordenação:

Prof^a Dr^a. Raquel Cabral (Universidade Estadual Paulista, Unesp)

Prof. Dr. Thiago Gehre (Universidade de Brasília, UnB)

Fomento:



Realização:



A UnB quem faz
é a gente





CPE
Comissão Permanente de Ensino
FAAC / UNESP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guia agenda 2030 [livro eletrônico] : integrando ODS, educação e sociedade / organização Raquel Cabral , Thiago Gehre ; ilustração Lucas Fúrio Melara. -- 1. ed. -- São Paulo : Lucas Fúrio Melara : Raquel Cabral, 2020.

PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-00-14287-7

1. Ciência política 2. Educação 3. Desenvolvimento sustentável 4. Globalização 5. Sociedade I. Cabral, Raquel. II. Gehre, Thiago. III. Melara, Lucas Fúrio. IV. Título.

20-52567

CDD-303.483

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento sustentável : Ciência e ética : Mudanças sociais : Sociologia 303.483

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129





Guia

Agenda 2030

Coordenação e Organizadores:

Profª Drª. Raquel Cabral
(Universidade Estadual Paulista, Unesp)

Prof. Dr. Thiago Gehre
(Universidade de Brasília, UnB)

Equipe Técnico-Científica ODS:

1. Yara Martinelli
2. Nathália Mamede e Maria Luiza Barreto
3. Natasha Andrade
4. Isadora Pinhabe
5. Lucília Gabriel e Raquel Dib
6. João Gabriel Resende
7. Raquel Dib
8. Cíntia Lucena
9. Raquel Dib
10. Ana Luísa Vitali e Marina Soares
11. Luana Araújo
12. Raquel Dib
13. Ana Vitória Remígio
14. Raquel Dib
15. Luiza Sousa
16. Isabelle Santos
17. Emily Barbora e Thiago Gehre Galvão
18. Vinícius Alves Faria
19. Maria Victória Venâncio
20. Raquel Dib
21. Cíntia Lucena e Alane Beatriz Gonçalves Cardoso

Revisão: Isadora Pinhabe

Identidade, Produção de Conteúdo e Projeto Gráfico: Lucas Fúrio Melara

Iconografia dos ODS 18 e ODS 19: Lucas Fúrio Melara

Revisão Final: Raquel Cabral e Thiago Gehre

Novembro de 2020





Agradecimento aos Especialistas

Ana Paula Antunes
Programa de Pós-graduação do CEAM da Universidade de Brasília

Claudio Fernandes
GT Sociedade Civil Agenda 2030

Cristina Inoue
Instituto de Relações Internacionais (IREL/UnB)

Fabiana Kent
Visão Mundial

Guilherme Cecco
Instituto de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IDS)

Henrique Menezes Zeferino
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Juarez Tadeu de Paula Xavier
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Leonardo Evangelista Moraes
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

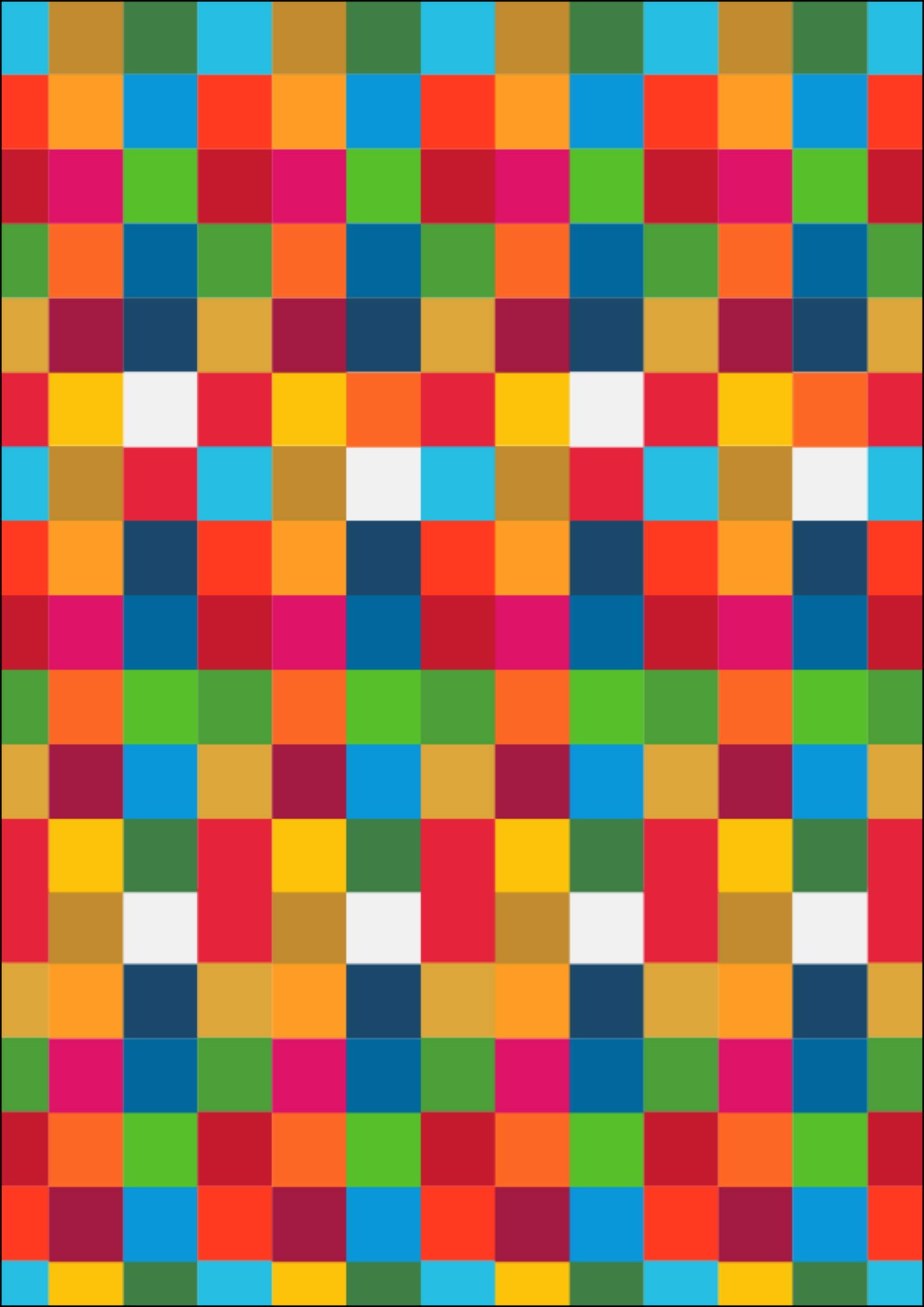
Richarlls Martins
Rede Brasileira de População e Desenvolvimento (REBRAPD)

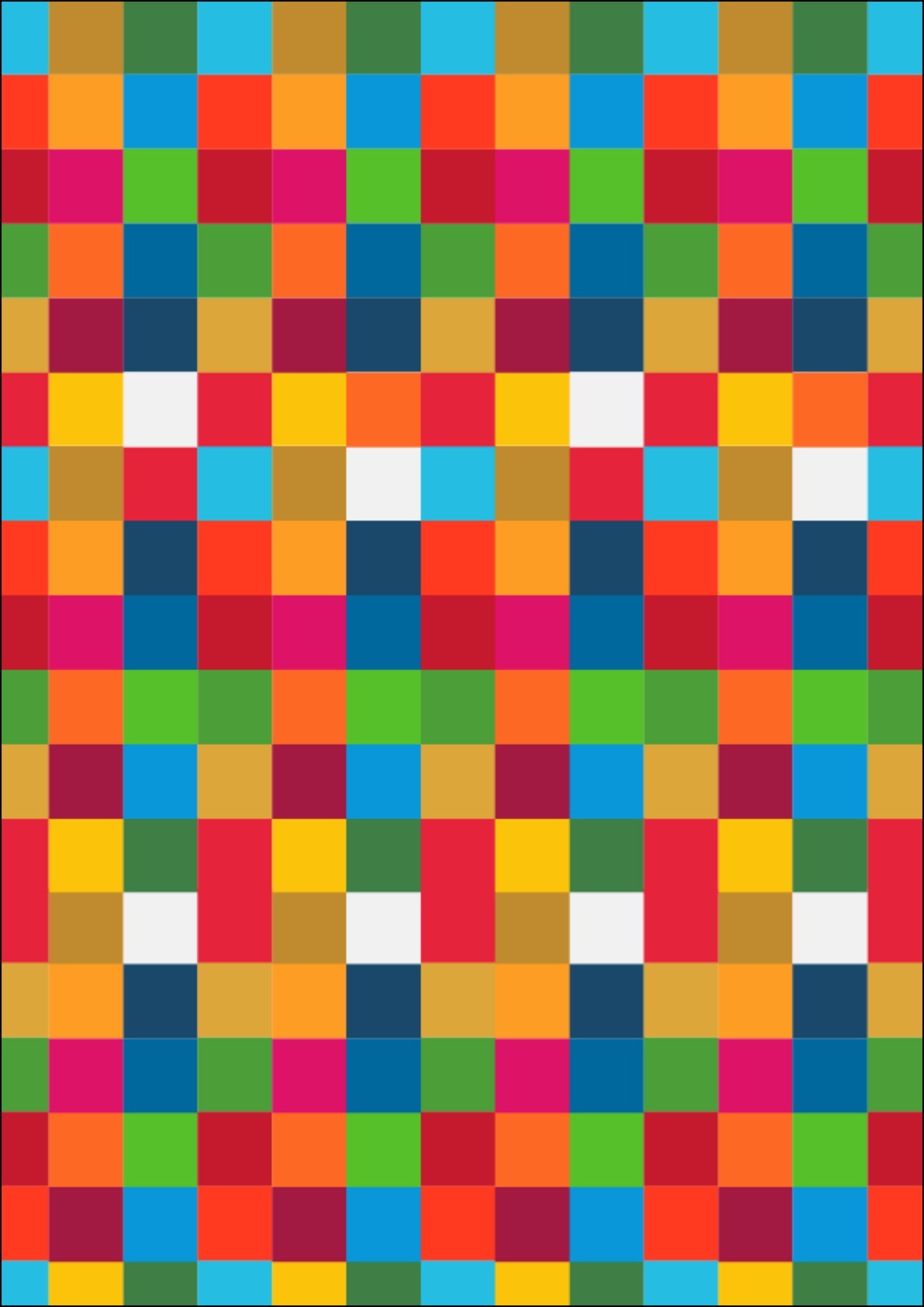
Rodolfo Dourado Maia Gomes
International Energy Initiative (IEI Brasil)

Tânia Dornellas
Forum Nacional de Proteção e Erradicação Trabalho Infantil (FNPETI)

Thiago Lima
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)









Apresentação

É com muita alegria que apresentamos o **Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade**, um material de inestimável valor educativo, comunicacional e de compromisso político com a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Especialmente neste momento em que os esforços globais tendem a articular iniciativas para promover a implementação da Agenda 2030, é fundamental que nossas instituições empreendam estratégias para engajar educadores, pesquisadores, estudantes, gestores públicos e sociedade civil de modo a oferecer uma oportunidade de compreensão dos 17 ODS e suas 169 metas, além de outros temas que clamam por sua inclusão na Agenda, como veremos neste guia.

Nessa dimensão, o envolvimento da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em um projeto que integra a perspectiva de uma Rede de Universidades 2030, revela o compromisso de nossa instituição pública de ensino com os esforços globais de engajamento para a Agenda 2030, reconhecendo o valor da extensão universitária articulada com o ensino e a pesquisa como meio para sua implementação. Com isso, acreditamos que este guia colabora com o processo de inserção curricular da extensão, uma vez que também apresenta ações práticas desenvolvidas em universidades brasileiras envolvendo os ODS no ensino, pesquisa e extensão, e que contribuem para a territorialização da Agenda 2030 e com o processo de internacionalização de nossas instituições de ensino.

Diante dos desafios atuais nos quais a ciência vem buscando respostas para as demandas mais urgentes do nosso tempo, é fundamental contarmos com o engajamento de redes de apoio e cooperação para viabilizar soluções criativas, inovadoras e sensíveis para o desenvolvimento sustentável e humano. Por essa razão, agradecemos ao Convênio Unesp/Santander, que tornou possível esta fundamental iniciativa de divulgação científica, estratégia educativa e compromisso social, e à toda equipe envolvida no projeto mediante a parceria entre Unesp e UnB.

Esperamos que este guia, efetivamente, possa ser um instrumento de gestão e intervenção social articulando ODS, educação e sociedade.

Prof^a Dra. Cleópatra Planeta
Pró-reitora de Extensão Universitária e Cultura
Universidade Estadual Paulista (Unesp)





Prefácio: Educação como vetor da Agenda 2030

A Agenda 2030 tem sido uma das grandes propostas globais de responsabilização e compromisso com nossas sociedades atuais e com as futuras gerações que habitarão este planeta. Ao mesmo tempo, ela representa o amadurecimento de diversas ações que foram desenvolvidas ao longo das últimas décadas por parte de instituições do mundo todo, em especial, pela própria ONU.

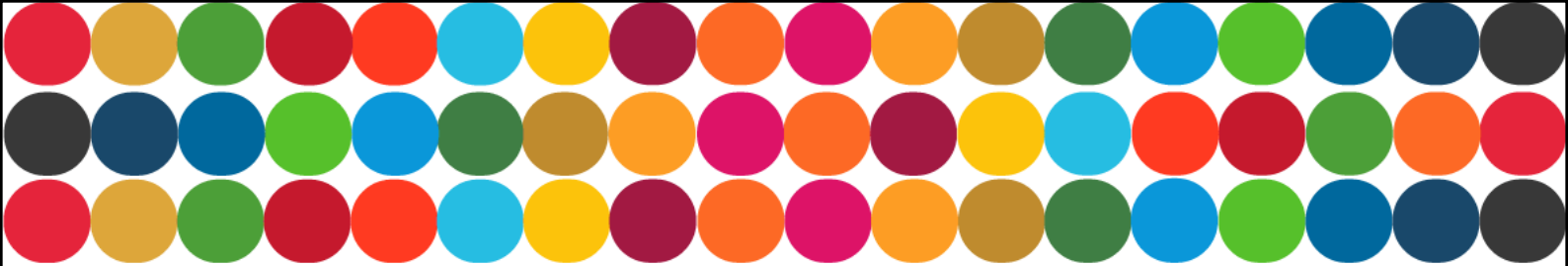
Entre as muitas propostas de impacto global empreendidas, podemos recordar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passando por iniciativas revolucionárias, como a Carta da Terra e a ECO-92, também pela Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), para chegarmos hoje a este importante marco pautado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que neste guia é complementado com a proposta corajosa e necessária de três novos ODS que visibilizam a realidade brasileira. Os debates que se produzem a partir das muitas intersecções entre a agenda e as diversas demandas sociais atuais recaem sobre um relevante vetor de sustentação da ação para a mudança global e local que é a educação. Nossas universidades e instituições de ensino de todos os âmbitos educacionais, além de entidades, institutos e fundações para a pesquisa científica, têm papel essencial para a consecução da Agenda 2030.

Acreditamos que as maiores transformações sociais, políticas, tecnológicas ou culturais se dão a partir do momento em que a educação passa a ser uma diretriz fundamental para o desenvolvimento das sociedades. Nós, da Faculdade de Arquitetura, Artes, e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), no câmpus de Bauru, Brasil, compreendemos a ampla relevância deste Guia Agenda 2030 – integrando ODS, educação e sociedade, que oferece múltiplas possibilidades para se pensar a educação em diversos âmbitos, mas em especial nas universidades, como vetores propulsores do desenvolvimento sustentável que efetivamente possam impactar as realidades nas quais estão inseridas e também aprender com elas.

Agradecemos à Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEX) da Unesp e ao Convênio Unesp/Santander pela oportunidade de viabilizar este guia de apoio à educação para territorialização da Agenda 2030 e a integralização da extensão universitária no ensino superior. Nossos agradecimentos também à parceria Unesp e Universidade de Brasília (UnB) que tornou este projeto possível. Estamos certas e certos de que o trabalho coletivo em redes de apoio e parcerias institucionais envolvendo universidades, rede pública e privada de ensino infantil, fundamental, médio e técnico-profissional, instituições de pesquisa e fomento à ciência, além de gestores públicos é essencial para a consecução das metas globais pautadas pelos ODS.

Prof. Dr. Marcelo Carbone (Diretor FAAC)
Prof^a Dra. Fernanda Henriques (Vice-Diretora FAAC)
Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier
(Assessor PROEX Unesp)
Universidade Estadual Paulista (Unesp)






A integralização da extensão nos currículos de graduação e os ODS

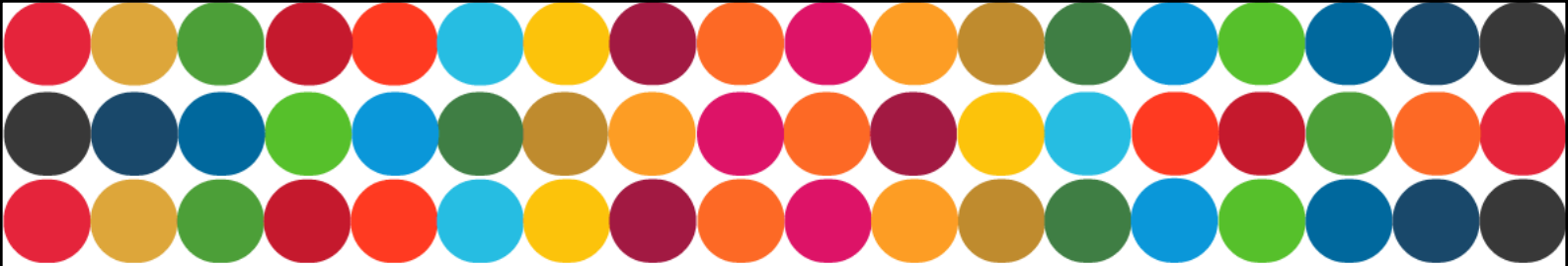
“Pensar o Brasil como problema. Esta é a tarefa da Universidade de Brasília. Para isso ela foi concebida e criada. Este é o desafio que hoje, agora e sempre ela enfrentará”
(Darcy Ribeiro. Universidade Para Quê?)

Com a publicação da Resolução 7 do CNE/2018, estabelecem-se as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ao regulamentar a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), esta resolução desafia a educação superior a se fazer verdadeiramente democrática, vinculada ao território e em diálogo com as necessidades da sociedade, pois a Extensão Universitária é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”(BRASIL, CES/CNE 2018).

As atividades extensionistas, em grande medida, respondem por estimular na universidade a compreensão de que ela não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado que, a seu critério, será estendido à sociedade; ao contrário, impõem a necessidade de diálogos permanentes que oportunizem o compartilhamento de conhecimentos e saberes entre os envolvidos de maneira que dessa interação resultem impactos sobre a sociedade e a universidade. A implementação dessa relação dialógica proporciona transformações fundamentais na forma como o processo acadêmico é desenvolvido. Estimula a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade, articula a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão de forma a oportunizar a ruptura com a fragmentação da estrutura disciplinar e impacta a formação do estudante. Nesse sentido, consolida o processo de produção de conhecimento no qual os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) encontram terreno fértil para aspirações e práticas que podem alavancar a construção de uma “Universidade Cidadã” baseada numa concepção dialógica (academia-sociedade) e comprometida com a transformação social.

Gestores e colegas, a integralização da extensão nos currículos de graduação, definida na legislação, expressa um processo político construído historicamente com vistas à mobilização da educação superior para a transformação da realidade. Neste caso, destacamos que o papel da extensão é de indução de iniciativas acadêmicas que fortaleçam a democracia e a luta pela superação das profundas desigualdades que marcam a realidade brasileira. Entretanto, não se pode perder de vista que a política educacional guarda profunda identidade com a lógica social e econômica vigentes e como vivemos em uma sociedade de classes, concentradora da renda, estruturalmente marcada pela desigualdade que se retroalimenta pelo racismo e pela cultura do patriarcado, essas concepções também permeiam a forma como a educação se organiza,





daí depreende-se que, integrada aos currículos dos cursos por meio das atividades de extensão universitária, a Agenda 2030 e os ODS podem servir ao propósito de inovar as práticas pedagógicas, estimular a ruptura com a fragmentação do conhecimento e redirecionar pela crítica, a busca da descolonização da educação, da desnaturalização da realidade de opressão. Pois, ao contrário de apenas reproduzir o que diz a Agenda 2030 em termos de objetivos, metas e indicadores, o ponto de partida crítico e a lógica interdisciplinar da universidade permitem que façamos uma verdadeira tradução dos ODS para nossos territórios e suas demandas mediante a materialização de necessidades em ações práticas. A agenda 2030 permite que programas e projetos sejam pensados transversalmente, aproveitando-se as sinergias entre os 17 ODS, ao mesmo tempo em que possam ser desenhados interinstitucionalmente para consolidar uma rede de extensão universitária.

Neste contexto, a Agenda 2030 e os ODS, pela transversalidade que os caracterizam, pelas temáticas que abordam estreitamente vinculadas às necessidades mais prementes da sociedade, especialmente dos setores menos favorecidos, historicamente alijados do acesso aos bens produzidos socialmente, instigam as universidades a reforçarem a concepção dialógica da extensão universitária e ao o cumprimento de sua função social como instituição pública. Nessa perspectiva, a universidade se posiciona para a produção de conhecimentos que, como destacado por Darcy Ribeiro, devem problematizar a realidade e estar em sintonia com as respostas demandadas pela sociedade às principais questões que a afligem e que sejam fundamentos para um desenvolvimento social cujo foco sejam as pessoas e as suas necessidades. A sinergia entre os diferentes ODS, quando articulada por meio de projetos e outras atividades de extensão, contribui para que a educação se revele como uma força integradora da universidade com outros setores da sociedade, construindo pontes entre ciência, saberes e culturas diversos e plurais, a arte e a tecnologia alicerçadas nas prioridades locais, regionais e nacional. Viabiliza que a universidade participe das lutas sociais, democratize os saberes nela produzidos por meio de práticas pedagógicas que valorizam a diversidade, perseguem assegurar a inclusão e resgatar a esperança da construção de uma educação superior verdadeiramente democrática.

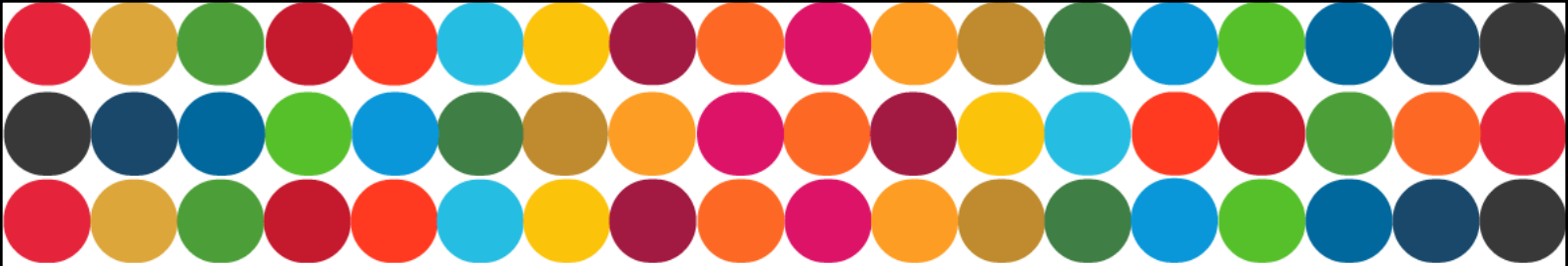
Portanto, as possibilidades advindas de renovação das estruturas da universidade por meio da inserção curricular da extensão, associadas ao potencial mobilizador decorrente das ações de transformação guiadas pela Agenda 2030, insta-nos registrar a atualidade e a pertinência de termos um Guia ODS para as Universidades brasileiras.

Olgamir Amancia Ferreira
Decana de Extensão
Universidade de Brasília (UnB)
Coordenadora do COEX / Andifes
Vice Presidenta do FORPROEX



UnB | DEX





Nota Metodológica: Um percurso em muitas parcerias

O percurso para a construção deste Guia foi em si repleto de muita aprendizagem, baseado no diálogo e arquitetado nas parcerias entre universidades e a sociedade civil organizada, particularmente da parceria interinstitucional entre Unesp e UnB, com apoio do GT da Sociedade Civil para Agenda 2030.


A ideia do Guia surge na esteira de um conjunto de ações que o Programa Estratégico UnB2030 deslançou: a) no sentido de promover diálogos sistemáticos na forma de eventos sobre temáticas relacionadas aos ODS; b) mapeando os projetos de pesquisa e de extensão já em curso na UnB que se relacionavam à Agenda 2030; e c) articulando institucionalmente com outras universidades, centros de pesquisa, associações municipalistas, organizações internacionais e organizações da sociedade civil. A missão seria constituir parcerias que tornassem a Universidade Pública Brasileira ao mesmo tempo um laboratório vivo de implementação dos ODS em seus territórios assim como uma engrenagem na governança da Agenda 2030 no Brasil.

Destaque para a parceria que se estabeleceu da participação do UnB2030 em um evento virtual da Unesp na FAAC/Bauru e que culminou na produção deste material comunicacional específico sobre os ODS para o segmento da educação no país. Entendemos que um dos principais desafios para a implementação da Agenda 2030 no Brasil continua sendo o desconhecimento sobre os ODS. Ao mesmo tempo comungávamos sobre o potencial avassalador das universidades em se engajar como agentes transformadores neste processo.

Concomitantemente, o UnB2030 já estava realizando o projeto Transformação Social em Tempos de Crise (TSTC) que, na sua primeira etapa, buscou produzir informações de qualidade sobre os impactos da Covid-19 nos contextos global, nacional e local, tendo como referente cada um dos 17 ODS. Inovamos – e isto está presente neste Guia – no sentido de abarcar outras dimensões e temáticas que deveriam fazer parte mais explicitamente da Agenda 2030, como “igualdade racial”, “lugar das comunidades tradicionais e povos indígenas” e o nexos entre “arte, cultura e comunicação”. Logo, o Guia foi estruturado com base no dedicado trabalho de uma equipe de jovens pesquisadores e pesquisadoras que passaram a organizar o conteúdo para cada um dos ODS, com base em uma estrutura analítica proposta e ajustada pelos editores. Avançou-se, então, à etapa de adequação do conteúdo estruturado ao desenho gráfico e finalização.

Tendo em vista que este Guia visa conectar educação e sociedade à luz dos ODS, é importante reconhecer o trabalho realizado pela UNESCO, em particular na produção de materiais de referência para o Brasil e o mundo. Aqui destacamos o “Roteiro para a implementação do Programa de Ação Global em Educação para o Desenvolvimento Sustentável - O Programa de Ação Global” direcionado aos governos, organizações da sociedade civil, setor privado, mídia, comunidade acadêmica e de pesquisa e todos os outros que facilitam e apoiam o aprendizado e formação. Mediante aplicação das estratégias pedagógicas,





inspirações e reflexões trazidas pelo documento, podemos trilhar um caminho em direção à construção de um novo modelo de educação global, e promover um acesso mais equitativo e justo a todas e todos envolvidos no processo de ensino¹.

Logo, o Guia Agenda 2030 – integrando ODS, educação e sociedade não se propõe a ser uma ferramenta pedagógica de aplicação dos ODS em sala de aula, mas possibilita uma articulação entre propostas da UNESCO e perspectivas pedagógicas brasileiras, latino-americanas e do Sul Global, que retomando as obras de Paulo Freire, Darcy Ribeiro e de muitos outros/as, valorizam uma formação interseccional, plural e diversa que, ao mesmo tempo, reflete nossa cultura e elementos do nosso tecido social, nos apoiando na implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Nosso Guia Agenda 2030 – integrando ODS, educação e sociedade deve ser visto como um mapa orientador para que educadoras e educadores, gestores e gestoras, de diferentes espaços de educação formal e informal, possam se apropriar dos ODS e da Agenda 2030 em suas experiências e ações.


Raquel Cabral

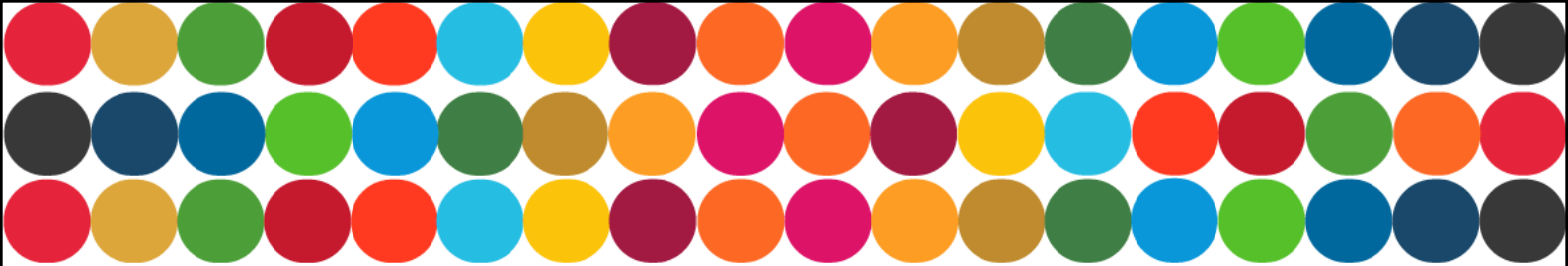
(Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Unesp)

Thiago Gehre Galvão

(Instituto de Relações Internacionais, UnB)

¹Para mais informações sobre o Roteiro da UNESCO, veja <https://en.unesco.org/themes/education>





Para ler este guia:

Você sabia que o seu projeto de ensino, pesquisa ou extensão ajuda a implementar a Agenda 2030?

Para educadoras(es), pesquisadoras(es), extensionistas e gestoras(es)
educacionais

O **Guia Agenda 2030 – integrando ODS, educação e sociedade** surge em um momento muito especial que se inaugura na próxima década (2021-2030), na convergência de três processos globais com profundos reflexos nas nossas vidas e realidades locais: “Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável”, “Década da Restauração dos Ecossistemas” e a “Década da Ação – transformar o mundo em dez anos”.

A “Década dos Oceanos” visa alavancar a ciência oceânica global, a partir do princípio central: “o oceano que precisamos para o futuro que queremos”. Foi desenhada para articular diferentes agentes de ação – cientistas, governos, acadêmicos, empresas, indústrias, sociedade civil – de forma a fomentar infraestruturas e parcerias; gerar conhecimento científico com dados, informações e conhecimentos de múltiplas áreas; e subsidiar políticas para se alcançar um oceano limpo, seguro, saudável e resiliente².

A “Década da Restauração” propõe uma década voltada para a proteção e restauração dos diversos ecossistemas - florestas, terras agrícolas, água doce, oceanos e costas - para alcançar metas globais, alinhada aos ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), 14 (Vida na Água), 15 (Vida Terrestre). A “Década da Restauração” foca em três caminhos centrais: o engajamento global pela restauração; o aumento da vontade e do interesse políticos pela temática; e a construção da capacidade técnica e financeira necessária para a restauração³.

Na base de tudo, encontra-se a “Década de Ação”, um chamado global para o cumprimento da Agenda 2030 nos próximos 10 anos, com base em articulações globais, ações locais e engajamento das pessoas e sociedades⁴. A Agenda 2030 foi aprovada pelas Nações Unidas em 2015 para substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (os famosos “Oito jeitos de mudar o mundo”, ou ODM). Nessa ocasião, foram estipulados novos parâmetros, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que, com um conjunto de metas, conformam a Agenda 2030, um plano de ação para pessoas e para o planeta, com base em parcerias que promovam a paz e a prosperidade (5P). A Agenda 2030 define requisitos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável para todas e todos, vislumbrando um mundo mais equitativo, mais justo e melhor para todos os seres humanos e para o meio ambiente.

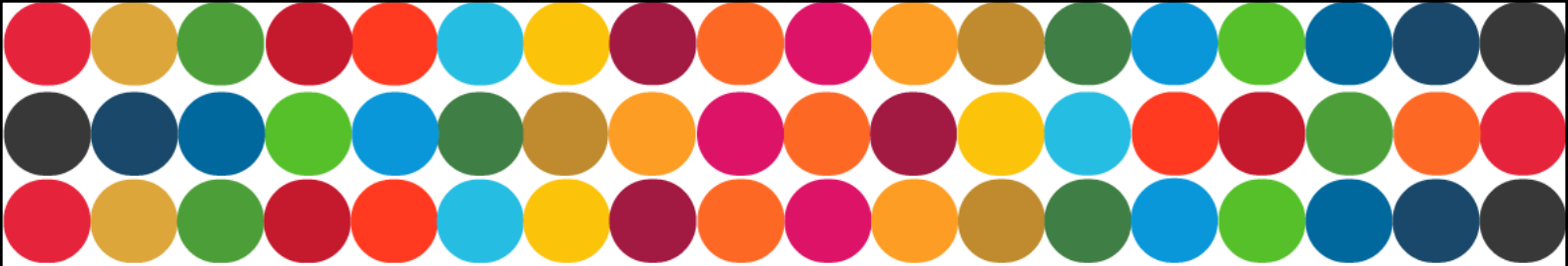
²Mais informações ver: <https://www.oceandecade.org/>

³Mais informações ver: <https://undocs.org/A/RES/73/284>

⁴Mais informações ver:

<https://www.un.org/sustainabledevelopment/decade-of-action/>





Ao invocar um espírito de solidariedade global, convidamos todas para serem agentes implementadoras da Agenda 2030 pela integração entre educação, sociedade e os ODS. Levando em conta questões primordiais de superação das desigualdades sociais, de preservação dos variados ambientes em suas diversidades e de promoção de uma economia mais equitativa, a Agenda 2030 permite à educação ser este caminho implementador das transformações e restaurações que são necessárias para continuarmos habitando um planeta saudável.

Mas o quê essa Agenda 2030 tem a ver com nossa vida cotidiana?

Pois é, muita gente ainda não sabe, mas nós, com nossos projetos, pesquisas, aulas e ações de extensão, estamos ajudando a implementá-la. Fazendo isso, empoderamos nossas universidades, escolas, institutos e outros espaços educacionais, assim como as pessoas, para serem agentes construtores do futuro que queremos. A própria sinergia entre todos os ODS, que só podem ser implementados concomitantemente, em parceria com todos e todas as agentes implementadores/as do planeta, oportuniza esta ferramenta poderosa para gestores, pesquisadores, educadores e extensionistas.

Efetivamente, nos tornamos os próprios e as próprias agentes, auxiliando a alcançar metas, em níveis locais, as quais têm um impacto imenso em nossa chance de alcançar (ou não) os objetivos dentro do prazo. Além disso, ao se identificar como implementadora/o da Agenda 2030, você cria oportunidades para parcerias e conexões. Existem recursos governamentais e de organizações internacionais, blocos e bancos regionais destinados a projetos que atuem de maneira a promover e auxiliar o alcance dessas metas. Ademais, se todas e todos nos identificarmos com a implementação desses Objetivos, podemos abrir um espaço de diálogos e trocas entre projetos que, com objetivos similares ou complementares, podem se potencializar mutuamente e ampliar o espectro de sua capacidade de transformação concreta. É importante enfatizar a urgência de cumprimento da Agenda 2030, consoante à avaliação do Relatório Luz da Sociedade Civil : ou mudamos o rumo do desenvolvimento, ou corremos o risco de tornar o planeta inabitável, ou habitável apenas para uma parcela da população humana e não-humana.

Por essas razões, entendemos que este guia articula passado, presente e futuro, ou seja, resgata o que aprendemos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no passado, visibiliza o que estamos fazendo hoje, e projeta possibilidades de ações que podemos realizar no futuro para a territorialização da Agenda 2030 no Brasil.

Convidamos você a se apropriar deste guia e a participar conosco deste movimento global por um mundo de justiça social, desenvolvimento sustentável e sociedades democráticas por meio da Agenda 2030!

Relatório Luz da Sociedade Civil (2020):

https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf





MAIS INFORMAÇÕES:
Onde você pode encontrar dados relacionados aos ODS?

- ONU Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
 - Unb2030: <https://unb2030ods.wixsite.com/2020;>
 - UnB2030_mídias sociais: <https://linktr.ee/unb2030ods>
 - Centro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible para América Latina em: <https://cods.uniandes.edu.co/>
 - Confederação Nacional de Municípios. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em: <http://ods.cnm.org.br/>
 - Estratégia ODS em: <http://www.estrategiaods.org.br/>
 - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/>
 - Relatório Luz da Sociedade Civil para Agenda 2030 em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2020/>
 - Ipea - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>
 - Ipea - Cadernos ODS em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34776.](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34776)
 - Nações Unidas Brasil em: <https://nacoesunidas.org/>
 - Nações Unidas Brasil. 17 Objetivos para transformar o nosso mundo em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>
 - Nações Unidas Brasil. Agenda 2030 em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
 - ODS Brasil em: <https://odsbrasil.gov.br/>
 - Plataforma Agenda 2030 em: <http://www.agenda2030.com.br/>
- 



Sumário

Agradecimento aos Especialistas	6
Apresentação	9
Prefácio: Educação como vetor da Agenda 2030	10
A integralização da extensão nos currículos de graduação e os ODS	11
Nota Metodológica: Um percurso em muitas parcerias	13
ODS 1: Erradicação da Pobreza	23
ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável	31
ODS 3: Saúde e Bem-Estar	39
ODS 4: Educação de Qualidade	47
ODS 5: Igualdade de Gênero	55
ODS 6: Água Potável e Saneamento	63
ODS 7: Energia Acessível e Limpa	73
ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico	81
ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura	91
ODS 10: Redução das Desigualdades	99
ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	107

ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis 115

ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima 123

ODS 14: Vida na Água 131

ODS 15: Vida Terrestre 139

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes 147

ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação 155



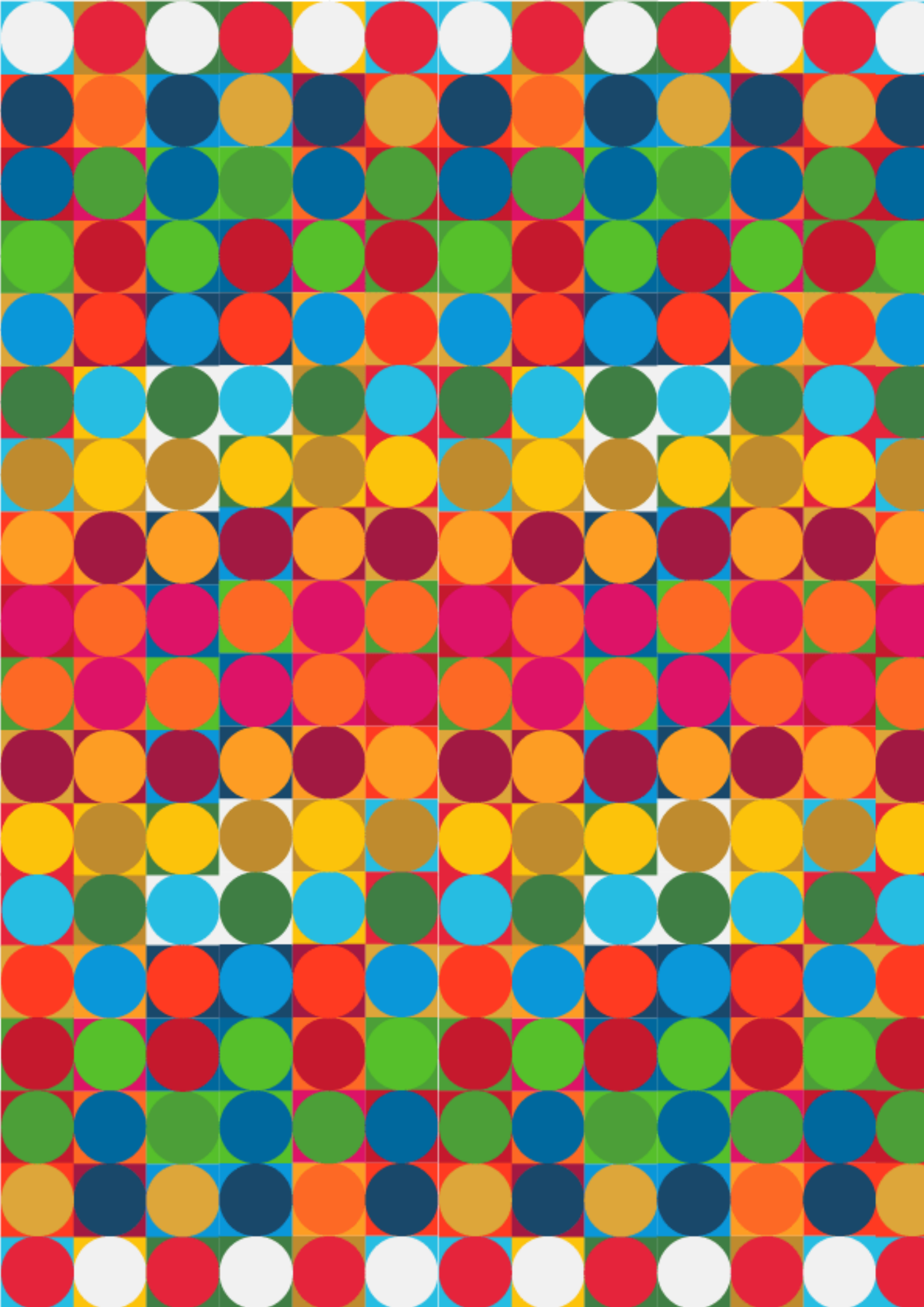
Reimaginando a Agenda 2030 163


ODS 18: Igualdade Racial 165

ODS 19: Arte, Cultura e Comunicação 173

ODS 20: Povos Originários e Comunidades Tradicionais 181







Guia

Agenda 2030

**Você sabia que
EDUCAÇÃO
é implementadora dos ODS?**





ODS 1: Erradicação da Pobreza

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1, "Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares" apresenta uma problemática que inspira diversos projetos e pesquisas em todas as áreas e campos do conhecimento. Existem diferentes maneiras de contribuir no combate à pobreza e um guia sobre a implementação da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil, na perspectiva da educação, deve ser capaz de estimular e facilitar a articulação de iniciativas universitárias na luta contra a desigualdade social e implementação do ODS 1. A perspectiva educacional, em especial a universitária é, portanto, uma maneira de fortalecer a luta contra essa injustiça, especialmente tratando-se de um problema estrutural de nosso país, interseccionado por tantas dinâmicas sociais. Só podemos combater uma questão multidimensional com uma abordagem interseccional.

Como o ODS 1 impacta na nossa vida cotidiana?

Apesar de pouco difundido nas universidades brasileiras, nós, por meio de projetos, pesquisas, aulas e ações de extensão, podemos ajudar na implementação da Agenda 2030. Fazendo isso, transformamos nossas universidades em agentes de construção e impulso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, contribuindo ativamente no combate à pobreza.

Qual a visão de futuro que o ODS 1 nos apresenta?

- Erradicação da pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares, inclusive considerando as dimensões de tempo, moradia e saúde física e mental;
- Políticas de proteção imediata para pessoas em situação de vulnerabilidade social, que promovam a garantia de acesso aos direitos constitucionais essenciais e atendimento de necessidades básicas; incluindo também políticas que promovam a resiliência de pessoas em situação de vulnerabilidade diante de desastres naturais e eventos extremos relacionados ao clima, desastres econômicos, sociais, ambientais e de saúde (como pandemias);
- Políticas públicas que pensem a pobreza em suas interseccionalidades e múltiplas dimensões para estratégias de combate eficazes, dando voz às pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Consolidação de uma cultura institucional que preze por políticas e planos econômicos e tributários voltados para o justo acesso à renda e garantia do bem-estar social; e de políticas institucionais de inclusão na perspectiva da vulnerabilidade social em diferentes contextos;
- Garantia plena de direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, recursos naturais, tecnologias apropriadas e serviços financeiros.



Qual a ciência por trás da erradicação da pobreza?

A ciência é crucial para compreender a multidimensionalidade da pobreza. Portanto, é necessário ampliar pesquisas que proponham o levantamento e uso de dados sobre a pobreza e suas interseccionalidades; estudos sobre a pobreza em uma perspectiva multidimensional, que superem o conceito simplista e quantitativo da "linha de pobreza"; e análises com foco nas pessoas em situação de vulnerabilidade social, dos mais variados contextos, trazendo à academia as vozes das populações vulnerabilizadas. Em suma, os ODS devem ser base para pesquisas aplicadas na formulação de políticas públicas, de forma a produzir resultados mais condizentes com cada realidade, levando em conta a real experiência proporcionada pela política pública e as diversas dimensões abarcadas pelas situações de pobreza em cada contexto específico. Além disso, é importante priorizar, dentro do estudo das ciências econômicas, a produção de conhecimento voltada à busca de meios práticos de arrecadação tributária justa (como a taxação de impostos sobre rendimento, e não sobre serviços; a revisão dos impostos sobre herança; a tributação das grandes fortunas; entre outros).

Como o ensino poderia lidar com a questão da superação da pobreza?

Quando falamos em educação pública, aquela que em grande parte é acessada pela população mais vulnerável, devemos priorizar a necessidade de investimento governamental em educação que, alinhada às políticas de redistribuição, torna-se pilar essencial para o combate à pobreza. A melhoria das instituições de ensino público, desde o primário até o ensino superior, é essencial para equiparar a qualidade de ensino e estruturas entre escolas públicas e privadas. Um primeiro momento exige também, como medida emergencial, o aumento das políticas afirmativas de inclusão para pessoas em vulnerabilidade social nas instituições de ensino superior, além do reforço significativo das políticas de manutenção das alunas e alunos nos cursos (bolsas, alojamentos etc.). Na dimensão do ensino, é urgente a conscientização da academia sobre a multidimensionalidade da pobreza, em todas as áreas do conhecimento; e a desconstrução, especialmente para os estudos econômicos e políticos, do discurso da meritocracia em situação de desigualdade, que culpabiliza as pessoas por uma pobreza que, no Brasil, tem caráter estrutural. É preciso, por fim, promover a reflexão crítica no âmbito universitário sobre a pobreza, considerando que tal temática se estrutura sobre as bases de uma desigualdade social gritante, histórica e racializada.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 1 e à Agenda 2030?

As pesquisas e estudos científicos são parte essencial do desenvolvimento de um país e de qualquer avanço em direção à erradicação da pobreza. Sem estudos que elaborem estratégias inteligentes e eficientes de superar um problema que é estrutural, nunca avançaremos. Assim sendo, aumentar o investimento público em pesquisas que pautem o desenvolvimento de alternativas no enfrentamento à pobreza é uma urgência, principalmente aquelas que incluam as perspectivas das pessoas que vivem situações de vulnerabilidade social em contextos variados.



Incentivar a produção de tecnologias, de quaisquer áreas, que implementam esse enfrentamento de maneira efetiva é a única forma de encontrar alternativas ao modelo vigente. Para isso, é preciso fomentar pesquisas que levem em conta os dados sobre as diversas pobrezas do Brasil e suas dimensões, e não apenas com foco na pobreza urbana - tendo em vista que nosso país é continental e composto de realidades múltiplas. E ainda é essencial destacar a percepção multidimensional da vulnerabilidade social e produzir dados com recortes nítidos de raça, gênero, sexualidade, religião, entre outros.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 1?

A importância da extensão na educação pública, em especial em universidades públicas, no âmbito da erradicação da pobreza, é notória: trata-se da maneira mais efetiva de provocar mudanças práticas, por meio de atuação direta que promova mudanças reais na vida de pessoas fora do ambiente educacional. A partir da extensão, diversas iniciativas que promovem a erradicação da pobreza, em pequenas escalas, são implementadas. Nesse sentido, é essencial o investimento na realização de projetos de extensão voltados à essa temática, o incentivo para criação de novas iniciativas e a ampliação e propagação de programas já bem sucedidos. Outra urgência é a apresentação de propostas de extensão que apoiem a formação de redes de apoio locais para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Fomentar e impulsionar iniciativas que já atuam no enfrentamento da desigualdade de classe, em qualquer uma das dimensões da pobreza, além de gerar transformações práticas, pode auxiliar a formulação de políticas públicas: com base em projetos bem-sucedidos e no diálogo com as populações que experienciam as iniciativas, políticas podem emergir com grande chance de sucesso. Mais especificamente, a criação de propostas que promovam ações de amparo às pessoas em situação de rua, de maneira a construir alternativas que possam ser incorporadas pelo Estado para garantia das necessidades básicas dessa população vulnerável, com foco nas questões de segurança alimentar, saúde e educação, é essencial, especialmente em momentos de crise.

Qual o papel da gestão em tratar o tema da pobreza como uma questão de educação?

Àqueles que estão em posição de promover eventos e atividades acadêmicas, que são gestores educacionais, professores, reitores, administradores, técnicos e pesquisadores, têm o papel primordial de trazer à pauta os ODS e todas as outras importantes questões destacadas pela Agenda 2030. Especialmente no que se refere à erradicação da pobreza, além de fomentar o debate e a reflexão, é essencial promover ações afirmativas para inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, pensando a questão da permanência por meio da promoção e manutenção de bolsas que auxiliem pessoas em situação de vulnerabilidade social, também considerando a participação em eventos, cursos, projetos e outras atividades.



Além disso, a construção de espaços de estudo saudáveis e acolhedores nas instituições de ensino, com acesso à internet, acervo de livros e ambiente silencioso e confortável, para permitir o estudo saudável de pessoas em situação de vulnerabilidade que, muitas vezes, não encontram no ambiente familiar um local adequado, pode ser uma medida necessária à manutenção de alunos e alunas em vulnerabilidade social em escolas, institutos ou universidades.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 1? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é pobreza e como é possível medi-la?
- Quais grupos populacionais são mais vulneráveis à situação de pobreza e por quê?
- É possível reduzir a exposição e vulnerabilidade de pessoas em situação de pobreza a eventos extremos, como desastres econômicos, sociais e ambientais?
- Quais políticas devem ser implementadas e quais ações realizadas para garantir essa segurança?
- Como combater injustiças sociais dentro das várias camadas da pobreza?

Como a Agenda 2030 e o ODS 1 se relacionam com o Brasil?

Considerando a pobreza um dos principais desafios globais que assolam diferentes países do mundo, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como se define pobreza no Brasil e quais suas dimensões?
- Quais são as desigualdades estruturais no Brasil?
- Quais grupos populacionais são mais vulneráveis à situação de pobreza no Brasil e por quê?
- Como gênero, raça, sexualidade e idade transversalizam a pobreza no Brasil?
- Como garantir, no contexto político e econômico brasileiro, uma mobilização significativa de recursos para implementar medidas no enfrentamento à pobreza?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da pobreza?

- Que tipo de conhecimento sua área pode produzir para avançar em direção à erradicação pobreza?
- Quais reflexões e pesquisas sua área de conhecimento realiza ou pode realizar sobre essa temática?
- Quais as formas de conectar essas iniciativas que podem auxiliar na erradicação da pobreza extrema?
- Quais outros saberes poderiam ser acessados para estabelecer este diálogo e estas conexões?



- Como garantir a todas e todos “direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade”?
- Quais marcos políticos sólidos podem ser criados para mobilizar investimentos nas ações de erradicação da pobreza?
- Como a pesquisa e a extensão podem colaborar para garantia da segurança das pessoas em situação de vulnerabilidade social?
- Como as pesquisas realizadas pelas ciências políticas, econômicas e sociais podem ser utilizadas para transformar a política tributária brasileira (de maneira a aliviar o peso das taxas para pessoas em situação vulnerável)?
- Como nossas pesquisas e resultados podem contribuir para construção de políticas públicas sustentáveis e efetivas no que se refere à pobreza?
- Como a universidade pode contribuir para sistemas e medidas de proteção social? Quais são eles e como se dá sua implementação?
- Quais são as falhas e potencialidades, no contexto brasileiro, de implementação do ODS 1? Como as universidades e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão podem concretizar seu potencial como agente de implementação?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 1

- **Projeto Saúde Pop Rua**

Projeto de capacitação para profissionais da saúde envolvidos com a população em situação de rua, com foco na população negra. Realizado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Ministério da Saúde, no âmbito do Distrito Federal.

Saiba mais: <https://bit.ly/2JkHGlo>

- **Centro de Referência Regional p/ Capacitação de Profissionais que Atuam Junto a Usuários de Drogas**

Tem objetivo de implementar um CRR para formação permanente dos profissionais de saúde, assistência social e segurança pública que atuam com usuários de crack e outras drogas em 4 regiões da RIDE-DF, FCE e UnB.

Saiba mais: <https://bit.ly/37by84F>



- **Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line**

É um projeto colaborativo que toma a representação da situação de rua no jornalismo online como problema para a análise de discurso crítica, desenvolvido por pesquisadoras da Universidade de Brasília (UnB). No campo abrangente da Linguística Aplicada, e com base nos estudos discursivos críticos, neste projeto a investigação da representação discursiva de relações entre políticas e ações públicas dirigidas à população em situação de rua e a gestão do espaço urbano, explorando o domínio discursivo da mídia jornalística eletrônica de notícias.

Saiba mais em: <https://bit.ly/36cQdQH>

- **Projeto ATHOS - Assessoria técnica para o habitar de origem social**

O projeto de extensão "Grupo ATHOS" (Assistência Técnica em Habitação de Origem Social), da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília, sob coordenação da Professora Cristiane Guinâncio, consiste na realização de ações de caráter interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional em que se propõe atuar contra os impactos da COVID-19 para a população que vive em situação de vulnerabilidade social. No âmbito da Habitação de Interesse Social (HIS), contempla os direitos constitucionais à saúde, à moradia e à cidade.

Saiba mais: <https://bit.ly/36asKiO>

- **Defensoras e defensores populares do Distrito Federal (FD/UnB)**

Concebido pela Defensoria Pública do Distrito Federal e desenvolvido em parceria com a Faculdade de Direito da UnB. Tem como foco a capacitação de lideranças comunitárias e pessoas pertencentes a grupos vulneráveis, oferecendo anualmente um curso com diferentes temáticas relacionadas ao direito e aos direitos humanos.

Saiba mais: <https://bit.ly/3lkcMHu>



- **Enriquecimento de saberes populares em produtos de panificação: o caso da Padoka do Assentamento Monte Alegre**

Projeto da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara da Unesp, com o objetivo de auxiliar a Associação de Mulheres do Assentamento (AMA) a aprimorar o funcionamento técnico da padaria "Padoka", iniciativa criada pelo coletivo a fim de crescer a geração de trabalho e renda na comunidade a partir da economia solidária.

Saiba mais: <https://bit.ly/37dgMUT>

- **Evolução do Custo da Cesta Básica no Município de Tupã/SP**

O projeto de extensão "Cesta Básica" coordenado pela Faculdade de Ciências e Engenharia do Campus de Tupã da Unesp, mapeou durante o ano de 2019 a evolução do custo da cesta básica na cidade, construindo uma base de dados com o intuito de criar estratégias que envolvam a erradicação da pobreza e da fome.

Saiba mais: <https://bit.ly/2HIPf53>





ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2, "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável", é extremamente relevante no contexto brasileiro, um dos países que mais produzem alimentos no mundo. Assim como os outros objetivos, o ODS 2 é interseccional às outras temáticas, especialmente às que envolvem o meio ambiente, em busca de uma equação saudável entre produção e conservação. Aliar o conhecimento fora da academia ao produzido no contexto universitário é essencial para alcançar esse objetivo, que tanto se integra aos povos tradicionais e conhecimentos do campo.

Como o ODS 2 impacta na nossa vida cotidiana?

A busca pela segurança alimentar e nutricional é uma das problemáticas centrais pautadas na Agenda 2030, tendo em vista sua dimensão global e intersecção com outras diversas temáticas relevantes – como a pobreza, a desigualdade e a produção e consumo sustentáveis. A fome causa problemas recorrentes como a desnutrição, além de aumentar a mortalidade adulta e infantil, especialmente em países pobres ou em desenvolvimento. Além disso, o ODS 2 propõe meios de produção alimentar mais sustentáveis, alinhados às capacidades do ecossistema e apoiando produtores tradicionais. Apesar de pouco pautados em ambientes de socialização e de ensino, os ODS e a Agenda 2030 estão intrinsecamente relacionados às necessidades humanas, econômicas e ambientais; por isso, devem vir a ser debatidos e engajados em diferentes áreas da academia frente ao seu papel como agente estratégico.

Qual a visão de futuro o ODS 2 nos apresenta?

- Garantia da segurança alimentar e nutricional a todas as pessoas;
- Duplicação da produção agrícola com incentivo aos agricultores familiares e, em especial, aos povos tradicionais;
- Agregação de valores das ciências da natureza aos conhecimentos e saberes do campo;
- Construção de sistemas de produção de alimentos que sejam resilientes e adaptados às mudanças do clima, dentre outras variáveis;
- Garantia da preservação genética das espécies, bem como o acesso justo aos recursos genéticos;
- Difusão de informações seguras, evitando a volatilidade exacerbada dos valores.

Qual a ciência por trás da segurança alimentar e da agricultura sustentável?

A ciência é de extrema importância para construção de conhecimento acerca da produção de alimentos, de modo a criar bases para a garantia da segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas, principalmente as mais vulneráveis. Ainda no contexto do ODS 2, a pesquisa científica que busca meios de adaptação às mudanças climáticas são muito relevantes e devem ser fortemente incentivadas.



Essas pesquisas auxiliam na construção de mapas estratégicos para a gestão de municípios e estados, de modo a favorecer a garantia de resiliência na produção de alimentos. Vale ressaltar que para o atingimento das metas do ODS 2 deve-se abrir espaço à ciência agroecológica, em detrimento da agroindustrial que permanece dominante.

Como o ensino poderia incentivar o combate à fome e promoção da agricultura sustentável?

Algumas medidas podem ser tomadas de modo a adaptar as práticas de ensino como solução e debate acerca da necessidade de segurança alimentar, da melhoria na nutrição e das práticas sustentáveis para a agricultura. A adoção de currículos complementares nos cursos das ciências da natureza, que introduzam questões ambientais e os respectivos impactos das mudanças do clima na cadeia de produção de alimentos, pode colaborar positivamente nesse sentido. A própria História do Brasil é importante para conhecermos como foi estruturado o uso da terra e a finalidade de sua produção, inclusive porque o maior número de famintos se concentra nas zonas rurais. Cabe também o incentivo para que os cursos voltados à gestão de políticas públicas construam um currículo considerando a necessidade de atenção às mudanças do clima para criar políticas de adaptação, a fim de garantir a produção sustentável de alimentos. É também relevante uma abordagem maior acerca da temática da proteção à biodiversidade tanto na área de ciências da natureza quanto nas áreas que potencialmente terão que lidar com a gestão pública.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 2 e à Agenda 2030?

Os conhecimentos acerca das possibilidades de melhoria nutricional, da segurança alimentar e dos modos de produção alimentar, inclusive em relação ao tópico das mudanças climáticas, são relevantes para atingir os indicadores do ODS 2. No contexto acadêmico devem ser fomentadas pesquisas nessas áreas, como gestão da agricultura, em especial da agricultura familiar; sistemas logísticos e de negócios voltados para circuitos curtos de produção e consumo; estudo dos biomas, principalmente os mais afetados pela perda de biodiversidade, como o Cerrado; e criação de bancos genéticos regionais; e formação econômica do Brasil. Para o sucesso no avanço das pesquisas relacionadas ao ODS 2, é necessário o aumento das bolsas de pesquisa para que sustentem o desenvolvimento das tecnologias necessárias na criação dos bancos de genes de plantas e animais em países em desenvolvimento a fim de garantir a independência na produção de alimentos, como também para o desenvolvimento de técnicas agrícolas que busquem o aumento de produtividade.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 2?

Sendo a extensão universitária um modo de dialogar com a sociedade, além de atuar no monitoramento e prática das metas dos ODS, podem ser criados programas que atendam à possível necessidade de capacitação dos atores,



a fim de construir independência para a atuação no campo. Em especial os agricultores familiares merecem atenção dessas iniciativas, de modo que sejam encorajados a dialogar com as necessidades impostas pelo ODS 2 de avanço no campo da produção alimentar. Ademais, o contato da comunidade com a universidade pode aumentar o impacto das pesquisas desenvolvidas. A extensão também pode conscientizar as populações urbanas sobre hábitos alimentares mais saudáveis e sobre as consequências do seu poder de compra e alavancagem dos sistemas agroalimentares conectados ao meio ambiente.

Qual o papel da gestão em tratar o tema da fome e da agricultura sustentável como uma questão de educação?

Algumas práticas podem ser incentivadas pelos gestores educacionais para a implementação e o diálogo acerca do ODS 2. O fomento de programas de auxílio estudantil como forma de ampliar o acesso aos restaurantes universitários por parte da comunidade acadêmica, tendo em vista também as políticas de permanência dos estudantes, a fim de garantir a segurança alimentar; o incentivo, por meio de ações afirmativas, ao acesso de povos tradicionais e do campo às universidades e institutos técnicos como forma de criar um espaço de troca de conhecimentos; a agregação de valor à produção agrícola, assim como programas de apoio a pequenos agricultores, em especial aqueles que envolvem a alimentação nas escolas e universidades são algumas formas de realizar isso. A universidade também deve ser usada como plataforma para divulgação do conhecimento, com a organização de eventos voltados para a questão da segurança alimentar e nutricional, bem como agricultura familiar. A Universidade poderia mobilizar seu poder de compra para adquirir alimentos frescos e do seu entorno regional, apoiando pequenos produtores; promover cursos nas áreas de nutrição e de alimentos devem desenvolver novos pratos e incrementar dietas privilegiando alimentos locais; apoiar cantinas como incubadoras de projetos de economia solidária; e realizar pesquisa sistemática da segurança alimentar e nutricional, baseada na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 2? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- Quais as definições possíveis para fome?
- O que é segurança alimentar e nutricional?
- Quais as possibilidades de implementação de uma agricultura sustentável?
- Existem grupos mais vulneráveis que outros à fome? O que gera essa desigualdade?
- É possível garantir a segurança alimentar dos mais vulneráveis?
- É possível aliar o desenvolvimento e a produção à preservação? O que seria uma agricultura sustentável?
- Quais setores podem ser desenvolvidos para que haja uma garantia de alcance desse objetivo?
- Como aumentar a produtividade dos pequenos agricultores?
- Quais as formas de evitar a perda de biodiversidade?



Como a Agenda 2030 e o ODS 2 se relacionam com o Brasil?

Considerando a fome um dos principais desafios globais que assolam diferentes países do mundo, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como fortalecer o papel da agricultura familiar em um contexto de avanço da monocultura em grandes propriedades no Brasil?
- Quem são as pessoas mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional no Brasil?
- Quantas crianças e jovens estão hoje, no Brasil, em um quadro de desnutrição? Como evitar que essas crianças fiquem desassistidas? Qual o perfil socioeconômico dessas crianças no país? Quem são essas crianças que podem potencialmente estar em um quadro de desnutrição?
- Há garantia de terras para os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares? Há alguma iniciativa de apoio e capital para essas pessoas?
- Como pode ser feita a repartição dos benefícios do acesso aos recursos genéticos levando em consideração o [Protocolo de Nagoya](#), ainda não ratificado pelo país? Esses benefícios podem chegar aos pequenos agricultores ou são restritos aos grandes produtores?
- Existe um mapeamento aprofundado sobre resiliência dos municípios e estados brasileiros às mudanças do clima relacionada à produção agrícola? E um estudo sobre respostas possíveis?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da segurança alimentar e da agricultura sustentável?

- O que a sua área de conhecimento poderia produzir para o enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional? (Importante ressaltar que, para além das tecnologias de produção, a gestão das políticas é primordial).
- Quais mudanças significativas as diferentes áreas do conhecimento podem agregar para o alcance desse objetivo? Informação, saúde, alimentação, tecnologia de produção, gestão de distribuição, entre outros fatores podem ser considerados.
- Existe alguma possibilidade de aliar mais de uma área do conhecimento para o enfrentamento à fome e o fomento à agricultura sustentável?
- Para além da academia, que outros tipos de saberes podem ser agregados e de que forma pode-se alcançar essa aliança de conhecimentos?
- Além da pesquisa e extensão, como a universidade pode contribuir para oferecer uma segurança nutricional à comunidade, sendo esses um dos principais fatores aliados à permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade?
- Qual arcabouço normativo pode ser estabelecido no âmbito de fomento à agricultura familiar?



BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 2

- **Promovendo Saúde e Bem Estar Social a partir de uma Alimentação Saudável (2019)**

Nesse projeto, alunos da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) atua junto ao Lar Tia Angelina, em Porto Nacional, uma casa para idosos. O objetivo do grupo é garantir a segurança alimentar e nutricional com base em uma alimentação saudável para a promoção da saúde.

Saiba mais: <https://bit.ly/3fEW09z>

- **Fortalecimento da produção e das estratégias de comercialização dos produtos da agricultura familiar do Quilombo**

O projeto, desenvolvido no âmbito da Universidade de Brasília (UnB), visa auxiliar a Comunidade do Quilombo Mesquita a melhorar a produtividade, bem como a capacitação de produtores rurais para produção com menor uso de insumos.

Saiba mais: <http://fav.unb.br/extensao>

- **Comunidade Viva sem Fome**

Fruto de parceria entre os cursos de Comunicação Social e Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), durante a pandemia da COVID-19, integra uma ação "Comunicação Solidária - Covid-19" para distribuição de cestas básicas para a Grande Belo Horizonte.

Saiba mais: <https://comunidadevivasemfome.org.br/>

- **Uma Alternativa de Suinocultura Sustentável para a Agricultura Familiar**

Realizado pela Universidade de Brasília (UnB) e datado de 2018, o projeto consiste na implementação de uma suinocultura sustentável na Fazenda Água Limpa com o objetivo de gerar renda aos pequenos produtores, segurança alimentar e a qualidade do alimento produzido.

Saiba mais: <https://bit.ly/37bqyXG>



- **Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp (INCOP)**

Projeto de extensão desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), no campus de Bauru-SP, que busca desenvolver ações para fortalecimento de grupos que desejam formalização de um empreendimento social.

Saiba mais: <https://facebook.com/incopunespbauru>

- **Hackathon Unesp 2020**

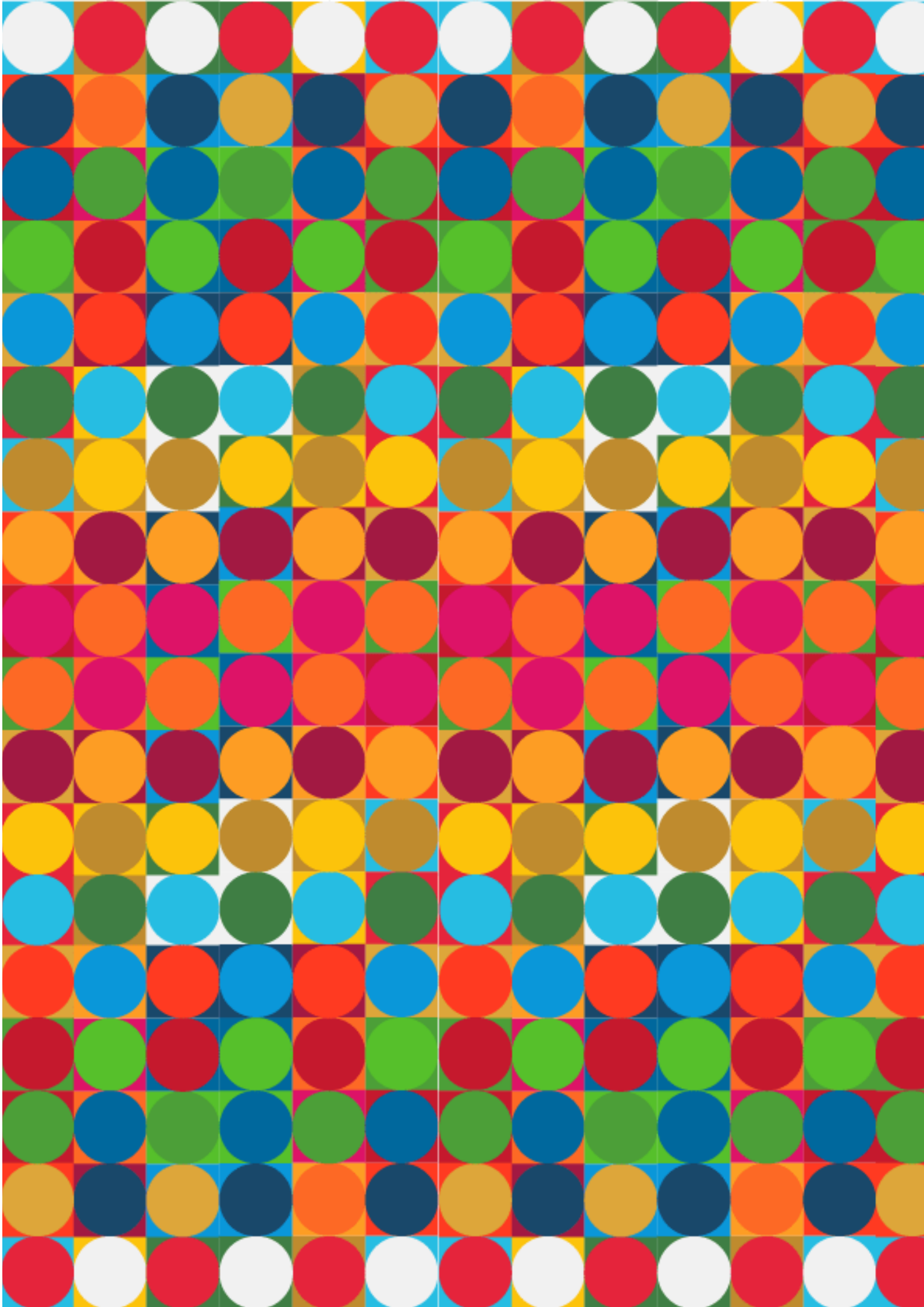
Maratona de empreendedorismo e inovação realizada em 2020 no Campus de Botucatu Unesp, online e gratuita, com duas trilhas temáticas: "O que a Agricultura 4.0 pode fazer por nós: produção sustentável, cultivo protegido e ambiente preservado?" (ODS 2) e "Como podemos evitar novas crises no sistema de saúde?" (ODS 3).

Saiba mais: <https://www.hackathonunesp.com/>

- **Educação Popular e do Campo inseridas na Escola e na Comunidade com a Perspectiva Agroecológica**

Projeto desenvolvido pelo Núcleo agrário Terra e Raiz da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, campus de Franca, que atuou junto ao Assentamento 17 de Abril e à Escola Leonor Mendes de Barros, levantando debates sobre a temática agrária e ambiental, além de cursos de qualificação dos professores.

Saiba mais: <https://bit.ly/39lj9b9>







ODS 3: Saúde e Bem-Estar

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades", também atua de maneira interseccional à Agenda e seus princípios, perpassando todos os ODS de maneira direta ou indireta. Durante a formação da Agenda, a saúde foi tratada como "uma condição prévia, um resultado e um indicador de todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável" - social, econômica e ambiental. Sendo assim, a saúde se tornou base para o desenvolvimento humano sustentável. Na comunidade internacional, o Brasil sempre se mostrou como central na temática da saúde, principalmente no que tange à existência do Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas universais de saúde do mundo ou uma das maiores políticas universais de saúde do mundo. Trazer essa temática às universidades é, portanto, um caminho essencial para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado.

Como o ODS 3 impacta na nossa vida cotidiana?

A busca por uma vida melhor e mais saudável é básica para o desenvolvimento da humanidade ao longo da história. A criação de sistemas de saneamento básico, a expansão e evolução dos sistemas hospitalares, a busca por vacinas, entre muitos outros foram feitos com a convicção de que devemos viver mais e viver bem. Além do mais, devido à pandemia de COVID-19 que vivemos nesse momento, ficou ainda mais evidente a centralidade e a necessidade de maiores investimentos em saúde e sustentabilidade para que possamos continuar na busca de uma vida mais saudável.

Qual a visão de futuro que o ODS 3 nos apresenta?

- Redução das taxas de mortalidade relacionadas à gestação, doenças não transmissíveis, acidentes em estradas, produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo;
- Contenção das epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, enfrentamento à hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis, como a atual COVID-19;
- Promoção da saúde mental e do bem-estar em escala ampla;
- Prevenção e tratamento do abuso de substâncias tais como drogas e álcool;
- Consolidação dos direitos constitucionais ao acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Qual a ciência por trás da saúde e bem-estar plenos?

A ciência é essencial a todos os ODS, o que reforça a perspectiva de integração e indivisibilidade da agenda. A ciência serve ao propósito de implementação do ODS 3 ao ser revertida tanto para a atenção e cuidados, como para o desenvolvimento de tecnologias, como na criação de vacinas e no avanço das metodologias médicas, de enfermagem, de saúde coletiva, de biotecnologia, e muitas outras. Sendo assim, ampliar pesquisas e levantamento de dados sobre Saúde Global, vacinas e medicamentos, saúde local, entre outros, torna-se básico para que as

Mais informações ver: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>



metas do ODS 3 sejam atingidas de maneira responsável. Além disso, pensando no viés acadêmico de pesquisa, “reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde” e incentivar a desagregação de dados e o estudo da situação de populações vulneráveis no âmbito da saúde, são formas de associar outras áreas do conhecimento à saúde para que seja possível alcançar todas as nuances possíveis e as metas propostas de forma transversal e plena.

Como o ensino poderia lidar com a questão da saúde e bem-estar plenos?

Atualmente, a educação pública é a que mais produz ciência e pesquisa no Brasil, além de ser um dos lugares com maior diversidade de vivências, motivos esses que traduzem a necessidade da educação para que possamos atingir saúde e bem-estar plenos. Uma possível amostra de tal necessidade é a pandemia de COVID-19, na qual a maior parte dos estudos e dos testes são promovidos por locais de educação - como a FIOCRUZ, a USP, a UnB, a Universidade de Oxford, a Universidade de Nova Iorque, entre outras. Visto isso, incentivar o ensino e a produção de currículos que abordem saúde mental, bem-estar e saúde reprodutiva e sexual durante todas as etapas de desenvolvimento e educação humana, como também criar currículos que interseccionem a saúde e outras temáticas formativas que impactam a integralidade e bem-estar humanos, além de incentivar a educação voltada a ações preventivas e de conscientização, são alguns dos pontos que podem ser abordados dentro das universidades para que possamos avançar e, futuramente, alcançar o ODS 3.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 3 e à Agenda 2030?

Como identificado, as pesquisas, especialmente na área da Saúde, são essenciais para que os ODS sejam alcançados já que por meio delas podemos buscar e implementar inovações e entender das melhores maneiras possíveis as nuances populacionais. Pensando que as universidades públicas são as principais produtoras de pesquisa e conhecimento, elas devem buscar: incentivar as pesquisas nas áreas de medicamentos e vacinas; incentivar as pesquisas que tratem sobre as várias nuances das epidemias, incluindo a frequência, especificidades de letalidade, tratamentos, entre outros; fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco; aumentar o fomento às pesquisas que olhem com uma lente social sobre os problemas de saúde, como a vulnerabilidade de populações; e estimular o estudo da Agenda 2030 como uma agenda formada a partir da necessidade de saúde universal e equitativa. Todos esses enfoques, além de outros, são caminhos para buscar a plenitude dos ODS, em especial do ODS 3.



Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 3?

ODS 3 poderia ser foco das ações de extensão universitária visando o aprimoramento da qualidade de vida universitária; a produção de conhecimento a ser compartilhado com a comunidade local; e criando espaços de troca no qual a comunidade possa espelhar suas necessidades. Igualmente, a extensão pode ser o lugar de criação de projetos que aproximem os cursos e disciplinas da área da saúde à comunidade, impactando na qualidade da saúde e bem-estar das comunidades. A extensão alinhada ao ODS 3 possibilita fortalecer o princípio de participação social do SUS, gerando oportunidades de reflexão e ação sobre a qualidade de vida das comunidades locais. A extensão poderia contribuir com o ODS 3 no sentido de ampliar a vigilância em saúde de base territorial. Ademais, poderia fomentar propostas de ação para a formação de uma rede de apoio com foco na saúde mental das mais diversas populações, na saúde sexual e reprodutiva, na prevenção e tratamento do abuso de substâncias (álcool e drogas), na prevenção de mortes por acidentes ou doenças. Em suma, a extensão universitária alinhada ao ODS 3 poderia promover a educação popular em saúde.

Qual o papel da gestão em tratar o tema da saúde e bem-estar plenos como uma questão de educação?

A gestão poderia promover programas que direcionassem diferentes ações e práticas ao alcance da saúde e bem estar da comunidade universitária e sociedade, tais como: semanas acadêmicas voltadas à comunidade para apresentação e discussão de trabalhos na área da saúde; cursos de formação que debatam promoção da saúde, direitos e saúde sexual e reprodutiva; promoção de trocas de conhecimento entre as áreas de saúde, oferecimento de atividades que promovam a saúde mental e o bem-estar, como a disponibilização de psicoterapia para estudantes; incentivos à prática esportiva como parte de estratégia de melhoria da qualidade de vida nos espaços educacionais; como ações de prevenção e testagem de IST/HIV/Aids voltadas para populações vulneráveis; e adoção de práticas integrativas de saúde nos cursos ofertados e que conectem universidade e sociedade.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 3? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é a saúde e o bem-estar e quais são suas convergências e divergências?
- Quais grupos populacionais são mais vulneráveis à falta de acesso à saúde e por quê?
- Como mudanças ambientais, econômicas e sociais podem afetar o acesso à saúde de certas populações?
- Como acelerar o descobrimento de novos tratamentos em saúde e bem-estar?
- É possível diminuir o tempo de reação da área de saúde no caso de possíveis surtos e pandemias?
- Como é possível garantir que o direito ao acesso universal e de qualidade à



- saúde torne-se realidade?
- Como incorporar ações de educação popular em saúde como base das ações de extensão universitária alinhada aos ODS 3?

Como a Agenda 2030 e o ODS 3 se relacionam com o Brasil?

Considerando a promoção da saúde e bem-estar questões desafiadoras para o mundo, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como funciona o exercício dos direitos à saúde? como funciona o acesso e cobertura à saúde no Brasil? ele é realmente universal?
- Qual a significância do SUS no contexto da Saúde Global?
- Quais populações se tornam vulneráveis quando o assunto é acesso, cobertura, qualidade, logo, direito à saúde?
- Como garantir, no contexto político, econômico, social e humano brasileiro, uma mobilização significativa de recursos para garantir o direito à saúde?
- Quais as dificuldades passadas pelas populações mais isoladas para garantir o direito à saúde e o que deve ser feito para superar essas dificuldades, levando em conta que a liberdade dessas populações deve ser mantida?
- Como para garantir o direito à saúde em meio a desastres ambientais ou àqueles causados pela ação de empresas?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da saúde e do bem-estar?

- O que sua área de conhecimento é capaz de produzir e implementar no tocante ao direito universal à saúde e bem-estar plenos?
- Existe a possibilidade de conectar a saúde a outras áreas de conhecimento para a produção de novas formas de enxergar saúde e bem-estar e alcançar o ODS 3?
- Como e de quais maneiras é possível “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”?
- Como garantir que países em desenvolvimento estejam na linha de frente do acesso universal à vacina e medicamentos para todas as pessoas que necessitem?
- Como aumentar a capacidade de todos os países, em particular os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de risco e gestão de riscos de saúde nacionais e globais?
- É possível aliar conhecimentos populares e práticas integrativas de saúde à medicina tradicional?
- Qual a relevância de se aprimorar as ferramentas de desagregação de dados para se estudar cada nuance da saúde e bem estar?
- As formas atuais de entendimento da Saúde Global são suficientes e coerentes? Como se configura um Regime Internacional de Saúde no contexto de implementação dos ODS?
- Quais políticas públicas devem ser melhoradas ou criadas para alcançar o ODS 3?



- Quais os impactos da PEC do Teto de Gastos e de políticas de austeridade nas determinantes sociais de saúde e, portanto, na qualidade da saúde e bem estar da população?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 3

- **Programa Saúde na Escola: a interface entre saúde e educação em Marabá**

Produzido pela Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará (UNIFESSPA), o projeto leva para escolas de Marabá (PA) gincanas sobre diversos temas relacionados à saúde e bem-estar, como: enfrentamento à dengue, promoção da segurança alimentar e nutricional e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS).

Saiba mais: <https://bit.ly/2J61sBL>

- **Projeto e-Terapias**

O projeto funciona com a oferta de terapias online e gratuitas à comunidade, conduzidas por professores da UnB e da UESC, além de profissionais das secretarias de Saúde (SMS) e de Desenvolvimento Social (SDS) do município de Ilhéus (BA), entre psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, nutricionista, educador físico.

Saiba mais: <http://eterapias.uesc.br/>

- **Saúde Coletiva em Diálogos**

Projeto desenvolvido pelo Observatório de Saúde das Populações em Vulnerabilidade da UnB em com a parceria da UnBTV, com o propósito dialogar com os profissionais de saúde coletiva, tanto no Brasil como no exterior, para compreender o percurso, as expectativas e o mercado de trabalho destes profissionais.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q0TURj>

- **Programa Comunidades Sustentáveis**

O programa de extensão da Universidade de Passo Fundo almeja a curricularização da extensão junto aos cursos envolvidos, promovendo a educação socioambiental por meio da integração das diferentes áreas do conhecimento

Saiba mais: <https://bit.ly/2V6lixV>



- **Grupo de Bioestatística “Qui-quadrado é esse?”**

Projeto da Universidade Federal do Espírito Santo que visa integrar o profissional de estatística e o profissional de saúde, proporcionando ao aluno do curso de estatística contato com profissionais da área biomédica e divulgando a estatística no mundo biomédico.

Saiba mais: <https://bit.ly/3fGeC44>

- **Rompendo Barreiras**

Desenvolvido pela Universidade Regional do Ijuí, o projeto trabalha com atividades em conjunto com a Unidade de Reabilitação de Ijuí (UNIR), atendendo às demandas relacionadas a utensílios, equipamentos, soluções de forma prática ao dia a dia de quem está em reabilitação, possui alguma deficiência física ou capacidade reduzida de locomoção.

Saiba mais: <https://bit.ly/2J7E72y>

- **Grupo de Trabalho (GT) Bem-Viver para Tod@s**

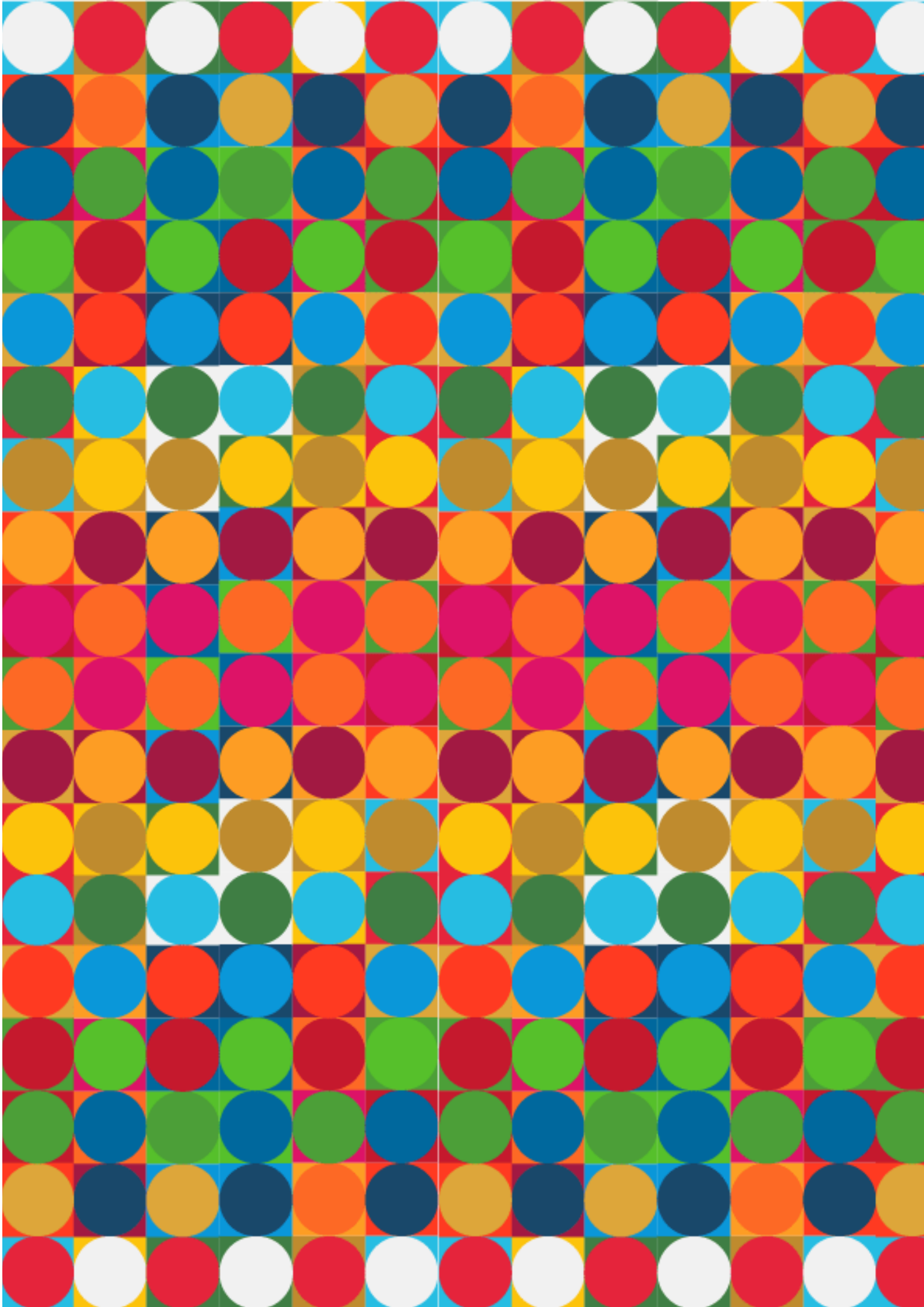
Desenvolvido pela Unesp por meio do Convênio Unesp/Santander, o grupo de trabalho está vinculado ao [Programa Educando para Diversidade](#) da universidade, e busca desenvolver ações de orientação, sensibilização e acolhimento para promover a saúde mental na comunidade universitária.

Saiba mais: <https://bit.ly/2V9wzyy>

IDOSO ATIVO

Iniciativa da Faculdade de Ciências da Unesp no campus de Bauru. O projeto ocorre em parceria com a Associação dos Diabéticos de Bauru e busca melhorar a qualidade de vida dos idosos a partir da realização de um programa de exercícios físicos supervisionado e outros serviços.

Saiba mais: <https://bit.ly/3mk0DUg>







ODS 4: Educação de Qualidade

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, "Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos", pode ser entendido como aspecto fundamental para a consecução de todos os demais objetivos, ou seja, para o alcance do desenvolvimento sustentável global. Por ser a base para a compreensão de mundo do ser humano, a educação deve ser qualificada e acessível a todos e todas, atuando de forma inclusiva e equitativa. Partindo do princípio de que o desenvolvimento sustentável só pode ser concretizado a partir da ação coletiva, entende-se que a educação é um caminho fundamental para garantir a inclusão de toda a população. Por meio do esforço de pautar as instituições de ensino dos diversos níveis educativos na Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), será possível promover o desenvolvimento individual e coletivo de saberes, habilidades, competências, valores, comportamentos e visões de mundo essenciais para a transformação global.

Como o ODS 4 impacta na nossa vida cotidiana?

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é o termo adotado pela UNESCO que define uma educação capaz de desenvolver habilidades, competências e conhecimentos necessários para uma atuação cidadã e profissional consciente em prol da sustentabilidade, deve estar presente na formação superior. A educação, em seus diversos níveis, atua na formação dos seres humanos e tem enorme impacto em como estes entendem o mundo. Uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa pode ser um caminho importante para garantir a todos/todas oportunidades equitativas, sendo vetor de extrema relevância no enfrentamento à desigualdade social e a vários tipos de violência. Atuando de modo transversal nos diversos objetivos da Agenda 2030, ela garante a sustentação de ideias e práticas que viabilizem e tornem exequíveis os ODS, ou seja, ela é o meio pelo qual essas pautas adquirem sentido e relevância junto às diferentes sociedades. Além disso, a educação pode nos oferecer uma formação pautada na perspectiva crítica de diálogo e interação com o mundo, o que a torna eixo central para a transformação social, econômica e ambiental, pilares de uma sociedade sustentável.

Qual a visão de futuro que o ODS 4 nos apresenta?

- Educação pública de qualidade, que atenda e apoie grupos em situação de vulnerabilidade;
- Acesso à formação técnica, profissional e superior de qualidade e inclusiva no sistema público, qualificando prioritariamente grupos em situação de vulnerabilidade para a busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho;
- Consolidar sistemas de ensino inclusivos, considerando as políticas públicas que atendam as demandas de pessoas com deficiência e demais grupos em situação de vulnerabilidade;
- Qualificação continuada e atualizada de professores, principalmente para aqueles que atuam no nível básico, fundamental para toda a formação escolar;



- Políticas robustas para ações afirmativas no sistema de ensino que garantam não somente o acesso de grupos em situação de vulnerabilidade, mas também sua permanência saudável nesses ambientes;
- Instituições de ensino estruturadas fisicamente de modo inclusivo e seguro, considerando principalmente as necessidades de pessoas com mobilidade reduzida e as questões de gênero, étnico-raciais, etárias, de classe, entre outras;
- Desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências necessários para o desenvolvimento sustentável por meio da EDS, conscientizando desde crianças a jovens adultos para a ação cidadã e consciente nas esferas social, econômica e ambiental.

Qual a ciência por trás da educação inclusiva e de qualidade?

A educação é o meio pelo qual a ciência se desenvolve, uma vez que é fundamental para a busca de respostas para as questões mais urgentes do nosso tempo. É essencial ampliar pesquisas científicas que possam mapear diferentes processos de ensino-aprendizagem, metodologias ativas e inovadoras para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, além de possibilidades tecnológicas que incluam grupos em situação de vulnerabilidade e potencializem esses processos. Pensar uma educação inclusiva requer nossa dedicação em pesquisas científicas que possam compreender variáveis e processos multidimensionais que envolvam metodologias, tecnologias e conhecimentos específicos voltados a ampliar as oportunidades de acesso a grupos vulnerabilizados em todos os níveis educacionais, desde o Ensino Fundamental ao Universitário e de formação profissional, além de formulação de políticas públicas que possam garantir e impactar uma política educacional equitativa. Nesse contexto, pesquisas sobre inovações pedagógicas têm fundamental relevância. Perspectivas educacionais que impactem currículos escolares e visem criar ambientes de reflexão crítica sobre nossas sociedades e sua relação com o meio ambiente, além de promover a curiosidade científica, são importantes ferramentas para a transformação social e o desenvolvimento científico e humano. Também é relevante pensar no papel social que os meios de comunicação exercem sobre as audiências. Portanto, inserir conteúdos midiáticos (seja em TV, rádio, internet, cinema ou outros meios) pautados por diretrizes dos ODS é uma forma de colaborar com o processo educativo de desconstrução e desnaturalização de violências. Por consequência, o impacto dessas pesquisas pode colaborar com o processo de autonomia e emancipação dos indivíduos mediante à educação em direitos humanos, para saúde sexual, ambiental, antirracista, para igualdade de gênero e em cultura de paz, que finalmente integram a proposta de uma educação para o desenvolvimento sustentável.

Como o ensino poderia lidar com a questão da educação de qualidade?

Primeiramente, a universidade, como importante ator no cenário educacional, tem a responsabilidade e o desafio de oferecer e desenvolver em seus espaços de aprendizagem uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa. Além disso,



é importante estimular o pensamento crítico entre estudantes, pesquisadores e extensionistas, visto que um dos pontos que compõem a educação de qualidade é justamente seu caráter não estático frente ao contexto em que se insere. Ainda, entende-se que a educação deve ser inclusiva, com métodos de aprendizagem que considerem as limitações de pessoas com deficiência, e representativa em questões étnico-raciais, gênero, classe social, entre outras interseccionalidades.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 4 e à Agenda 2030?

As pesquisas universitárias, considerando seu compromisso com o processo de ensino-aprendizagem, devem realizar investigações e agregar dados que sejam importantes na implementação do ODS 4. Vê-se nos cursos da modalidade licenciatura - que formam docentes aptos a ministrarem aulas no ensino fundamental e médio - a oportunidade de desenvolver pesquisas especificamente voltadas a metodologias e instrumentos de ensino que busquem meios mais eficientes de aprendizagem. Além disso, é importante fomentar pesquisas no âmbito da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), visto que tal temática, apesar de sua enorme relevância no contexto da Agenda 2030, ainda é pouco explorada no Brasil. Ademais, é necessário incentivar pesquisas para o mapeamento de dados sobre o ensino e suas intersecções com aspectos como pessoas com deficiência, questões étnico-raciais, gênero, classe social, entre outros, a fim de compreender mais profundamente a situação do ensino no país e pensar soluções inovadoras e coerentes com nossa realidade, criando oportunidades para a promoção de políticas públicas que assegurem o acesso universal, seguro e duradouro à educação.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 4?

Como ponte entre o ambiente universitário e a comunidade local, os projetos de extensão devem colaborar na disseminação do conhecimento produzido na academia, bem como criar espaços de debate que possibilitem a participação da sociedade nesse processo. É importante também que existam iniciativas de cursinhos comunitários nas universidades, a fim de auxiliar no acesso de grupos em situação de vulnerabilidade ao Ensino Superior; a qualidade de ensino dentro dessas iniciativas deve ser garantida, para que seja desenvolvido um processo de ensino-aprendizagem que estimule o senso crítico necessários aos futuros universitários. A extensão pode ainda contribuir com a gestão universitária, divulgando e conscientizando a comunidade local sobre as políticas de inclusão e permanência na universidade e sobre as ações afirmativas disponibilizadas à comunidade. Ainda, é relevante pensar na articulação entre extensão e ensino universitário, principalmente diante da curricularização da extensão nos cursos de graduação e pós-graduação, a fim de reafirmar o compromisso entre universidade e sociedade.

Por fim, é relevante que haja atuação universitária por meio da extensão em escolas de nível infantil, fundamental e médio, levando reflexões e debates para esses ambientes e, principalmente, conscientizando estudantes do Ensino



Médio de instituições públicas sobre as ações afirmativas de inserção no ensino superior.

Como os gestores poderiam usar o ODS 4 para aprimorar debates e ações sobre educação de qualidade?

Os gestores universitários têm a possibilidade de agir diretamente para a garantia de uma educação mais inclusiva, adotando ações afirmativas e políticas de permanência estudantil que possibilitem a entrada e a manutenção de grupos em situação de vulnerabilidade nos espaços educativos. Desse modo, com a inclusão dos diversos grupos no ambiente universitário, a própria produção de conhecimento tem sua qualidade elevada, visto que pode nutrir-se de diferentes visões de mundo para sua construção. Além disso, é essencial o acompanhamento dos docentes, capacitando-os de forma continuada a fim de garantir um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e atualizado, que tenha impacto no contexto atual dos estudantes. Por fim, também é importante expandir essas ações e ideais para além desses ambientes, levando conhecimento científico e desenvolvimento de habilidades e competências relevantes a todas e todos, por meio de ações de divulgação científica, palestras, atividades e cursos abertos à comunidade.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 4? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é um ensino de qualidade, inclusivo e equitativo?
- Quais metodologias de ensino-aprendizagem são mais inclusivas e construtivas?
- O que é Educação para o Desenvolvimento Sustentável e como ela pode ser aplicada nos diferentes níveis de ensino?
- Qual o impacto da educação no exercício do pensamento crítico e na formação de cidadãos engajados?
- Qual o papel da educação de qualidade no combate às desigualdades sociais e econômicas? Como possibilitar que ela chegue às populações mais vulneráveis?
- Como a educação de qualidade pode contribuir com uma educação para cultura de paz, inclusiva e pautada nos Direitos Humanos?

Como a Agenda 2030 e o ODS 4 se relacionam com o Brasil?

Considerando a educação de qualidade como questão desafiadora para o mundo de diferentes formas, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- O que é o Plano Nacional de Educação (PNE)? Como ele foi elaborado? Há necessidade de revisão?
- Quais temáticas interseccionam a educação no país?
- Qual a situação do acesso à educação de qualidade dos grupos em situação de vulnerabilidade no Brasil?



- A infraestrutura das instituições brasileiras de ensino é segura, inclusiva e de qualidade?
- Quais são as ações afirmativas presentes no ensino superior do país?
- Quais as políticas de apoio público à educação? É possível obter apoio de instituições privadas nesse contexto?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da educação de qualidade?

- O que sua área de conhecimento é capaz de produzir e implementar para alcançar uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todas e todos?
- Quais reflexões e pesquisas as diversas áreas de conhecimento realizam e podem realizar sobre essa temática?
- Como as conexões dessas iniciativas podem auxiliar na implementação do ODS 4?
- Quais outros saberes poderiam ser acessados para estabelecer este diálogo e estas conexões?
- Quais os incentivos necessários aos cursos de licenciatura para que sejam desenvolvidas pesquisas e metodologias de ensino e aprendizagem mais inclusivas e construtivas?
- Como a universidade pode colaborar na formulação de planos de ensino alinhados com o ODS 4, bem como na revisão do Plano Nacional de Educação (PNE)?
- Como pensar a curricularização da extensão nos cursos de graduação no ensino superior a fim de potencializar uma educação de qualidade comprometida com a sociedade?
- Quais marcos políticos sólidos podem ser criados para mobilizar investimentos na educação de qualidade, tornando-a inclusiva e acessível a todos?
- Como a universidade pode contribuir na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade em ambientes educacionais?
- Como fomentar políticas públicas sustentáveis e efetivas no que se refere à questão da educação inclusiva e equitativa?
- Quais são as falhas e potencialidades da educação no contexto brasileiro?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 4

- **AMUN Kids**

O projeto é realizado pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e tem como objetivo levar conceitos de cidadania e direitos humanos para a educação básica nas escolas públicas do Distrito Federal.

Saiba mais: <https://bit.ly/3l9abQh>



- **Observatório Didático de Astronomia "Lionel José Andriatto" UNESP Bauru**

O Observatório Astronômico da Unesp de Bauru tem origem em meados de 2004 é um projeto pautado na educação para despertar a curiosidade científica de crianças, adolescentes e jovens de escolas públicas de Bauru e região, por meio de eventos, visitas e atendimento remoto em escolas visando a educação para ciência.

Saiba mais: <https://bit.ly/39n8RY6>

- **Disciplina "Violência e Comunicação para Paz" no Programa de Pós-graduação em Comunicação da FAAC(Unesp)**

Nessa disciplina, o principal objetivo é compreender e discutir variáveis que incidem nos processos de naturalização de violências por meio da comunicação, como princípios da comunicação para cultura de paz (Communication for Peace).

Saiba mais: <https://bit.ly/2JczRyw>

- **Ação de sensibilização ambiental sobre temas de desenvolvimento sustentável junto a alunos de escolas públicas da Paraíba**

O projeto de extensão desenvolvido no Departamento de Ciências Básicas e Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) atua na sensibilização de alunos de escolas públicas de ensino médio da Paraíba sobre temas de desenvolvimento sustentável, utilizando o formato de olimpíadas do conhecimento.

Saiba mais: <https://bit.ly/2Jh3Q8r>

- **Cursinhos Pré-Universitários**

Os cursinhos comunitários ofertados nos diversos campus da Universidade Estadual Paulista (Unesp) são completamente gratuitos e preparam estudantes egressos da rede pública de ensino para vestibulares de universidades públicas e privadas. O material didático também é oferecido gratuitamente.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q2uJxP>



- **Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas Com Surdez**

Projeto desenvolvido no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) da Unesp campus de São José do Rio Preto, com o objetivo de aproximar os alunos da realidade da infraestrutura do sistema educacional na região e da necessidade da luta pela inclusão social.

Saiba mais: <https://bit.ly/37aPa2Y>

- **Educando para a Diversidade – TV Unesp**

O objetivo do programa é propor diálogos e reflexões críticas em formato de entrevistas com especialistas sobre a diversidade e suas inúmeras intersecções. Cada episódio aborda uma questão que incide sobre a multidimensionalidade da violência, além de promover as ações afirmativas realizadas pela universidade.

Saiba mais: <https://bit.ly/37daGEa>

- **A formação de professores de escolas públicas no município de União da Vitória/PR**

Projeto de extensão e pesquisa realizada pela UNESPAR, junto a escolas públicas locais, buscou dialogar com docentes a fim de gerar debates sobre o processo de ensino e aprendizagem, refletindo sobre seu potencial sociocultural libertador e emancipatório, pautado nos Círculos de Cultura.

Saiba mais: <https://bit.ly/3lh1q6O>





ODS 5: Igualdade de Gênero

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas", é de extrema importância no contexto brasileiro, o quinto país em mortes violentas de mulheres no mundo. Vale ressaltar que o ODS 5 deve ser analisado em todas suas interseccionalidades, especialmente no que tange a desigualdade racial, pobreza e saúde, objetivando mitigar as violências de gênero e construir uma organização social sustentada na igualdade. Desse modo, as ações devem se dar de forma a garantir equidade na atuação de mulheres em todos os setores, principalmente na tomada de decisões, e o atendimento de suas pautas em suas dimensões mais variadas. Ademais, o ODS 5 abre espaço – justamente por não tratar especificamente da temática LGBTQ – para que outras questões relacionadas a gênero possam ser enquadradas em termos de pesquisa, ensino e extensão.

Como o ODS 5 impacta na nossa vida cotidiana?

O ODS 5 trata de uma temática intrínseca às condições de vida de mulheres e meninas, frente à constante privação de direitos básicos e às diferentes barreiras que se aplicam de acordo com sua condição. A discriminação contra a mulher, sustentada por uma estrutura social de desigualdades multidimensionais, ocorre em diferentes ambientes - no trabalho, na sala de aula ou ambiente doméstico – e por diferentes meios de opressão, verbais, físicos ou psicológicos. Frente à condição de mulheres e meninas no Brasil e no mundo e considerando ainda questões como raça, gênero e classe social, pautar a desigualdade de gênero por meio de ensino, extensão e pesquisa e mobilizar iniciativas em prol de mudanças estruturais impacta diretamente no bem-estar da mulher, especialmente aquelas em condição de vulnerabilidade.

Qual a visão de futuro que o ODS 5 nos apresenta?

- Redução gradativa até a eliminação de todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte; isto é, todas as formas de violência nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de todos os tipos, e toda forma de prática nociva, como casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;
- Estabelecimento de parcerias a fim de alcançar a igualdade de gênero, garantindo a arrecadação, com apoio institucional, de recursos a partir de fontes diversas (públicas e privadas), a fim de promover a igualdade de gênero, especialmente no contexto dos países em desenvolvimento;
- Adoção e fortalecimento de políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, considerando as interseccionalidades e dimensões variadas, a partir das perspectivas das populações vulnerabilizadas; considerando a necessidade de atuação da mulher em cargos de liderança nos processos de tomada de decisão na vida política, econômica e pública e de um acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos;
- Realização de reformas políticas voltadas a garantir às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais;



- Reforço de políticas de proteção imediata para mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade social, que promovam a garantia de acesso a direitos e atendimento de todas as necessidades básicas.

Qual a ciência por trás da implementação do ODS 5?

A ciência é primordial para entender como se dá a desigualdade de gênero dentro e entre sociedades, assim como nos ajuda a compreender manifestações conectadas à interseccionalidade e à multidimensionalidade. A compreensão da estrutura de disparidade que envolve mulheres e meninas e a elaboração de planos de ação de combate a violação dos direitos das mulheres e meninas, por exemplo, se encontra no cerne de trabalhos científicos: com a ampliação de pesquisas e levantamentos de dados sobre a desigualdade de gênero em suas interseccionalidades; com a maior participação de mulheres, dos mais variados contextos, na formulação de pesquisas e de políticas públicas; além do aumento do uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres (incluindo a disseminação de apps e plataformas de produção de conteúdo e denúncia). A ciência por trás da implementação do ODS 5 pressupõe discussões profundas sobre teorias feministas e sobre uma ética de gênero que desvela outras facetas relevantes, tais como o lugar das pessoas LGBTQ em termos de direitos e oportunidades.

Como o ensino poderia lidar com a questão da igualdade de gênero?

O ensino, desde o nível primário até o superior, é ferramenta chave e linha de frente para a desconstrução da cultura machista enraizada em nossas sociedades patriarcais, de forma a conscientizar jovens acerca da multidimensionalidade da violência de gênero. É essencial, portanto, investir em instituições públicas de ensino, de forma a promover discussões acerca da saúde sexual, direito reprodutivo, equidade de gênero e diferentes pautas que se interseccionam ao tema da mulher. Assim, deve-se criar um ambiente acolhedor e não discriminatório, por meio da ampliação das políticas de proteção e acolhimento das vítimas de violência doméstica e demais mulheres em posição de vulnerabilidade social, dentro e fora do ambiente universitário, e promover a reflexão crítica acerca de todo o currículo dos cursos, de modo a considerar a perspectiva de gênero e a representatividade, partindo da introdução de produções de conhecimento elaboradas por mulheres.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 5 e à Agenda 2030?

A pesquisa, assim como outras práticas universitárias, é motor fundamental de mudanças estruturais no país e de avanços em direção a universalização dos direitos da mulher. Primeiramente, o trabalho universitário e científico nacional deve ser estimulado e valorizado, para que haja a disponibilização de recursos públicos a fim de fomentar pesquisas que busquem alternativas na promoção da igualdade de gênero. A partir disso, é necessário o investimento em pesquisas



direcionadas à temática desigualdade de gênero, que considerem os impactos da violência de gênero em comunidades periféricas, no meio rural e em comunidades de povos tradicionais e quilombolas e todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas; a busca por dados e números estatísticos transparentes, atualizados e acessíveis – em parceria com pesquisadoras da área – que tragam uma visão ampla e melhores parâmetros de conscientização; e o incentivo à pesquisa sobre a situação de desigualdade de gênero no Brasil que abarque vivências múltiplas e diferentes pesquisadoras, resultando na produção de dados completos, sob perspectivas de raça, gênero, sexualidade, região.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 5?

Essa realidade problemática e enraizada culturalmente demanda ações imediatas, por isso, jovens universitários devem atuar na linha de frente em prol do ODS 5 e da Agenda 2030 como um todo, por meio de atividades práticas e ágeis. A extensão universitária possui essa função: posicionar o estudante como agente de ação no agora, por meio da atuação direta na comunidade acadêmica ou local. Assim, devem ser incentivadas, por exemplo, propostas de extensão que desenvolvam a formação de uma rede de apoio para mulheres vítimas de violência doméstica em todos os espaços; iniciativas que levem em conta a importância do apoio às mães dentro e fora da universidade, assim como a percepção e inclusão da maternidade nas discussões; e, de forma geral, extensões que atuem na promoção da igualdade de gênero, em suas diversas dimensões, e estimulem o empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Para isso, é de suma importância investir em projetos focalizados no estudo das questões de gênero, por meio de verbas públicas e privadas, além de promover sua institucionalização.

Qual o papel da gestão em tratar o tema da igualdade de gênero como uma questão de educação?

A gestão universitária deve, em primeiro lugar, ser representativa em questão de gênero; ou seja, também constituída por professoras, administradoras, técnicas e pesquisadoras que representem as diferentes interseccionalidades da mulher, em questão de raça, gênero, região ou condição financeira. Para isso, devem existir ações afirmativas de equiparação, promovendo a atuação de mulheres em posições que as permitam integrar os processos de tomada de decisão. Ademais, a gestão universitária deve assegurar a promoção de medidas que garantam a segurança das discentes e docentes no campus e nos trajetos entre suas casas e os espaços de ensino; além da construção de espaços de cuidado, como creches, dentro do espaço universitário ou próximos a ele, possibilitando às mães uma dedicação mais completa aos estudos.



Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 5? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é a desigualdade de gênero e quais são as suas dimensões?
- Quais são as variáveis culturais que naturalizam a violência machista?
- Quais grupos populacionais são mais vulneráveis à violência de gênero? Por quê?
- É possível reduzir a exposição e a vulnerabilidade de mulheres em eventos extremos, como desastres econômicos, sociais e ambientais?
- Quais políticas devem ser implementadas e quais ações realizadas para garantir essa segurança?

Como a Agenda 2030 e o ODS 5 se relacionam com o Brasil?

Considerando a desigualdade de gênero um dos principais desafios globais que assolam diferentes países do mundo, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como se define a desigualdade de gênero no Brasil e quais as suas dimensões?
- Quais são as medidas que estruturam a desigualdade de gênero no Brasil?
- Como raça, sexualidade e classe transversalizam a questão de gênero no Brasil?
- Como garantir, no contexto político e econômico brasileiro, uma mobilização significativa de recursos para implementar medidas contra as violências de gênero?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da igualdade de gênero?

- O que sua área de conhecimento é capaz de produzir e implementar em relação à promoção da igualdade de gênero?
- Quais reflexões e pesquisas as diversas áreas de conhecimento realizam e podem realizar sobre essa temática?
- Como as maneiras de conectar essas iniciativas podem auxiliar a erradicar a violência de gênero?
- Quais outros saberes poderiam ser acessados para estabelecer este diálogo e estas conexões?
- Quais marcos políticos sólidos podem ser criados para mobilizar investimentos nas ações de promoção da igualdade de gênero?
- Quais medidas políticas e econômicas podem ser utilizadas de modo a garantir a participação plena de mulheres em diversos espaços de atuação profissional, principalmente no que tange a tomada de decisões políticas?
- Como construir políticas públicas sustentáveis e efetivas no que se refere à questão de gênero?
- Sistemas e medidas de proteção social: quais são eles e como se dá a implementação? Quais suas falhas e potencialidades no contexto brasileiro?



BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 5

- **Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres (NEPeM) – UnB**

Núcleo responsável pela formação de gerações pesquisadoras e desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a equidade de gênero e o enfrentamento à violência. Uma de suas mais destacadas ações é a coordenação do Fórum Lei Maria da Penha.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q8sHMA>

- **Saúde Mental e Gênero**

O Laboratório de estudos no âmbito da Universidade de Brasília (UnB) busca compreender problemáticas que envolvem saúde mental e desigualdade de gênero, como o fornecimento de uma assistência eficaz a mulheres vítimas de violência.

Saiba mais: <https://saudentalegenero.wordpress.com/>

- **Desigualdades de gênero em tempos de pandemia é tema de campanha da AFM**

Diálogos entre 30 lideranças feministas de diversos países da América Latina, promovidos pela Articulación Feminista Mercosur para entender o contexto de cada país e a situação das mulheres a partir de cada organização participante, bem como de suas atuações.

Saiba mais: <https://bit.ly/2JhfeK6>

- **Promotoras Legais Populares (PLP)**

Estruturaram-se como projeto de extensão vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), além de um coletivo auto-organizado de mulheres que lutam pelo fim das opressões de gênero, raça e classe.

Saiba mais: <https://bit.ly/3l9FieN>



- **Projeto de Extensão e Ação Contínua Maria da Penha: 10 Anos de Atenção e Proteção a Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar em Ceilândia/DF**

Relato de Experiência referente aos 10 anos do Projeto de Extensão de Ação Contínua Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar em Ceilândia.

Saiba mais: <https://bit.ly/3o5epdw>

- **MARIAS - Mulheres Acadêmicas em Relações Internacionais e Ativismo Social**

Grupo de pesquisa, ensino e extensão nas áreas de gênero e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), que se configura como um grupo acadêmico e militante de mulheres.

Saiba mais: <https://bit.ly/39lUlX>

- **Minas que Programam**

O Minas Programam é uma iniciativa de alunas da USP criada em 2015 para desafiar os estereótipos de gênero e de raça que influenciam nossa relação com as áreas de ciências, tecnologia e computação.

Saiba mais: <https://minasqueprogramam.com/>

- **Projeto Meninas Velozes**

O projeto nasceu da necessidade de superar a falta de profissionais da Engenharia e garantir, sobretudo, equidade de gênero na área.

Saiba mais: <https://bit.ly/3o6JRbD>

- **Formação de Lideranças: uma parceria com mulheres do campo e da cidade**

Projeto realizado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp) do campus de Franca com o objetivo de empoderar mulheres a se tornarem lideranças femininas em suas comunidades, incentivando a criatividade e o senso crítico.

Saiba mais: <https://bit.ly/39yDN7R>





ODS 6: Água Potável e Saneamento

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6, "Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos", possui um chamamento a um tema fundamental quanto à melhoria da qualidade de vida de populações ao redor do mundo. A água é vetor de desenvolvimento econômico, matriz civilizatória e indutora de preservação ambiental e saúde humana. Ademais, o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário são dois direitos humanos fundamentais, com conexão direta com as condições elementares para a dignidade humana e saúde pública. Políticas orientadas à aplicação do objetivo são encampadas em diferentes ciências, de tal modo que um guia de implementação precisa possibilitar enxergar transversalmente iniciativas que sejam construídas em torno da garantia equitativa e da gestão sustentável de água e saneamento. A universidade é um espaço importante de fortalecimento de tecnologias e estudos que estimulem comportamentos e ferramentais de cidadania para o alcance das metas atreladas ao ODS 6, com considerações às contribuições de diferentes ciências e campos do saber, em um diálogo produtivo.

Como o ODS 6 impacta na nossa vida cotidiana?

Pia, água e sabão para lavar as mãos, vaso sanitário para necessidades fisiológicas, coleta de águas residuais em casa. Nossas vidas são diretamente influenciadas por dinâmicas básicas e estruturas tecnológicas que tornam nossa existência em sociedade possível. Embora sua temática seja ainda pouco estabelecida nas universidades, projetos universitários apresentam potencialidades na implementação de boas práticas e na influência técnica dos processos de tomada de decisão de governos e parlamentos em relação ao ODS 6, por exemplo, com o desenvolvimento de soluções descentralizadas, soluções baseadas na natureza, aprendizados sobre governança complexa multinível e gestão comunitária, bem como práticas educacionais e de cidadania para valorização deste recurso natural limitado.

Qual a visão de futuro que o ODS 6 nos apresenta?

- Garantia de água potável e saneamento básico a todas as pessoas, com instalações básicas de saneamento e higiene, com atenção para mulheres e meninas;
- Proteção e recuperação de ecossistemas hídricos com promoção de melhoria da qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo lançamento de efluentes não tratados e aumentando reuso;
- Aumento da eficiência do uso da água com retiradas sustentáveis e abastecimento de água doce durante períodos de escassez hídrica;
- Implementação da gestão integrada de recursos hídricos em todas esferas governamentais, mesmo em condições transfronteiriças, com participação de comunidades locais para controle social da gestão;
- Ampliação do apoio ao desenvolvimento de capacidades em atividades e programas relacionados à água e saneamento e cooperação internacional.



Qual a ciência por trás da água potável e do saneamento?

Compreender cientificamente estruturas e detalhes do tema permite empreender políticas em torno da implementação transversal e equitativa do ODS 6. Em primeiro plano, a promoção de pesquisa sobre segurança hídrica e saneamento básico para fomentar mapas e políticas de acesso sustentável à água, proteção de ecossistemas hídricos, retiradas sustentáveis e economia verde produz subsídios para metas e planos hídricos e de saneamento básico sustentáveis. O assunto também passa pela reflexão científica fundamental dos impactos da crise climática no cenário de segurança hídrica e condições sanitárias básicas, considerando que há uma relação umbilical entre mudanças climáticas e o ciclo das chuvas e que as projeções feitas pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), principal e mais reconhecida organização científico-política, indicam cenários de extremos hidrológicos acarretando em desafios enormes para a gestão das águas. Assim, com levantamento de informações, a divulgação do conhecimento científico sobre disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento pode promover informação que leva a um engajamento cidadão que reivindique o acesso equitativo de todas as pessoas a esses direitos, sobretudo o das mais vulneráveis.

Como o ensino poderia lidar com a questão da água potável e do saneamento básico?

A educação é meio pelo qual se busca a melhora da qualidade de informação sobre todos os ODS, em especial, o ODS 6. A criação de disciplinas que discutam transversalmente ou especificamente a segurança hídrica e as condições sanitárias básicas, em diferentes áreas do conhecimento e nos mais diversos cursos, em suas temáticas específicas, é uma forma de ensino ativo que debate valores e ideias relevantes para sua implementação. Esse processo de formação deve considerar desde questões conceituais fundamentais, por exemplo, o entendimento de que segurança hídrica é muito mais do que simplesmente garantir a oferta d'água a qualquer custo socioambiental, mas incorporar as dimensões da gestão da demanda e incentivo ao uso racional, a proteção das fontes de água, o combate à poluição e às perdas na distribuição, o uso eficiente, o reuso, o reaproveitamento das águas pluviais, assim como outras dimensões. A educação também cumpre um papel fundamental na informação ampla e sensibilização qualificada da sociedade sobre a realidade a respeito deste tema, realizando um papel central de acesso às informações e curadoria delas. Além disso, uma formação sobre políticas públicas para segurança hídrica e saneamento a futuros tomadores de decisão e técnicos do setor privado, como formandos em cursos das ciências sociais aplicadas e das engenharias, é um ponto importante para o melhoramento de preparo de futuros técnicos sobre segurança hídrica e saneamento básico.



Como as pesquisas se conectam ao ODS 6 e à Agenda 2030?

As pesquisas são esteio de desenvolvimento de políticas que garantem água potável e saneamento básico acessíveis e bem geridos. O subsídio financeiro adequado e o incentivo institucional a estudos e alternativas para segurança hídrica e saneamento básico são pontos significativos para conexão da pesquisa universitária ao ODS 6. Também, a inovação na pesquisa é necessária para uma pluralidade de abordagem de temáticas nos estudos, que podem passar, a título de sugestão, por aprimoramento de dados sobre água e saneamento, relação entre investimentos em saneamento e economia de recursos na saúde, (re)planejamento hídrico-sanitário para localidades com insegurança hídrica, impactos de subfinanciamento e sub-estruturação e soluções, incentivos econômicos na garantia de segurança hídrica e condições sanitárias e formação de green bonds na economia verde, estrutura descentralizada de equipamentos de água e saneamento, relação entre preservação ambiental e produção de água, tecnologias de eficiência hídrica, sobretudo na irrigação em atividades agrícolas, otimização da regulação jurídica para reúso, combate a perdas e estresse hídrico em metrópoles e cidades com acesso escasso à água, refinamento de desenhos institucionais para gestão integrada, coordenação institucional e gestão compartilhada e modelagem de monitoramento de ecossistemas e recursos hídricos.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 6?

A extensão universitária tem potencialidades de transformações locais no acesso e na gestão de água e saneamento. A partir da estruturação de projetos com financiamento adequado, programas e diálogos entre comunidade e universidade podem ser via de garantia de direitos e educação popular. Promover diálogos entre comunidade e universidade a fim de difundir conhecimento sobre qualidade de água e saneamento e que capacitem comunidades locais, em especial comunidades tradicionais e povos originários, de modo que elas participem da gestão de águas e saneamento em suas localidades é fundamental. Também, ações comunitárias com instrumentos alternativos de acesso equitativo e gestão sustentável que garantam água potável e condições sanitárias básicas são importantes, como projetos em comunidades carentes em morros ou regiões geográficas acidentais que promovam estrutura descentralizada e alternativa de captação de água e tratamento de esgoto.

Qual o papel da gestão em tratar o tema da água e do saneamento como uma questão de educação?

Gestores educacionais, professores, coordenadores, diretores, reitores e quem esteja à frente de projetos dessa ordem precisam estar conscientes sobre a potencialidade da difusão de informações do tema para a construção coletiva de inovações e soluções. Colocar em planejamento eventos e semanas acadêmicas que discutam transversalmente água potável e saneamento básico como políticas



educacionais permanentes é importantíssimo, como a realização de seminários sobre segurança hídrica e saneamento básico que envolvam comunidades locais, organizações da sociedade civil, a própria academia e esferas governamentais. Além disso, ainda como permanência de políticas, o financiamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão é necessário. Proporcionar acesso de comunidades tradicionais e povos originários à rede federal de educação por meio de programas de preparação comunitária pré-vestibular e ações afirmativas, a fim de que esses grupos possam engajar-se em temáticas relacionadas à segurança hídrica e compartilhar saberes tradicionais na relação com a água é rota de envolvimento de outros saberes e desconstrução de tecnocratismo na área; a técnica é importante, mas outros conhecimentos oferecem contribuições essenciais para a superação de desafios. Por fim, sobre os equipamentos dos prédios das instituições, uma política bem-vinda é a promoção do uso racional da água e de tecnologias alternativas de reuso da água.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 6? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é água potável e o que é saneamento básico?
- Como se conceitua e mensura o acesso aos equipamentos de cidadania do setor?
- Existem grupos mais vulneráveis que outros no tema? Quais são os motivos e como eles se constroem?
- O que é segurança hídrica e quais os meios de implementação da segurança hídrica no Brasil?
- É possível garantir segurança hídrica e condições sanitárias aos mais vulneráveis?
- É possível diminuir pressão sobre os recursos hídricos, sobretudo na agricultura e nas grandes cidades?
- Como possibilitar a preservação de ecossistemas hídricos?
- Quais setores compõem a governança global e nacional da água?
- Qual a relação entre segurança hídrica e mudanças climáticas?
- Como água e saneamento como parte do ODS 6 podem ser analisados pela ótica dos direitos fundamentais?
- Qual a situação do Brasil nesta agenda e possíveis caminhos rumo a uma maior segurança hídrica?

Como a Agenda 2030 e o ODS 6 se relacionam com o Brasil?

Considerando a água potável e o saneamento como questões desafiadoras para o mundo, nas suas diferentes formas, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- A água reservada para o consumo humano é majoritariamente tratada?
- O que fazer em contextos nos quais a maioria das cidades brasileiras não possuem tratamento de esgoto?
- Como lidar quando não há coleta e tratamento de esgoto, mas apenas afastamento de esgoto? Os efluentes são tratados ou despejados nos mananciais sem cuidado?



- O saneamento rural encontra-se em situação de marginalização ou existem políticas públicas e financiamento suficientes para lidar com suas peculiaridades?
- Como o perfil de gênero, raça, e renda define o quadro de insegurança hídrica?
- Quais são as medidas de proteção social das pessoas mais vulneráveis no quadro da falta de acesso a água e saneamento básico no Brasil poderiam ser implementadas?
- As comunidades tradicionais, como geraizeiros e indígenas, que possuem saberes populares e ancestrais e formas diferentes de lidar com a água e os demais recursos naturais, possuem defesa ampla do acesso a recursos naturais nas reservas que vivem? Sequer possuem, em sua maioria, reservas legais para resistirem enquanto povos?
- A regularização fundiária pode beneficiar a promoção de água potável e saneamento básico?
- Existe infraestrutura instalada adequada no Brasil para assegurar acesso universal aos serviços, seja tubos de conexão ou pias básicas com água e sabão para higiene?
- Os serviços hídricos e sanitários são inseridos na cadeia de economia verde e energia limpa a fim de gerar incentivos econômicos e diminuição de emissões de CO₂?
- Existe uma educação ambiental voltada ao uso adequado da água? Setores da economia usam de forma eficiente a água, sobretudo a agropecuária brasileira?
- Qual a relevância de estudos como mapeamentos sobre estresse hídrico nas grandes cidades brasileiras que sofrem com escassez hídrica e em cidades com falta de acesso adequado a mananciais para retiradas de água?
- Como pensar a gestão de recursos hídricos em nível federal, estadual/distrital ou municipal em contextos de proteção e recuperação, como Floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal?
- A tarifação de água é transparente? Destina recursos para preservação ambiental e universalização de serviços? Corresponde ao uso real do consumidor?
- Comunidades locais têm sido motivadas institucionalmente a participarem de conselhos de gestão da água e do saneamento? Há equidade de condição de voz e tomada de decisão entre atores nesses conselhos?
- Quais medidas políticas e econômicas são necessárias para modular corretamente a tarifação de água a fim de gerar recursos para investimentos no setor? Como construir políticas públicas sustentáveis e efetivas no que se refere à água e saneamento?
- Quais marcos legais ajudariam a fomentar a segurança hídrica e mobilizar investimentos na área? Quais compromissos políticos possibilitariam o estabelecimento de prioridade governamental à pauta hídrico-sanitária?



Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da água potável e do saneamento básico?

- O que a sua área de conhecimento poderia auxiliar para a concretização da segurança hídrica e de condições sanitárias básicas?
- Quais tecnologias são utilizadas por sua área de conhecimento para pesquisa na área? Elas envolvem quais subtópicos do ODS 6?
- Como sua área de conhecimento pode desenvolver ferramentas de pesquisa sobre água e saneamento?
- Como sua área de conhecimento pode contribuir para a inovação sustentável hídrica e sanitária?
- Como sua área de conhecimento pode colaborar com o detalhamento de dados sobre água e saneamento?
- O que outras áreas do conhecimento podem agregar para mudanças significativas na área? Considere a produção de conhecimento e a implementação de políticas e procedimentos.
- Aliada à sua área de conhecimento, quais outras áreas podem atuar cientificamente para gerar soluções na área e em quais temas?
- Como estudos sobre gênero, raça, renda e outros temas podem colaborar para a efetivação do ODS 6?
- Quais outros saberes podem ser acessados para gerar diálogos e conexões?
- Quais pesquisas acadêmicas podem melhorar o próprio cenário universitário hídrico e sanitário?
- Como a universidade pode promover o ODS 6, contando com ou para além de projetos de extensão e pesquisa?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 6

- **Programa Sanear (UNESPAR/PR)**

O projeto Sanear atende pequenos produtores agrícolas quanto à melhoria de condições de acesso à água potável e saneamento. Agem por meio de serviços como, por exemplo, a instalação de sistemas de tratamento de esgoto e água potável com uso de materiais de baixo custo.

Saiba mais: <https://bit.ly/3fJfYLe>

- **Projeto Reágua (IFCE)**

O projeto Reágua, idealizado por discentes do curso técnico em Petroquímica no Campus Caucaia do IFCE, propõe o reuso de água desperdiçada em bebedouros nas escolas, uma solução simples e barata.

Saiba mais: <https://bit.ly/2JhK5xN>



- **Projeto de Monitoramento de Nascente e Impacto de Parques Lineares (UTFPR)**

O projeto monitorou a qualidade da água de alguns córregos urbanos toledanos por 18 meses, com 3 coletas que subsidiaram laudos e notas técnicas ao poder público sobre a qualidade dos corpos hídricos e à formação discente em disciplina de Engenharia Ambiental.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q6IEDT>

- **Aplicativo Olhos D'Água (UEMG)**

Graduandos em Ciências Biológicas e curso de Engenharia da Computação criaram um aplicativo de monitoramento de nascentes da região de Divinópolis-MG para os cidadãos.

Saiba mais: <https://glo.bo/3o6LpIX>

- **Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/UnB)**

O programa de mestrado promove a valorização da biodiversidade, o diálogo de saberes populares e tradicionais e o exercício de direitos. Dá visibilidade ao Cerrado e à preservação e recuperação de outros ecossistemas relacionados com a água.

Saiba mais: <https://bit.ly/3mdb8bT>

- **Disciplina (e projeto de pesquisa-ação) "Enfrentando o COVID-19 e suas relações socioambientais: empoderamento de Redes Locais para acesso à água como direito nas ARIS do DF" (ICH/UnB)**

O projeto visa inovar a análise e o enfrentamento à COVID-19, sob uma transversalidade nas ciências humanas e a articulação de pesquisa, inovação e extensão com pesquisa-ação central no uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Saiba mais: <https://bit.ly/3o0JeA5>

- **Projeto Brasília Sensível à Água (UnB)**

Com atuação na área de infraestrutura ecológica, o projeto desenvolve estudos sobre desenhos urbanos sensíveis à água e que melhorem o desempenho do ciclo hidrológico do espaço urbano e a saúde ambiental.

Saiba mais: <https://bit.ly/3l9gJOR>



- **Curso de Extensão sobre planos de saneamento básico e ODS 6 (PUC-Rio)**

Esse curso de extensão propõe ensinar sobre o processo de formulação e execução de políticas públicas de saneamento básico, abrangendo a intersectorialidade do tema.

Saiba mais: <https://bit.ly/33jIdev>

- **Projeto AquaVant (UFAM-UFC-UnB-Instituto Francês de Pesquisa e Desenvolvimento/IRD)**

O projeto inédito de monitoramento de águas por drone (de menor custo e mais ágil) situado em quatro instituições de pesquisa busca preencher a lacuna existente no sistema de sensoriamento remoto por campo e por satélite.

Saiba mais: <https://bit.ly/2Vb7WSc>

- **Programa Gestão Sustentável da Água e Saneamento pelo Reuso da água de chuva para fins não potáveis - (FEITEP/PR)**

O programa busca adotar medidas de economia de água por meio do reuso da água da chuva para fins não potáveis, como pela criação de pontos de coleta de água para limpeza e mini estação de tratamento de água.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q6IEDT>

- **Projeto de Pesquisa - Potencial de contaminação da água em área rural**

Projeto de pesquisa realizado pela Faculdade de Engenharia da Unesp do Campus de Ilha Solteira buscou avaliar o potencial de contaminação da água em cinco propriedades rurais do Assentamento Estrela da Ilha, assim como conscientizar e orientar a população para a filtragem da água e manutenção contínua dos recipientes.

Saiba mais: <https://bit.ly/3fGsECM>

- **Tecnologias Sociais para combater a falta de água**

Projeto de Extensão "Tecnologias para manejo de água e transição agroecológica no assentamento Córrego Rico" do Departamento de Economia, Administração e Educação da FCAV da Unesp no campus de Jaboticabal, utiliza tecnologias sociais para combater a falta de água no Assentamento de Córrego Rico.

Saiba mais: <https://bit.ly/3fFmEKO>





ODS 7: Energia Acessível e Limpa

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7, "Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos", trata de uma problemática global extremamente relevante, frente a seus efeitos multidimensionais. A desigualdade de acesso à eletricidade no mundo ainda é gritante e demanda soluções inovadoras e sustentáveis que levem em conta as necessidades das populações em vulnerabilidade. Isso não é diferente para o caso do Brasil, embora nessas duas últimas décadas tenha caminhado relativamente bem nesse sentido, ainda existindo cerca de 1 milhão de brasileiros sem acesso à eletricidade para atingir a universalização. Partindo desse pressuposto, o ODS 7 propõe energias acessíveis e serviços inclusivos a preços baixos, além de uma transição energética, optando por fontes limpas e renováveis no lugar de combustíveis fósseis poluentes. A universidade, por meio da pesquisa, extensão, ensino e todas as iniciativas por ela desenvolvidas, possui papel chave na articulação dessa temática, buscando soluções para mitigar desigualdades de acesso à matriz energética e de forma a torná-la mais segura, eficiente, lucrativa e sustentável. A atuação acadêmica na linha de frente pela implementação da Agenda 2030 é primordial, articulando os ODS nas diferentes áreas acadêmicas de conhecimento e levando em conta o caráter interseccional das temáticas. Especificamente a temática da energia possui relação, em maior ou menor grau, com os demais ODS, embora essa relação seja pouco conhecida para quem é ou não do setor de energia.

Como o ODS 7 impacta na nossa vida cotidiana?

A energia é grande motor de tecnologia, comunicação, transporte, atendimento de necessidades básicas e desenvolvimento econômico. Muitos dos problemas que enfrentamos hoje são fruto do uso e produção da energia, como poluição urbana e aquecimento global com suas consequências na saúde e na própria sobrevivência da vida na Terra. Pensando em um consumo energético ineficiente e poluente e na possível escassez de recursos limitados, o ODS 7 torna-se fundamental ao propor energias eficientes e responsáveis e pensar estrategicamente nas futuras gerações. Partindo disso, a ação universitária como agente de inovação é urgente, como fonte de engajamento, produção e implementação de novos sistemas energéticos acessíveis e limpos.

Qual a visão de futuro que o ODS 7 nos apresenta?

- Acesso universal, confiável e acessível à energia, em particular o acesso a eletricidade, luz e serviços de energia para todas as pessoas, em todos os lugares .
- Mitigação dos efeitos climáticos e ambientais causados pela queima de combustíveis fósseis, decorrente, especialmente, dos meios de transporte. No caso brasileiro o ODS 7 lança uma reflexão de futuro sobre o desmatamento e a necessária modificação no uso da terra.

É preciso imaginar um futuro no qual as pessoas não dependam da lenha ou esterco para cozinhar, uma vez que muitas mulheres e crianças ficam expostas durante toda a vida a um ambiente doméstico com índices de poluição mais de 100 vezes acima do limite superior recomendado pela OMS porque queimam esses energéticos em fogões a lenha simples.



- Aumentar a participação de energias limpas e renováveis na matriz energética global, considerando estruturas, indústrias, residências e atividades agrícolas;
- Ampliar a eficiência energética para recuperação econômica e aumento de produtividade, especialmente em contexto de pandemia;
- Eliminação de incentivos a combustíveis fósseis por parte do poder público, desenvolvendo ações afirmativas às diferentes fontes energéticas limpas;
- Implementação de base para monitoramento de dados atualizados e disponibilização de indicadores voltados à eficiência energética.

Qual a ciência por trás da energia acessível e limpa?

A ciência é base para o desenvolvimento de tecnologias e estruturas energéticas seguras e inovadoras. Apoiar pesquisas científicas dessa temática é ponto-chave para a implementação do ODS 7 e da Agenda 2030 como um todo. Por isso, deve-se investir em ações científicas que busquem a maior eficiência energética em infraestruturas urbanas, indústrias, agricultura e no ambiente doméstico; energias sustentáveis como alternativas a combustíveis fósseis, isto é, novos recursos mais eficientes e consumidos de forma sustentável, buscando mapear sua disponibilidade local; novas tecnologias e infraestruturas de produção energética, pensando na redução de seus impactos territoriais, ambientais e climáticos, e no aumento da oferta de serviços energéticos, que são o que de fato queremos em nossas vidas (iluminação, refrigeração, força motriz etc.), confiáveis, eficientes, de qualidade, que caibam no bolso e ambientalmente amigáveis.

Para o que se espera de uma educação pelos ODS, é pensar a conexão ensino, pesquisa e extensão para entender o cenário energético local, as necessidades das populações locais, as soluções apropriadas aos contextos locais - no sentido de serem adequadas não ao pesquisador ou acadêmico, mas para a população local. A construção da solução é social, local, não necessariamente o constructo que o acadêmico tem em sua cabeça, por mais bem intencionada que seja. A ciência no ODS 7 permite mapear os impactos de cada fonte energética disponível, de forma a pensar nas alternativas mais eficientes; e conscientizar sobre o acesso limitado a tecnologias e fontes energéticas, frente a preços elevados e ao mercado limitado de produção e distribuição.

Como o ensino poderia lidar com a questão da energia limpa e acessível?

É necessário colocar em pauta a Agenda 2030 e os ODS desde o ensino primário, estabelecendo esse contato no ambiente educacional e conscientizando jovens de seus papéis como agentes multiplicadores da sustentabilidade. Dessa forma, o debate em sala de aula, assim como em palestras, cursos e rodas de conversa, sobre as temáticas abordadas no ODS 7 é primordial ligar a atuação universitária da sociedade. O ambiente de ensino deve contribuir para melhor compreensão de conceitos atrelados ao ODS 7 como, por exemplo, a relação energia e desenvolvimento, energia e questões sociais, energia e meio ambiente, energia



e economia, energia e segurança, energias renováveis (solar, eólica, hidrelétrica, geotérmica, biomassa) ou não renováveis (petróleo, carvão mineral, gás natural), combustíveis fósseis, eficiência e matriz energética, entre outros.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 7 e à Agenda 2030?

As pesquisas são meios de questionar os padrões de produção e consumo energético vigentes, com seus cortes de renda, gênero, etnias, por exemplo, e de sugerir novas alternativas consolidadas por dados e observações; sem tais pesquisas, o caminho sustentável para se alcançar metas do ODS 7 e a Agenda 2030 é inviável. Dessa forma, deve-se priorizar o investimento em iniciativas que, por exemplo, demonstram meios de monitoramento e avaliação sistemática da produção e consumo energético brasileiro, assim como a coleta e transparência de dados atualizados; analisam e incentivam a cooperação internacional e regional de forma a tornar o acesso à energia e tecnologias o mais abrangente e igualitário possível; e estudam as energias como disputa por poder, considerando os impactos econômicos, sociais e políticos. É também de suma importância pesquisar meios de atrelar ciência e tecnologias a infraestruturas resilientes de produção e consumo energéticos; compreender o potencial energético nacional, definir os recursos naturais mais eficientes e sustentáveis, além da elaboração de um novo sistema baseado no mix dessas energias e serviços energéticos; e, por fim, mapear as desigualdades no acesso às energias, em questão de raça, gênero, região, entre outras, e compreender essas dimensões em busca de soluções acessíveis.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 7?

A extensão é primordial para concretizar a atuação acadêmica direta na Agenda 2030, de forma a conectar o conhecimento produzido nas universidades à economia, ao meio ambiente e à comunidade local, bem como trazer para dentro da universidade os conhecimentos e aprendizados que foram obtidos nesse movimento de estender-se para fora. Dessa forma, deve-se apoiar e financiar iniciativas interligadas à energia, como: o estudo e mapeamento dos impactos de infraestruturas energéticas locais, como usinas hidrelétricas, dutos de gás natural e instalações eólicas; serviços de gerenciamento de resíduos industriais e de infraestruturas para geração de eficiência energética e para a implementação de fontes limpas de energia; o desenvolvimento de novas tecnologias e estruturas menos poluentes no meio universitário ou na comunidade local; redes de apoio que levem soluções de energia, luz e tecnologias a grupos vulneráveis e privados desses serviços; projetos que pensem e desenvolvam incentivos públicos a fontes renováveis e limpas e eficiência energética, no lugar de benefícios fiscais, tributários e outras facilidades a fontes energéticas poluentes e equipamentos de produção e uso final de energia ineficientes; projetos para entender e influenciar mudança de comportamento do consumidor com cortes interseccionais.



Qual o papel da gestão em tratar o tema da energia limpa e acessível como uma questão de educação?

Gestores educacionais, professores, técnicos e pesquisadores possuem papel central no fornecimento de um ambiente universitário acessível e inclusivo, por meio de ações afirmativas de auxílio a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica - bolsas, alimentação, moradia, entre outras. Assim, o conhecimento produzido e propagado no meio universitário será inclusivo e acessível a todas e todos, de forma a fortalecer a linha de frente da atuação em prol do ODS 7. A Agenda 2030 e o tema "energia acessível e limpa" devem estar em pauta em rodas de conversa, debates e eventos universitários, assim como na ementa das diferentes disciplinas e linhas de pesquisa acadêmicas, com o objetivo de conscientizar e engajar estudantes para a ação dentro de seus respectivos escopos de atuação. Ademais, é primordial que gestores implementem a Agenda 2030 dentro da universidade e de sua estrutura; considerando, por exemplo, a utilização de energias limpas e eficientes para computadores, ar-condicionados, projetores, lâmpadas e outras tecnologias; e, ao mesmo tempo, a diminuição de gastos, por meio de infraestruturas mais resilientes e econômicas. Uma ideia interessante seria tornar as universidades – trabalhando em rede - em laboratório de demonstração de tecnologias, serviços e conceitos para o ODS 7 e suas interconexões com os demais ODS. Alunas e alunos, pesquisadoras e pesquisadores poderiam aprender fazendo a própria Universidade sustentável.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 7? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- Como criar cooperações e parcerias internacionais de forma a mitigar as desigualdades no acesso à energia e à eletricidade, especialmente em países pobres ou em desenvolvimento?
- Como garantir um monitoramento efetivo e uma base de dados atualizada e transparente em relação à eficiência energética e aos seus impactos ambientais, sociais e econômicos?
- É possível desenvolver padrões de produção que relacionem crescimento econômico à sustentabilidade? Quais fontes e infraestruturas energéticas seriam mais adequadas de acordo com as disponibilidades locais?
- De que forma transferir os subsídios públicos das energias poluentes às alternativas mais limpas e eficientes?
- Como a queima de combustíveis fósseis se relaciona ao aquecimento global? Quais são as dimensões dessa problemática hoje e como detê-la?

Como a Agenda 2030 e o ODS 7 se relacionam com o Brasil?

Considerando a energia limpa e sustentável como questão desafiadora para o mundo de diferentes formas, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como se dá o acesso à energia no Brasil?
- Quais grupos são privados do fornecimento de eletricidade no país? Como combater essa desigualdade de acesso?
- Como aumentar a participação de energias limpas e renováveis no Brasil?



- Quais são os impactos energéticos na mudança do clima no país? Como mapeá-los?
- De que modo aproveitar recursos naturais sustentavelmente, reconhecendo a grande disponibilidade de fontes renováveis no país? Tal potencial energético - como o grande potencial hídrico nacional - é reconhecido e usufruído corretamente?
- Como desenvolver incentivos públicos e privados para a adoção de fontes energéticas limpas, eficientes e acessíveis a todas e todos?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da energia limpa e acessível?

- Que tipo de conhecimento sua área pode produzir para avançar em direção à maior utilização de energias limpas e acessíveis?
- Quais reflexões, pesquisas e iniciativas sua área de conhecimento realiza ou pode realizar sobre essa temática, considerando seu escopo de atuação?
- Quais as formas de conectar tais ações que podem auxiliar na implementação do ODS 7?
- Quais outros conhecimentos poderiam ser acessados para estabelecer este diálogo e estas conexões entre diferentes áreas?
- Como podemos, por meio dessas práticas, "assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos"?
- Quais medidas políticas podem ser implementadas e concretizadas de forma a aumentar incentivos em prol de energias renováveis e acessíveis?
- Como a pesquisa e a extensão podem colaborar para garantir o acesso à eletricidade e à energia eficiente, especialmente em comunidades vulneráveis?
- Como as pesquisas realizadas pelas ciências políticas, econômicas e sociais podem ser utilizadas para estruturar novas políticas de incentivo energético?
- Como nossas pesquisas e resultados podem contribuir para construção de bases de dados atualizados e transparentes, no que se refere à matriz energética no Brasil?
- Como a universidade pode contribuir para sistemas e medidas de proteção social, de forma a tornar o ensino e informações acerca da Agenda 2030 mais acessíveis?
- Quais são as falhas e potencialidades, no contexto brasileiro, de implementação do ODS 7? Como as universidades podem concretizar seu potencial como agente de implementação?



BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 7

- **Desenvolvimento de poste de luz solar**

A Empresa Júnior de Engenharia Elétrica da UnB (ENETEC), em parceria com a ONG Litro de Luz, realizou um projeto de desenvolvimento de 40 postes mantidos pela luz solar por meio de materiais simples e baratos, como PVC, garrafas pet, fios e lâmpadas LED. Os postes foram destinados a moradores da comunidade Vila Beira-Mar no Rio de Janeiro.

Saiba mais: <https://bit.ly/39kLaPX>

- **UFERSA Ambiental - Eficiência Energética**

O projeto implica em diferentes iniciativas da gestão universitária atreladas à sustentabilidade, como a "Eficiência Energética". A universidade tem investido em usinas solares fotovoltaicas e possui, ao todo, seis unidades em quatro campus.

Saiba mais: <https://bit.ly/33qgLMu>

- **Projeto Energia Amiga**

A iniciativa de extensão da UNIJUÍ visa ampliar e levar o conhecimento acerca de energia e segurança no uso da eletricidade às escolas de Ijuí (RS), aproximando conceitos de energia ao cotidiano dos estudantes, além de apresentar seus riscos e impactos.

Saiba mais: <https://bit.ly/2JmOPIb>

- **Desafios, novas ideias e discussões sobre as energias renováveis e a sustentabilidade na atualidade e para o futuro**

O projeto de extensão do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, do Centro de Tecnologia da UFSM tem como foco os novos desafios para o abastecimento de energia elétrica.

Saiba mais: <https://bit.ly/3flQgXt>



- **Projeto Reciclaóleo**

O projeto do time "Unesp-Tupã" da empresa de empreendedorismo social Enactus tem como objetivo coletar óleo de cozinha usado para a produção de biodiesel, o qual é utilizado como fonte energética no campus da Universidade.

Saiba mais: <https://bit.ly/33otoYm>

- **Workshop de Energia Renovável e Nanotecnologia**

Evento realizado pelo Laboratório de Preparação e Computação de Nanomateriais (LPCN) e o Museu de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) da UFPA, visando reunir atuantes no campo do setor energético para pautar impactos sociais e globais relacionados à temática.

Saiba mais: <https://bit.ly/3meGNcS>

- **Projeto GeraSol - Ensino de Energia Solar para Crianças e Adolescentes**

Projeto organizado por alunos de graduação da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) do Campus de Bauru, visando levar o conhecimento produzido na universidade sobre energia solar às escolas locais, de forma acessível e por meio de atividades lúdicas.

Saiba mais: <https://bit.ly/2J5C2Ek>

- **Divulgação e treinamento de geração de eletricidade acionada por motor de combustão interna a biocombustível para a população rural e urbana**

A partir da construção de um motor de combustão interna a biocombustível para geração de eletricidade, o projeto visa divulgar e oferecer formação técnica à população rural e urbana para sua utilização.

Saiba mais: <https://bit.ly/379wwZ8>





ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” é um objetivo essencial para traçar as perspectivas de um futuro sustentável. Ele estabelece metas de crescimento econômico aliado às tecnologias e culturas locais, assim como à preservação do meio ambiente. Também determina a erradicação do trabalho análogo à escravidão e do trabalho infantil, colocando como metas a defesa dos direitos trabalhistas e o trabalho decente para todas e todos. O debate sobre crescimento econômico sustentável – capaz de suprir as necessidades da população, sem colocar em risco os recursos naturais disponíveis para as próximas gerações – precisa ser depurado por uma perspectiva crítica acerca de valores e princípios basilares e fundamentais aos direitos humanos tais como decência e dignidade.

Como o ODS 8 impacta na nossa vida cotidiana?

O mundo do trabalho está presente em nosso dia a dia: quanto trabalhamos e quanto crescemos economicamente definem nossa qualidade de vida e até mesmo nosso acesso a direitos básicos que ainda não são garantidos pelo Estado. Apesar desse caráter do sistema atual refletir sobre as condições do ambiente de trabalho, sobre a igualdade salarial e de oportunidades e repensar uma economia alinhada ao meio ambiente e à geração de renda, principalmente aos que mais precisam, é um debate que nos direciona a ressignificar e reconstruir essa dinâmica trabalhista para garantir rotinas e vidas mais harmônicas e dignas, tanto para os cidadãos quanto para a natureza.

Qual a visão de futuro que o ODS 8 nos apresenta?

- Desenvolvimento de estratégias globais para o emprego de jovens, incluindo a implementação do Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, principalmente aqueles com menor desenvolvimento.
- Fortalecimento das instituições financeiras nacionais, incentivando a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros para todas e todos.
- Promoção do turismo sustentável, por meio de políticas públicas e privadas de incentivo, gerando empregos e promovendo a cultura local.
- Proteção dos direitos trabalhistas e promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, principalmente trabalhadores migrantes e pessoas com emprego precário.
- Adoção de medidas imediatas para erradicação do trabalho forçado, da escravidão moderna, do tráfico de pessoas e do trabalho infantil, eliminando o trabalho infantil em todas as suas formas até 2025.
- Redução significativa do número de jovens sem emprego, educação ou formação, o que se torna ainda mais desafiador devido à pandemia.
- Alcance do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todas as mulheres e homens, sem esquecer dos jovens e das pessoas com deficiência, e garantindo remuneração igualitária para serviços iguais.



- Eficiência dos recursos globais no consumo e produção, dissociando crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com "Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis".
- Adoção de políticas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, além de incentivo à formalização e ao crescimento das micro, pequenas e médias empresas.
- Produtividade das economias em níveis elevados, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação.
- Sustento do crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do PIB nos países de menor desenvolvimento relativo.

Qual a ciência por trás do trabalho decente e do crescimento econômico?

Quando observamos o ODS 8, é evidente a importância das ciências exatas no âmbito de desenvolvimento tecnológico, que permitam a maior produtividade e geração de empregos e menor dano ambiental. Ao mesmo tempo, quando o caráter econômico e financeiro é mencionado, as ciências sociais são fundamentais para traçar estratégias econômicas de acordo com a realidade local e analisar o mercado financeiro e suas oportunidades e dificuldades. Uma vez que falamos dos direitos dos trabalhadores, é inegável a importância do Direito, especificamente o trabalhista, e de outras ciências humanas para realizar recortes geográficos, sociais (raça, gênero, classe) e políticos para analisar e direcionar o mercado de trabalho na garantia de trabalhos decentes e seguros. Por fim, a dimensão ambiental, tanto no caráter de sustentabilidade quanto de turismo ecológico, evoca também a presença das ciências biológicas para assumirem o desafio de conduzir as alternativas sustentáveis dentro do nosso atual sistema produtivo. Para além dessas temáticas centrais, diversas outras aparecem no ODS 8 e exigem áreas específicas do conhecimento para fomentá-las, contudo, é nítido que em todas as metas se faz necessário a ciência para analisar, monitorar e conduzir as soluções para transformar o mundo do trabalho e a economia em um ideal mais justo e sustentável.

Como o ensino poderia lidar com a questão do trabalho decente e crescimento econômico?

Em um sistema econômico defasado, caracterizado pela desigualdade social, é essencial pensar um crescimento econômico que dê retornos para toda a sociedade. Mulheres, jovens, imigrantes e a população em maior situação de vulnerabilidade têm seus direitos trabalhistas constantemente negligenciados e, por isso, pensar uma estrutura de mercado que gere emprego pleno e seguro para todos e todas é um grande desafio e a universidade é um dos atores essenciais na superação desses problemas e na elaboração de melhores caminhos para o Brasil alcançar tais metas. Dessa forma, a universidade pode promover e desenvolver tecnologias sociais que contribuam para a geração de empregos, ampliar pesquisas científicas no âmbito de inovação e modernização tecnológica



que possibilitem um desenvolvimento econômico sem degradação ambiental, disseminar pesquisas que fomentem a educação e formação de qualidade para jovens, difundir pesquisas sobre crescimento econômico e produção sustentável e divulgar pesquisas e levantamentos sobre o mercado de trabalho brasileiro. Além disso, também é possível ampliar o debate e leituras sobre desenvolvimento e crescimento econômico sustentável, dialogar sobre as dificuldades existentes no mercado de trabalho e refletir sobre o que é necessário para enfrentá-las, abordar as tecnologias como possíveis ferramentas para um crescimento econômico sustentável e para a geração de empregos, discutir sobre os vácuos na educação e formação brasileira e entender suas raízes e dar visibilidade à importância e história dos direitos trabalhistas. Por fim, a universidade também pode ter papel estratégico na desconstrução de narrativas que incentivam o trabalho infantil, por meio de debates e pesquisas que evidenciem as consequências para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e os impactos negativos da inserção precoce no mercado de trabalho para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para que, ao se tornarem adultos estejam aptos a assumir postos de trabalho mais qualificados.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 8 e à Agenda 2030?

As pesquisas nas universidades são essenciais para analisar o avanço das metas do ODS 8, assim como compreender a realidade nacional, quais enfrentamentos são necessários e quais caminhos nos levarão ao crescimento econômico sustentável e ao trabalho decente. Dessa forma, o levantamento de dados sobre o crescimento econômico, o mundo do trabalho e as novas tecnologias, realizando recortes de raça, classe, idade e gênero permitem uma análise mais precisa sobre o ODS 8. A universidade é um espaço capaz de fomentar debates e pesquisas no escopo do ODS 8, abrangendo toda sua interseccionalidade e áreas de estudo. Contudo, para que as pesquisas aconteçam, o investimento público é fundamental para garantir estudos de qualidade e transparência sobre o desempenho do Brasil na Agenda 2030 e no alcance do crescimento econômico e trabalho decente para todas e todos. As pesquisas podem ser responsáveis por potencializar os estudos científicos sobre crescimento econômico sustentável, ampliar as análises sobre microempreendedorismo, estruturar estratégias de políticas públicas para amparo social e econômico e trazer análises sobre trabalho na infância e abandono escolar. As pesquisas também são fundamentais para difundir os diagnósticos dos fatores sociais e econômicos que ocasionam desemprego, emprego precário e escravidão moderna, divulgar as pesquisas que avaliam a educação e formação dos jovens brasileiros e sua inserção no mercado de trabalho e organizar e reunir mapeamentos sobre os potenciais culturais e ambientais de cada região para o turismo ecológico.



Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 8?

A extensão universitária tem papel fundamental na promoção do ODS 8, uma vez que tal objetivo diz respeito ao cotidiano e qualidade de vida dos trabalhadores que podem, por intermédio da universidade, se conscientizar sobre o impacto desse ODS em suas vidas e se informar sobre seus direitos trabalhistas. Além disso, a extensão universitária permite que a comunidade geral se conecte com a universidade, passando de mero espectador para agente de transformação. Atividades que promovam os direitos trabalhistas, a formação de mulheres, jovens e migrantes, o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, a geração de emprego e renda, a desnaturalização do trabalho infantil, o estabelecimento do turismo ecológico dentro do próprio campus e ações de pesquisa e extensão sobre o ODS 8 em nível local podem trazer espectros novos da aplicabilidade do objetivo e conectar sociedade e universidade, sem deixar ninguém para trás. Também é possível ampliar ou criar programas de monitoramento de pesquisas que abarquem o ODS 8 de diferentes áreas do conhecimento na universidade, divulgar e dialogar com a comunidade sobre os potenciais de turismo ecológico na região e meios de implementá-lo e desenvolver programas de extensão que estimulem o empreendedorismo social e os negócios de impacto social.

Qual o papel da gestão em tratar o tema do trabalho decente e crescimento econômico como uma questão de educação?

A equipe gestora da universidade, isto é, reitoria, professores, administradores, pesquisadores, entre outros, devem estar comprometidos com o ODS 8, buscando avaliá-lo e almejá-lo em suas iniciativas. De forma primária, garantir o trabalho decente, seguro e remuneração igualitária para servidores do campus, assim como formação e políticas de inclusão na contratação são práticas que revelam comprometimento com o ODS 8 e com os direitos dos trabalhadores. Além disso, os gestores educacionais podem incorporar as metas dos ODS em suas pesquisas, aulas, palestras e ações, trazendo luz a um debate contínuo e pertinente no ambiente acadêmico, que tem a presença marcante de jovens, um dos públicos prioritários do ODS 8. É possível incentivar o desenvolvimento de propostas de inovação e modernização tecnológica no ambiente universitário; promover debates sobre o que é desenvolvimento econômico sustentável, como aplicá-lo e quais desafios precisam ser superados; estimular mapeamento sobre os potenciais turísticos ecológicos do campus ou região e como preservá-los; promover, por meio de ações afirmativas nas seleções para pesquisa e programas, igualdade racial e de gênero nas vagas ocupadas; e ampliar o debate sobre os serviços financeiros e bancários e seu papel na garantia do trabalho decente e crescimento econômico.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 8? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é crescimento econômico inclusivo e sustentável? Como podemos ao mesmo trilhar este caminho sem deixar ninguém para trás?
Como podemos definir trabalho decente, pleno e produtivo?



- Quais os grupos sociais em maior vulnerabilidade em relação a inserção no mercado de trabalho?
- Como é possível conciliar o desenvolvimento do setor do turismo com a preservação ambiental?
- Porque o trabalho infantil e o trabalho análogo ao escravo continuam marcando o Brasil e o mundo no século 21?

Como a Agenda 2030 e o ODS 8 se relacionam com o Brasil?

Considerando o trabalho descente e o crescimento econômico como questões desafiadoras para o mundo de diferentes formas, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- O quanto o atual crescimento econômico brasileiro é satisfatório em termos de geração de empregos decentes?
- O consumo e a produção sustentável estão presentes na realidade do desenvolvimento no Brasil?
- Pequenas, micro e médias empresas têm facilidade de crescerem no mercado brasileiro? Quais suportes são disponibilizados pelo governo?
- Qual a situação do mercado de trabalho brasileiro? Há muitos trabalhadores no mercado informal e por quê?
- A modernização e inserção de tecnologia na produção tem favorecido os trabalhadores brasileiros?
- Por que a escravidão moderna no Brasil persiste?
- Jovens brasileiros possuem educação e formação adequadas para conseguirem um trabalho decente?
- Mulheres, migrantes e pessoas com deficiência recebem salários iguais a outros trabalhadores de outros grupos sociais que exercem a mesma função?
- Sendo o trabalho infantil uma questão histórica no Brasil, por que as crianças continuam sendo absorvidas pelo mercado de trabalho?
- Qual a relação entre o trabalho infantil, o trabalho escravo e a informalidade no mercado de trabalho?
- Os brasileiros possuem um acesso adequado a serviços bancários, financeiros e seguros?
- O turismo ecológico no Brasil fortalece a cultura local e gera empregos? Ele é sustentável e estimula consciência ambiental?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema do trabalho decente e crescimento econômico?

- Como sua área de conhecimento pode auxiliar no desenvolvimento de ferramentas e pesquisas que viabilizem o trabalho decente e o crescimento econômico?
- Quais áreas do conhecimento podem cooperar entre si para desenvolver pesquisas que contribuam com a garantia de trabalho decente e crescimento econômico?
- Como a prospecção tecnológica pode atuar no planejamento de pesquisas acadêmicas?



- De que maneira sua área pode contribuir para a inovação e modernização tecnológica?
- Como a universidade pode fomentar as tecnologias sociais que contribuam para se alcançar algumas das metas do ODS 8?
- Como a academia pode contribuir com o levantamento de dados apurados e precisos para analisar a situação do mercado de trabalho brasileiro, assim como para os diagnósticos do trabalho infantil e análogo à escravidão e seus impactos para o desenvolvimento econômico sustentável??
- De que formas os estudos de gênero, raça, classe e educação podem estruturar políticas públicas para combater as desigualdades no mercado de trabalho?
- Quais estudos universitários sobre sustentabilidade podem dialogar entre si?
- Como o conhecimento científico desenvolvido pela universidade pode ajudar a aprimorar as condições dos trabalhadores da própria universidade?
- Que tipos de pesquisas podem ser desenvolvidas para a inovação e modernização das tecnologias existentes na universidade?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 8

- **Projeto Electron**

Desenvolvido pelo Ramo Estudantil do Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE) da Universidade de Brasília (UnB), no qual o aluno de graduação ministra aulas de eletrônica em escolas públicas de ensino médio, visando estimular o interesse pela engenharia.

Saiba mais: <https://bit.ly/2VmVG17>

- **Projeto EMA (Empowering Mobility and Autonomy)**

Envolve diferentes departamentos da Universidade de Brasília (UnB) e outros parceiros, em busca do desenvolvimento e disponibilização de tecnologias para a pessoa com deficiência.

Saiba mais: <https://facebook.com/ProjectEma/>

- **Meninas.comp: por mais garotas na ciência**

Projeto de extensão da Universidade de Brasília (UnB) que busca estimular alunas da rede pública do Distrito Federal a ingressar nas chamadas "ciências duras".

Saiba mais: <https://bit.ly/2V9NvVE>



- **Robótica educacional e mediações tecnológicas na docência**

Realizado no âmbito do projeto de extensão "Super Inventores: Tecnologia e Educação" da Universidade Federal do Ceará (UFC), o objetivo dessa iniciativa é capacitar os docentes para o uso em sala de aula de tecnologias contemporâneas, tais como linguagens de programação, placas de prototipagem e eletrônica digital.

Saiba mais: <https://bit.ly/2HGYwKS>

- **Pesquisadores da UnB desenvolvem forma aprimorada do álcool em gel**

Especialistas em nanotecnologia da Universidade de Brasília (UnB) estão trabalhando na confecção de um álcool em gel de alta performance e de baixo custo.

Saiba mais: <https://bit.ly/36dgiin>

- **Novo protocolo de testagem pretende reduzir indisponibilidade de profissionais de saúde com suspeita de covid-19**

Professores da Universidade de Brasília (UnB) elaboraram um novo protocolo cujo objetivo é antecipar um retorno seguro ao trabalho para médicos e enfermeiros.

Saiba mais: <https://bit.ly/3o04HJA>

- **Projeto Égide**

Com a participação de mais de 80 pesquisadores de diferentes áreas (engenharias, design, medicina, enfermagem, fisioterapia, biologia, inovação e desenvolvimento tecnológico) da Universidade de Brasília (UnB), desenvolve tecnologias, como a máscara N95, que visam proteger os profissionais da saúde no combate à pandemia.

Saiba mais: <https://bit.ly/3mhUFTQ>

- **Projeto de Pesquisa Sobre o Mundo do Trabalho Contemporâneo**

Projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da Universidade de Brasília (UnB) sobre o mundo do trabalho contemporâneo e o impacto das novas tecnologias digitais.

Saiba mais: <https://bit.ly/37g9Q9A>



- **Projeto Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp (Assis-SP)**

Projeto desenvolvido pela Unesp, no campus de Assis-SP, que visa desenvolver ações de apoio à organização de grupos populares que tenham o objetivo da geração de trabalho e renda, envolvendo cooperativas, associações, grupos em formação, como cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Saiba mais: <https://bit.ly/2VbxkXK>

- **Juventude e Trabalho: Desenvolvendo Potências de Ação**

Projeto realizado no âmbito da Faculdade de Medicina da Unesp do campus de Botucatu, que busca compreender e desenvolver a intersecção entre trabalho e saúde/doença. Portanto, trabalha com a difusão de conhecimento básico sobre direitos trabalhistas e sobre a relação trabalho e saúde para jovens.

Saiba mais: <https://bit.ly/3leZ7RV>





ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9, "Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação", trata de um tema central em qualquer estratégia de desenvolvimento econômico, social e ambiental. A inovação e transformação tecnológica são elementos cruciais para a melhoria do bem estar das pessoas, mas também é parte das iniciativas essenciais para reduzir os danos ambientais do crescimento econômico. O ODS 9 afirma a importância do acesso inclusivo e universal a diferentes tecnologias, especialmente aquelas com função social, disponibilização de fontes de informação e de conhecimento, com disseminação e familiarização do uso. Para tanto, faz-se necessário fortalecer o setor industrial, levando em consideração os pequenos e médios empresários, mas sem perder de vistas a construção de estruturas que levem em conta o bem-estar social, o crescimento econômico, a inserção social de grupos vulneráveis e a pegada ecológica. Diante disso, a universidade, em suas atividades de pesquisa e extensão, já possui uma atuação ativa no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e de estruturas industriais inovadoras, mas deve potencializar sua interlocução com a sociedade e ser mais responsiva às demandas globais por inovação e sustentabilidade para melhor contribuir com a implementação dos ODS.

Como o ODS 9 impacta na nossa vida cotidiana?

O desenvolvimento da ciência e de tecnologias está intimamente atrelado às necessidades humanas. O acesso amplo à internet e à informação se transforma em capacitação social e exercício da cidadania, além de permitir lazer e entretenimento e uma comunicação mais abrangente. Um novo planejamento de estruturas também é crucial, levando em conta, além da produtividade, o bem-estar e segurança da população no desenvolvimento de infraestruturas de transporte e logística, por exemplo. A transição tecnológica no sentido da sustentabilidade ambiental é também um desafio para as novas gerações e exigirá investimentos importantes em ciência, tecnologia e inovação. Pensando nessas e outras articulações que conectam diretamente o ODS 9 à vida humana, transformamos nossas universidades em grandes agentes de atuação em prol da Agenda 2030 e do bem-estar social.

Qual a visão de futuro que o ODS 9 nos apresenta?

- Acesso inclusivo à tecnologia, informação e comunicação; assim como o acesso universal e a preços acessíveis à internet, especialmente em países pobres ou em desenvolvimento;
- Políticas públicas e fiscalização eficazes para a proteção ambiental e em prol da produção sustentável; garantindo o uso de energia limpa, a menor geração de resíduos plásticos, a diminuição na emissão de gases do efeito estufa, assim como a reestruturação consciente de toda a cadeia de produção;
- Apoio e incentivo público e privado à ciência, pesquisa e tecnologia, aumentando a atuação do setor sustentável de produção e tecnologia no PIB nacional, assim como na geração de empregos;



- Políticas de proteção a pequenas e médias empresas; bem como linhas de créditos, incentivos tributários e mecanismos de estabilidade jurídica e institucional;
- Redução das desigualdades de gênero e raça dentro dos setores de indústria, inovação e infraestrutura, considerando um maior acesso a incentivos tributários e políticas de proteção, assim como a desconstrução de uma cultura estruturalmente machista e racista no meio.

Qual a ciência por trás da indústria, inovação e infraestrutura resiliente?

A ciência é uma das forças motrizes do progresso, mediante desenvolvimento da tecnologia e inovação. Sem o apoio a pesquisas científicas, torna-se impossível avançar em direção a novos modelos e ferramentas para indústrias e infraestruturas sustentáveis. Dessa forma, deve-se investir em pesquisas que proponham o levantamento e monitoramento de dados referentes à indústria e à industrialização no Brasil, seus possíveis impactos e meios de inovação nessa área; e a análise das políticas de incentivo ao setor, de forma a compreender um sistema de privilégios restrito e destinado especialmente ao agronegócio e a grandes empresas insustentáveis e poluentes. Dessa forma, o ODS 9, assim como toda a Agenda 2030, deve ser base para o desenvolvimento da ciência, pensando na formulação de novas políticas públicas que agreguem pequenos e médios empresários e outros grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica - especialmente em tempos crise. Ademais, a ciência é crucial para o desenvolvimento de novas infraestruturas inovadoras, públicas ou privadas, voltadas à integração regional e nacional e à superação de obstáculos que impedem o avanço da economia brasileira nessas áreas; por exemplo, infraestruturas verdes e inteligentes de transporte e comunicação.

Como o ensino poderia lidar com a questão da indústria, inovação e infraestrutura resiliente?

É fundamental, antes de tudo, garantir um ensino inclusivo e de qualidade, desde o nível básico até o superior, por meio de investimentos de origem pública ou privada. Promover, além disso, um acesso universal às tecnologias e à internet em todos os lugares, como meios de aprendizado prático e fontes de informação e comunicação, partindo do princípio de que tais ferramentas ainda são privilégios – especialmente em tempos de crise. A ciência e a tecnologia devem ser amplamente discutidas e debatidas em salas de aula, também incentivando a maior atuação de meninas e mulheres nesses setores. Na dimensão do ensino, é fundamental, por exemplo, questionar o modelo econômico vigente no país – baseado em commodities e em um modo de produção pouco eficiente e sustentável – e incentivar novas alternativas inovadoras; para isso devemos desconstruir um discurso que afirma o Brasil como um país “atrasado”, estritamente agrícola e incapaz de se desenvolver em âmbito tecnológico, reconhecendo seus recursos naturais e estratégicos e seu potencial de modernização.



Como as pesquisas se conectam ao ODS 9 e à Agenda 2030?

A pesquisa científica e tecnológica são ferramentas centrais para alcançar o ODS 9. É por meio do estudo científico que são formulados projetos que permitem a inovação tecnológica e o desenvolvimento de infraestruturas de qualidade, confiáveis, sustentáveis e robustas; além do colhimento de dados e mapeamento de impactos ambientais (como a emissão de gases poluentes e a contaminação de rios e mares) refletidos pela industrialização, junto a formas de contornar tais problemáticas. É fundamental o investimento na produção de pesquisas, em todas as áreas, que busquem melhorar as capacidades tecnológicas dos setores industriais, considerando suas dimensões tanto econômicas como ambientais e sociais. Além disso, existem oportunidades desiguais que devem ser destacadas quando tratamos do tema "indústria, inovação e infraestrutura", por meio da compreensão de sua multidimensionalidade; pontuar, por exemplo, quais são os grupos desprivilegiados nesses setores - em questão de raça, gênero, localidade, religião, entre outros - ao observarmos o perfil nele atuante, desde profissionais de TI até empresários.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 9?

Como meio de conexão entre a atuação acadêmica e a comunidade, a extensão torna-se primordial para a efetivação da universidade como agente implementador da Agenda 2030. Assim, é necessário incentivar ações em todas as diversas áreas acadêmicas para que operem de forma eficaz em prol de infraestruturas resilientes, indústrias inclusivas e planos de inovação. Podemos pensar, por exemplo, em empresas juniores que ofereçam serviços acessíveis de gerenciamento de resíduos e educação ambiental para indústrias, assim como planejamentos de infraestruturas seguras, verdes e mais produtivas; projetos que atuem nas instituições de ensino locais, que tragam conhecimentos atrelados à ciência e à tecnologia - como jogos, montagem de sistemas, feiras de exibição - e gerem interesse pelo tema; redes de apoio para pequenos e médios empresários em situação de vulnerabilidade, fornecendo alternativas para o desenvolvimento de seus negócios. Além disso, é de suma importância apoiar projetos de extensão que atuem na formulação de novas políticas públicas, destinadas tanto para a industrialização com valor agregado e construção de infraestruturas eficientes como para a reformulação do sistema de incentivo tributário, valorizando negócios inovadores e sustentáveis.

Qual o papel da gestão em tratar o tema da indústria, inovação e infraestrutura como uma questão de educação?

Gestores acadêmicos e administrativos, técnicos, professores e pesquisadores possuem, como promotores de atividades acadêmicas variadas, o papel fundamental de propagar conhecimento sobre o ODS 9 e outras questões abordadas pela Agenda 2030. Além disso, para que a ciência, a tecnologia e o conhecimento sobre os ODS sejam abrangentes a todas e todos, a universidade



deve implementar ações afirmativas inclusivas de proteção a estudantes em situação de vulnerabilidade, como moradia e alimentação, além de fornecer acesso universal a computadores, internet e outras ferramentas tecnológicas. Por fim, é primordial que gestores acadêmicos pensem em uma infraestrutura universitária verde, eficiente, moderna, segura e inclusiva, condizente com as propostas sustentáveis do ODS 9 e da Agenda 2030.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 9? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- Como promover uma industrialização inclusiva e sustentável até 2030?
- Quais políticas devem ser implementadas pelo poder público de forma a caminhar em direção às infraestruturas resilientes, à industrialização inclusiva e à inovação? Essas políticas já existem?
- Como combater injustiças em meio a incentivos fiscais e tributários? Essas medidas beneficiam pequenas e médias empresas?
- De que forma garantir um acesso amplo à tecnologia, à internet e à comunicação em países pobres e em desenvolvimento?
- É possível desenvolver pesquisas e tecnologias em prol de infraestruturas atreladas tanto ao crescimento econômico e ao bem-estar social como à Pegada Ecológica?

Como a Agenda 2030 e o ODS 9 se relacionam com o Brasil?

Considerando a indústria, a inovação e a infraestrutura como questões desafiadoras para o mundo de diferentes formas, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como se dá o acesso à internet e à informação no Brasil?
- É possível aumentar o empenho do poder público, envolvendo órgãos governamentais e poderes do Estado, por uma maior transparência e monitoramento de dados sobre a indústria brasileira - assim como o mapeamento de metas?
- Como diminuir as desigualdades de gênero e raça dentro do setor industrial e de tecnologia? É possível facilitar o acesso a linhas de crédito?
- Como incentivar um maior gasto público em pesquisas científicas e inovação no Brasil?
- É possível pensar em um modelo econômico nacional mais verde, com maior agregação de valor a commodities e maior participação do setor industrial e tecnológico no valor do PIB e na geração de empregos?
- Como reestruturar a infraestrutura de transporte no Brasil, de modo a torná-la mais segura e isenta de obstáculos ao crescimento e produtividade econômica nacional?



Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da indústria, inovação e infraestrutura?

Que tipo de conhecimento sua área pode produzir para avançar em direção à inovação e às indústrias e infraestruturas resilientes?

- Quais reflexões e pesquisas sua área de conhecimento realiza ou pode realizar sobre essa temática?
- Quais as formas de conectar essas iniciativas de diferentes áreas que podem auxiliar no desenvolvimento de indústrias e infraestruturas inovadoras, lucrativas e sustentáveis?
- Quais outros saberes poderiam ser acessados para estabelecer este diálogo e estas conexões?
- Como garantir a todas e todos o "acesso às tecnologias de informação e comunicação"?
- Quais medidas políticas concretas podem ser adotadas para mobilizar investimentos em prol da ciência e da tecnologia?
- Como a pesquisa e a extensão podem colaborar para garantir o acesso de grupos em vulnerabilidade socioeconômica a serviços financeiros, como linhas de crédito e integração em cadeias de valor e mercados?
- Como as pesquisas realizadas pelas ciências políticas, econômicas e sociais podem ser utilizadas para transformar a política de incentivo tributário e fiscal, levando em conta grupos desprivilegiados?
- Como nossas pesquisas e resultados podem contribuir para construção de políticas públicas sustentáveis e efetivas destinadas à industrialização e à construção de infraestruturas?
- Como a universidade pode tornar a ciência e a tecnologia acessíveis por meio de sistemas e medidas de proteção social? Quais são esses sistemas e medidas e como se dá sua implementação?
- Quais são as falhas e potencialidades, no contexto brasileiro, de implementação do ODS 9? Como as universidades podem concretizar seu potencial como agente de implementação?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 9

- **Programa Mutirão pela Inclusão Digital: Transferindo tecnologias e metodologias de inclusão e cultura digital para a sociedade**

Extensão da Universidade de Passo Fundo (UPF) que busca desenvolver iniciativas de Inclusão Digital e Cultura visando a apropriação criativa e inovadora das tecnologias digitais por parte da sociedade.

Saiba mais: <https://bit.ly/3mfxQjp>



- **Projeto Paisagismo e Educação Ambiental**

Extensão da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo (UPF) que busca promover a integração social em instituições beneficentes e torná-las ainda mais sustentáveis, por meio do uso consciente da água, projetos de paisagismo produtivo e design sustentável concebidos de forma participativa.

Saiba mais: <https://bit.ly/2JfjNMe>

- **Poli Júnior**

A primeira empresa júnior de engenharia do Brasil, da Escola Politécnica da USP, desenvolve projetos de engenharia de todas as áreas por meio de conhecimento, estratégia, informação e dados para projetar soluções a preços acessíveis. Sua plataforma digital oferece conteúdos úteis e gratuitos na forma de e-book.

Saiba mais: <https://bit.ly/37i83AO>

- **Exposição de Ciência e Tecnologia**

Evento anual iniciado por professores da FEIS/UNESP, visando despertar o interesse pela ciência e tecnologia em alunos do Ensino Médio e Fundamental por meio de pesquisas, projetos e experimentos que ocorrem no campus; assim como divulgar conteúdos científicos.

Saiba mais: <https://bit.ly/3mefXRX>

- **Projeto BRAGECRIM**

Projeto de pesquisa desenvolvido por meio da parceria entre Unicamp e UFSC, que visa desenvolver novos métodos de integração operacional de sistemas de manufatura e transporte que melhor lidem com as incertezas e dinâmicas decorrentes da configuração real desses sistemas.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q2CJ1P>



- **Impactos potenciais gerados pela expansão canavieira no município de Dracena**

Projeto de pesquisa da Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas da Unesp do Câmpus de Dracena, com o objetivo de coletar informações e avaliar os impactos potenciais gerados no município de Dracena a partir da expansão canavieira no local.

Saiba mais: <https://bit.ly/36dnkJ>

- **Jovem Empreendedor em Ação**

Projeto da Faculdade de Ciências e Engenharia da Unesp do Campus de Tupã em parceria com o PET - Administração e o Centro de Referência de Assistência Social da Zona Leste do município, levando cultura empreendedora aos jovens do CRAS com aulas temáticas e a construção de um brinquedo totalmente reciclável.

Saiba mais: <https://bit.ly/3mdWtgV>





ODS 10: Redução das Desigualdades

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10, "Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles" é um dos mais importantes e que vem sendo cada vez mais debatido tanto em âmbito nacional quanto internacional, por tratar do tema estruturante que se conecta com vários outros: pobreza, fome, saúde, educação, trabalho, gênero, raça, entre outros. Portanto, políticas desenhadas para se alcançar as metas do ODS terão ao mesmo tempo impacto na redução das desigualdades como também na melhoria da qualidade de vida da população em outras diversas áreas conexas. O enfrentamento às desigualdades socioeconômicas e às discriminações de todos os tipos estão no cerne deste ODS.

Como o ODS 10 impacta na nossa vida cotidiana?

A desigualdade afeta, principalmente populações mais vulneráveis, todos os dias e de quase todas as formas, tanto individualmente quanto coletivamente. A América Latina é considerada um dos lugares mais desiguais do mundo, fato esse que influencia sobre a imagem internacional do Brasil e de seus países vizinhos. Viver em uma sociedade desigual resulta vivenciar altos índices de problemas sociais, como nas áreas de educação, saúde, bem estar, que se tornam direitos seletivos e dos quais poucos têm total garantia de acesso e qualidade. Um dos impactos mais visíveis são as migrações e o fluxo de pessoas oriundas de países em crise e conflito, ambos esses temas têm aparecido cada vez mais em debates e pesquisas, sendo assim temas interdisciplinares, os quais necessitam de uma resposta imediata.

Qual a visão de futuro que o ODS 10 nos apresenta?

- Representação e voz cada vez mais forte dos países em desenvolvimento, nas tomadas de decisão em instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.
- Melhoria da regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais; bem como fortalecimento da implementação de tais regulamentações.
- Adoção de políticas, especialmente fiscais, salariais e de proteção social, para o alcance progressivo e constante de maior igualdade.
- Garantia da igualdade de oportunidades e redução da desigualdade de resultados; inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promoção de legislação, políticas e ações adequadas a isso.
- Facilidade de migração e mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.



Qual a ciência por trás da redução das desigualdades?

A ciência é um dos principais aliados no enfrentamento a problemas globais e interdisciplinares como a desigualdade, seja ela econômica ou social. A ampliação de pesquisas e levantamento de dados desagregados para este ODS, a exemplo de segmentações por raça, gênero, renda, idade, pessoas com deficiência, local de moradia, nacionalidade (considerando, portanto, migrantes e refugiados) é de extrema importância. O mapeamento das variáveis interseccionais e também culturais que afetam, impactam e naturalizam o cenário da desigualdade social é necessário a partir de enfoques interdisciplinares que ajudem a compreender a complexidade desse tema, em especial, no Brasil.

Como o ensino poderia incentivar o combate às desigualdades?

Ampliar, nas matrizes curriculares, o número de textos produzidos por mulheres para equivaler ao de produções masculinas, bem como o de autores não-brancos é uma ação fundamental. Garantir que seja aplicada a máxima inclusão durante as aulas, como a presença de intérprete de libras e materiais de leitura com versão em braile, também é de extrema importância. Considerar diferentes perspectivas e fontes de conhecimento para todos os conteúdos ministrados, bem como mostrar a posição da cultura de povos indígenas e comunidades tradicionais nos diversos temas, é essencial para ampliar assim o debate e a representatividade no universo acadêmico.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 10 e à Agenda 2030?

Auxiliar na inserção de pesquisadores brasileiros no cenário internacional, não só em temas que se refiram ao Brasil e a América Latina, mas também em temas atualmente dominados pelas grandes potências. Implementar sistemas de concessão de bolsas que beneficiem estudantes de países em desenvolvimento, nas diversas áreas do conhecimento e temáticas. Investir na formação humana integral dos profissionais e pesquisadores das diferentes áreas, partindo de uma perspectiva crítica com relação à configuração desigual da sociedade brasileira e suas variáveis interseccionais, é essencial para a formação cidadã dos futuros profissionais que atuarão em postos de gestão e decisão em organizações públicas e privadas.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 10?

A extensão pode dialogar com a sociedade, monitorando e colocando em prática ações para o alcance das metas dos ODS, bem como auxiliar no compartilhamento de conhecimento sobre a Agenda 2030, o ODS 10 e a indivisibilidade dos ODS na sociedade, por meio de eventos, workshops, rodas de conversa etc. Além disso, ações de difusão de conhecimento científico aliadas a intervenções sociais que busquem denunciar situações de injustiça e desigualdade social são fundamentais para o fortalecimento de uma sociedade democrática mais igualitária.



Qual o papel da gestão em tratar o tema das desigualdades como uma questão de educação?

A gestão deve ter como prioridade políticas de permanência para grupos em vulnerabilidade (auxílios socioeconômicos, moradias etc.), além de garantir seu ingresso a partir de editais com políticas públicas em reserva de vagas, para dar mais oportunidade a tais estudantes e contribuir com o alcance do ODS 10. Além disso, há possibilidade de promover eventos de divulgação científica, como uma 'Jornada dos ODS', contendo palestras que possam também trazer a partilha de experiências de diferentes projetos e incentivando a participação de jovens no engajamento com a Agenda, colaborando assim com a redução das desigualdades dentro da própria academia.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 10? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é desigualdade e como é possível medi-la?
- Quais grupos populacionais são mais vulneráveis à desigualdade, e por quê?
- É possível aumentar e sustentar o aumento de renda para pessoas na situação de pobreza extrema?
- Há políticas que garantem a igualdade de oportunidade e diminuem a desigualdade?
- Como implementar, de fato, a inclusão social?
- Qual o papel de países mais desenvolvidos na luta contra a desigualdade nos países em desenvolvimento?

Como a Agenda 2030 e o ODS 10 se relacionam com o Brasil?

Considerando a desigualdade, em suas diferentes formas, um dos principais desafios globais que assolam diferentes países do mundo, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como se define desigualdade no Brasil e quais suas dimensões?
- Quais são as desigualdades estruturais no Brasil?
- Como se dá a intersecção de violências que afetam os grupos em situação de vulnerabilidade no Brasil?
- Qual é a quantidade de pessoas sem acesso à moradia no Brasil?
- Também aplicável a saúde, educação, tecnologia assistiva, emprego com carteira assinada (direitos trabalhistas), entre outros fatores determinantes da desigualdade.
- Qual é a participação brasileira em órgãos internacionais como a OMC?
- Quantos migrantes/refugiados vivem no Brasil? Como é o acesso destes às necessidades básicas e direitos fundamentais?



Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da redução de desigualdades?

- O que sua área de conhecimento é capaz de produzir e implementar no tocante à redução das desigualdades?
- Quais reflexões e pesquisas as diversas áreas de conhecimento realizam e podem realizar sobre essa temática?
- Como as conexões entre essas iniciativas podem auxiliar na diminuição da desigualdade?
- Quais outros saberes poderiam ser acessados para estabelecer este diálogo e estas conexões?
- Como garantir a “eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito [igualdade de oportunidades]”?
- Quais marcos políticos sólidos podem ser criados para mobilizar investimentos nas ações de erradicação de pobreza? (Meta 10.1 = Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional).
- Quais medidas políticas, econômicas e sociais podem ser utilizadas para alcance do ODS 10?
- Como construir políticas públicas sustentáveis e efetivas no que se refere à desigualdade?
- Como garantir que jovens continuem sua educação média e superior sem ter que iniciar no trabalho informal?
- Sistemas e medidas de proteção social: quais são eles e como se dá a implementação?
- Quais suas falhas e potencialidades no contexto brasileiro?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 10

- **American Model United Nations e Simulação das Nações Unidas para Secundaristas**

Projetos de Simulação das Nações Unidas, tanto para o Ensino Médio quanto para o Ensino Superior, que possuem ações afirmativas para isenção de inscrição de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica (Amun Equity e Projeto Jovens Líderes).

Saiba mais: <https://www.amun.org/> e <https://sinus20.com.br/>

- **Dona do Meu Destino**

Projeto que visa aumentar o ensino de mecânica básica para as mulheres, com encontros regulares para aulas e oficinas.

Saiba mais: <https://glo.bo/37dinu7>



- **Inglês na Estrutural**

Projeto voluntário de aulas de inglês na Estrutural (RA do DF) que ocorre todos os sábados, organizado pelo Coletivo da Cidade com apoio da UnB.

Saiba mais: <https://bit.ly/36ahdjF>

- **Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia (LiAGO), Liga do Trauma (LT), Liga de Educação em Saúde (LES) e Liga Acadêmica de Pediatria (LAPE)**

As ligas vinculadas à Faculdade de Medicina da FURG, realizam diversas ações sociais, como: rodas de conversa sobre conscientização do câncer de mama para mulheres de todas as idades, oficinas de atendimentos emergenciais, sendo estes abertos ao público, já tendo sido realizados em shoppings, escolas e asilos.

Saiba mais: <https://www.facebook.com/liagofurg/> ;
<https://www.facebook.com/ltfurg/> ;
<https://www.facebook.com/ligafurg/> ;
<https://www.facebook.com/lapefurg/>

- **Cuidando do Ursinho**

Projeto que tem como objetivo promover a educação em saúde para o público infantil, da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Saiba mais: <https://bit.ly/36delgA>

- **Curso de Língua e Cultura Espanhola**

Objetivo de possibilitar aos alunos da educação básica das escolas estaduais de Araguatins aulas de Espanhol, bem como contribuir com o desenvolvimento local da comunidade por meio do ensino da cultura espanhola, da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

Saiba mais: <https://bit.ly/36aLpv4>

- **O jornal comunitário como instrumento de reconhecimento social**

O projeto desenvolvido por alunos da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp no Campus de Bauru, tem como seu principal produto o jornal Voz do Nicéia, elaborado por estudantes do curso de jornalismo para atender às necessidades e interesses da comunidade do bairro Nicéia, em Bauru.

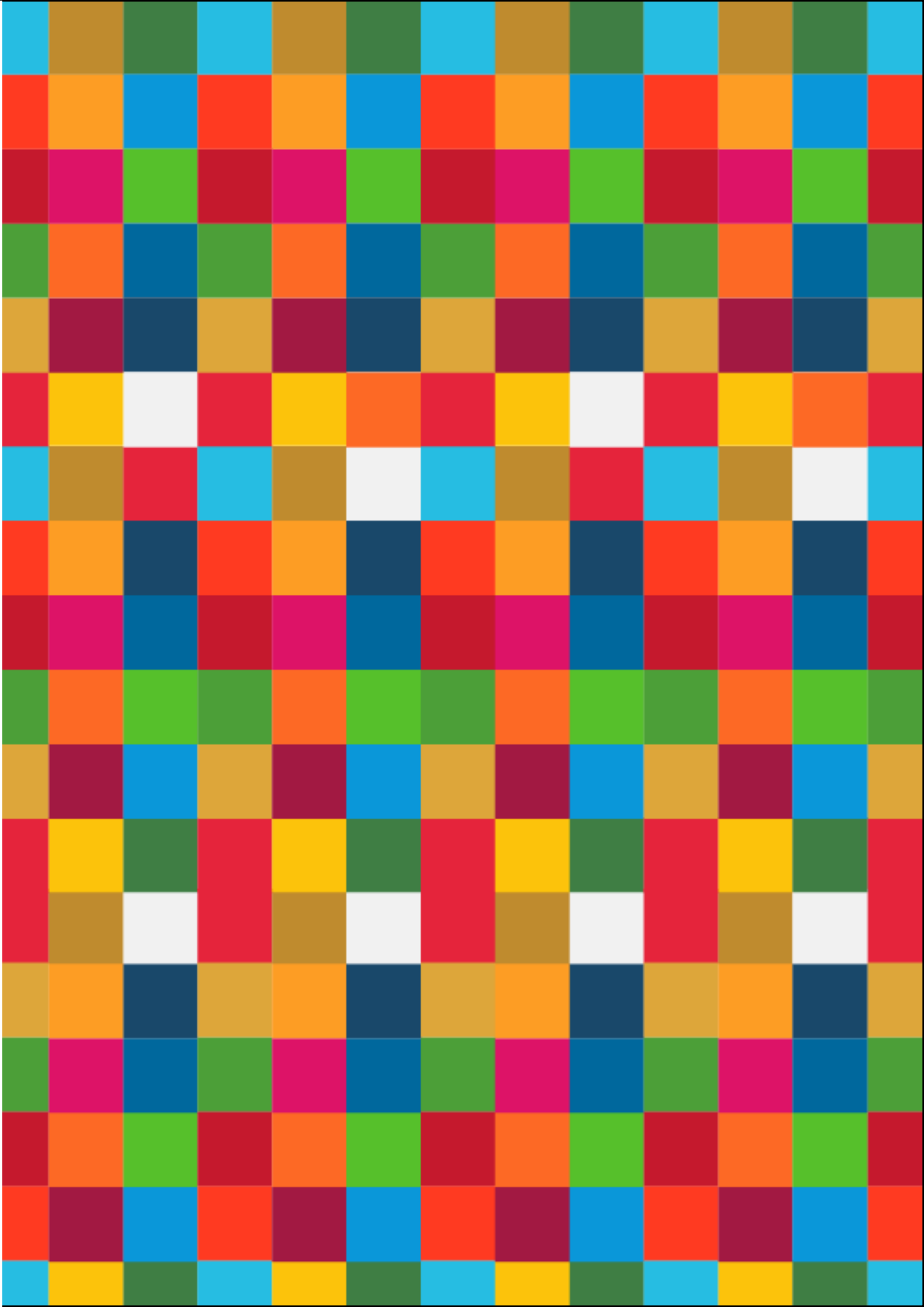
Saiba mais: <https://bit.ly/36dpEdV> e <https://bit.ly/39n4FYa/>



- **Biblioteca Falada**

O projeto de extensão desenvolvido na Unesp, pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação do Campus de Bauru, busca promover a acessibilidade para pessoas com deficiência visual por meio da oferta de textos (literários, científicos, dramáticos, jornalísticos etc.) em formato acessível (mídia sonora acessível e/ou audiodescrição).

Saiba mais: <https://bit.ly/3q6fXWy>







ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, "Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis", busca pela urbanização de favelas, incluindo a mobilidade urbana fundamental para que o indivíduo exerça sua cidadania, a melhoria na oferta de serviços de transporte para todas e todos, incluindo aqueles em situação de vulnerabilidade como pessoas com deficiência e idosos, a preservação da cultura, o fortalecimento dos espaços de participação, a redução do número de mortes e de pessoas afetadas por catástrofes e a redução dos impactos ambientais pela vida e produção econômica nas cidades. Cidade Sustentável é um conceito que prevê uma série de diretrizes para melhor gestão de uma zona urbana e guiada por três pilares: responsabilidade ambiental, economia sustentável e vitalidade cultural. A partir disso, é possível reinventar os centros urbanos a fim de evitar o esgotamento do meio ambiente e garantir sua permanência para gerações futuras.

Como o ODS 11 impacta na nossa vida cotidiana?

São cada vez mais evidentes os impactos negativos que a humanidade provoca na natureza, como poluição, destruição de habitats, acúmulo de resíduos sólidos, diminuição rápida da biodiversidade, entre outros. O desenvolvimento sustentável necessita de planejamento e da participação de todas as esferas da população, analisando cuidadosamente os recursos gastos e os que ainda restam, considerando a finitude e a importância do uso consciente para as próximas gerações.

Qual a visão de futuro que o ODS 11 nos apresenta?

- Planejamento e gerenciamento urbano eficiente, principalmente levando em consideração o longo prazo.
- Ações efetivas voltadas a diminuição da emissão de gases do efeito estufa, visando o combate ao aquecimento global.
- Melhoria da mobilidade urbana, garantindo a qualidade nos serviços de transporte público, principalmente utilizando fontes de energia limpa, diminuindo consideravelmente o tráfego de veículos e promovendo o uso de meios de transporte não poluentes como, por exemplo, bicicletas.
- Criação de sistemas eficientes voltados para a reciclagem e garantia de destino adequado para o lixo, com sistema de aterro sanitário para lixos não recicláveis.
- Investimento em educação de qualidade, com a aplicação de programas educacionais voltados para o desenvolvimento sustentável.
- Adoção de práticas voltadas para o consumo consciente da população, favorecendo a economia local dinâmica e sustentável e promovendo o uso racional da água e seu reaproveitamento.
- Criação de espaços verdes (parques, praças) voltados para o lazer da população, bem como programas para a arborização das ruas e espaços públicos.



Qual a ciência por trás das cidades e comunidades sustentáveis?

A ciência tem papel fundamental no desenvolvimento sustentável, que se relaciona com o equilíbrio de três pilares: social, econômico e ambiental. Assim, é fundamental apoiar pesquisas científicas que foquem, por exemplo, no desenvolvimento de uma urbanização inclusiva e sustentável, destacando espaços públicos e assentamentos acessíveis e seguros a mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência; em novos modelos econômicos baseados em uma gestão sustentável que objetive o crescimento econômico, o desenvolvimento social, o uso consciente dos recursos naturais e a melhoria da distribuição de renda, simultaneamente; e no planejamento de cidades seguras e adaptadas para resistirem a possíveis desastres naturais, enfatizando a proteção de populações em situação de vulnerabilidade, especialmente em territórios instáveis.

Como o ensino poderia lidar com a questão da sustentabilidade?

Esse tema é urgente nas universidades pois a geração atual já vivencia a escassez de recursos naturais e a intensa degradação do meio ambiente. Portanto, é uma realidade que vemos na falta de água, contaminação do solo, deslizamentos causados pela destruição da vegetação natural, entre outros problemas, e estará na mão dos jovens de hoje fazer escolhas para preservar o planeta. Para isso, precisam conhecer tanto as causas e consequências do problema como também entender quais ações que permitirão usufruir dos recursos naturais sem prejudicar o meio ambiente. O assunto sustentabilidade nas universidades exige um envolvimento do aluno tanto no nível teórico quanto também na prática, e por isso realizar ações sustentáveis é um bom caminho para o engajamento. A educação ambiental promove a mudança de comportamentos tidos como nocivos, tanto para o ambiente como para a sociedade, incentivando assim o aumento de práticas sustentáveis, bem como a redução de danos ambientais. Destacam-se temas como o consumo, recursos naturais, crise ambiental, efeito estufa, tipos de lixo, coleta seletiva, reciclagem, dentre outros.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 11 e à Agenda 2030?

As pesquisas e estudos científicos são tópicos primordiais no desenvolvimento de cidades sustentáveis, por meio de um planejamento baseado nas principais necessidades locais, considerando, especialmente, grupos marginalizados no meio urbano. Sem estudos que exponham as principais dificuldades municipais, desde a sistematização de um transporte público inclusivo e acessível até a projeção de assentamentos seguros, não podemos avançar em direção à sustentabilidade. Assim, deve-se aumentar o investimento e apoio a pesquisas que pautem o ODS 11, focando especialmente nos grupos em situação de vulnerabilidade e que são, de alguma forma, desprivilegiados em meio à urbanização - assim como meios de inclusão desses indivíduos. Também é necessário, por meio da pesquisa, produzir tecnologias contra catástrofes naturais, assim como sistemas de alerta que prevejam tais fenômenos;



desenvolver técnicas industriais sustentáveis e limpas, assim como técnicas de manejo do lixo urbano, como sistemas de triagem efetivos, pontos de coleta seletiva e oficinas de reciclagem; e coletar dados estatísticos, atualizados e acessíveis, de forma a mapear as principais dificuldades e urgências locais, implementando um plano de ação eficaz.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 11?

A extensão assume na universidade a função de prática social, tendo como primeiro objetivo o ato educativo, porque, além de promover o aprimoramento do ensino na formação de profissionais, também presta serviços à comunidade. Por isso, tem um papel fundamental na construção da cidadania e de um novo modelo de sociedade. As experiências de responsabilidade universitária devem estar relacionadas à extensão como um compromisso social e uma forma de estabelecer um diálogo dinâmico entre a instituição e a sociedade, desenvolvendo, no âmbito da universidade, um sentimento de pertença social e, portanto, colaborando ativamente no desenvolvimento de cidades e comunidades mais sustentáveis, além de promover ações de enfrentamento ao racismo ambiental. Podemos citar, por exemplo, projetos arquitetônicos sustentáveis, elaborados por empresas juniores para populações com menor poder aquisitivo e utilizando, por exemplo, materiais locais; grupos de apoio à população de rua ou grupos locais em situação de vulnerabilidade; e campanhas em escolas locais, enfatizando a educação ambiental e o racismo ambiental, o consumo consciente e técnicas de reuso e manejo do lixo doméstico.

Qual o papel da gestão em tratar a sustentabilidade das cidades e comunidades como uma questão de educação?

A gestão educacional tem o papel de impulsionar diferentes estratégias essenciais para ampliação do debate, visto que a sustentabilidade reside na consciência e criticidade dos cidadãos. De tal forma, gestores educacionais, professores, técnicos e pesquisadores devem trazer à tona, em salas de aula e em eventos universitários, temas como o consumo consciente, recursos naturais, crise ambiental, racismo ambiental, efeito estufa, tipos de lixo e coleta seletiva, reciclagem, dentre outros que se interseccionam com o ODS 11. Ademais, os pilares nos quais a sustentabilidade de cidades e comunidades se baseiam devem ser valorizados e implementados dentro do meio acadêmico. Assim, a universidade deve estruturar um ambiente de estudos saudável, confortável, sustentável e inclusivo a todas e todos, considerando, por exemplo, mães que levam seus filhos à universidade e pessoas com deficiência; habitações acessíveis e seguras; áreas verdes, assim como ambientes de lazer para socialização dos alunos; e sistemas conscientes de coleta de lixo, desenvolvendo oficinas de reciclagem e compostagem e incentivando o consumo responsável no ambiente universitário.



Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 11? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

Considerando as cidades e as comunidades sustentáveis como questões desafiadoras para o mundo de diferentes formas, particularmente refletindo e agindo sobre:

- O que são cidades sustentáveis? Como tornar seus serviços básicos, tais como transporte, saneamento, segurança e lazer, mais inclusivos e acessíveis?
- Quais práticas sustentáveis sua cidade adota? Como mapeá-las e medi-las?
- Quais medidas devem ser adotadas para implementar um sistema de segurança justo e para todas e todos?
- É possível desenvolver um sistema local de proteção contra catástrofes naturais? Quais são os grupos mais vulneráveis a esses fenômenos e como desenvolver redes para protegê-los?
- Existem espaços verdes ou de lazer em sua universidade? De que forma a existência desses espaços impactaria (positivamente) os estudantes?

Como a Agenda 2030 e o ODS 11 se relacionam com o Brasil?

- Existem práticas sustentáveis exemplares nas cidades do Brasil? O que pode ser reconhecido ou melhorado, de acordo com cada realidade?
- Como urbanizar as favelas e conectá-las à dinâmica das cidades, de forma a incentivar a economia, os serviços e talentos locais, além de trazer segurança aos moradores?
- Como incentivar o uso do transporte coletivo no Brasil, diminuindo o tráfego e a circulação de carros? Esses meios de locomoção são financeiramente acessíveis ou estruturados de forma a incluir todas as pessoas?
- Como gênero, raça, sexualidade e idade transversalizam a marginalização em cidades brasileiras?
- Como garantir, no contexto político e econômico brasileiro, uma mobilização de recursos públicos para estruturar cidades seguras, inclusivas e sustentáveis?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema das cidades sustentáveis?

- Que tipo de conhecimento, pesquisa ou extensão sua área pode produzir para implementar a sustentabilidade nas cidades?
- Em quais metas do ODS 11 seu curso possui maior acesso para atuação? Como gerar esse engajamento?
- Como conectar iniciativas de diferentes áreas, de modo a caminhar em direção ao tema "Cidades e Comunidades Sustentáveis"?
- Quais outros saberes poderiam ser acessados para estabelecer este diálogo e estas conexões?
- Quais iniciativas políticas podem ser criadas para mobilizar investimentos em prol de uma cidade segura, sustentável e inclusiva?



- Como a pesquisa e a extensão podem colaborar para garantia da segurança das pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente frente às habitações pouco seguras e à falta de acesso a serviços urbanos básicos?
- Como as pesquisas realizadas pelas ciências políticas, econômicas e sociais podem ser utilizadas para proteger patrimônios culturais, assim como outras estruturas urbanas?
- Como nossas pesquisas e resultados podem contribuir para construção de políticas públicas sustentáveis e efetivas no que se refere às cidades e comunidades?
- Como a universidade pode contribuir para sistemas e medidas de proteção social, desenvolvendo espaços inclusivos?
- Quais são as falhas e potencialidades, no contexto brasileiro, de implementação do ODS 11? Como as universidades podem concretizar seu potencial como agente de ação por “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, assim como pela Agenda 2030 como um todo?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 11

- **Agente Ambiental Mirim**

Projeto pertencente à UnB e FCE, tem como proposta realizar oficinas escolares, com o intuito de ajudar no processo de educação e sensibilização sobre temas relacionados aos cuidados e preservação do meio ambiente.

Saiba mais: <https://bit.ly/3o3cTZs>

- **Educação Ambiental no Parque Recreativo Sucupira**

Iniciativa acadêmica da Universidade de Brasília (UnB) que visa, por meio de ações articuladas com escolas de educação básica, desenvolver a educação ambiental utilizando o Parque Sucupira como laboratório para a construção de conhecimentos sobre o bioma Cerrado e exercícios de práticas pedagógicas inovadoras.

Saiba mais: <https://parquesucupira.com.br/>

- **Como está o Clima e a Água na escola: práticas pedagógicas da Educação Ambiental para o enfrentamento das mudanças do Clima**

Projeto da UnB que busca mapear e estudar ações pedagógicas sobre o clima e a água apresentadas no ensino fundamental das escolas do entorno da Estação Ecológica de Águas Emendadas, elaborando um curso para educadores e lideranças sobre o papel da Educação Ambiental frente aos problemas da mudança do clima e da água.

Saiba mais: <https://bit.ly/2HIxaUK>



- **Coleta Seletiva solidária**

O projeto coleta seletiva solidária da UnB se enquadra na missão do Centro de Desenvolvimento Sustentável na questão da coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos na universidade. Visa a conscientização da comunidade acadêmica para a questão da separação dos resíduos secos e orgânicos, e a disposição final correta.

Saiba mais: <https://bit.ly/37bTq20>

- **CooperQuilombo: solidariedade social e econômica**

O projeto faz parte do programa Formação Ambiental, Cidadã e Tecnológica de Lideranças Comunitárias para a Gestão de Projetos Sociais nas Comunidades Quilombolas de Barra do Turvo, com objetivo de fomentar processos emancipatórios de mobilização, implantação e avaliação de projetos sociais nestas comunidades.

Saiba mais: <https://bit.ly/39iVrMA>

- **Pare, Pense, Descarte: uma abordagem multidisciplinar para o diálogo entre Universidade, Comunidade e Catadores (UnB)**

Realiza o diagnóstico das condições de saúde dos catadores que trabalham no aterro do Jóquei para conscientizá-los sobre os riscos que estão expostos e as formas de prevenção, além de encaminhá-los para acompanhamento na rede de atenção à saúde do DF, de acordo com suas necessidades, a partir da atenção primária.

Saiba mais: <https://bit.ly/3o2mEay>

- **Acessa Ourinhos**

O projeto desenvolvido pela Unesp no Campus Experimental de Ourinhos, em parceria com a Fatec/Ourinhos, criou um aplicativo móvel, com linguagem simples e prática, fornecendo banco de dados fundamental na elaboração de projetos que atuem diretamente na melhoria da acessibilidade urbana no município de Ourinhos/SP.

Saiba mais: <https://bit.ly/2KNoNZh>



- **Arborização Urbana em Botucatu – Arboricatu**

Desenvolvido na Faculdade de Ciências Agronômicas do Câmpus de Botucatu da Unesp, o projeto, em parceria com a prefeitura do município, vem realizando atividades ligadas à Arborização Urbana, Silvicultura Urbana e Educação Ambiental, envolvendo munícipes, órgãos de gestão municipal e organizações privadas.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q7STHe>

- **Cidades Saudáveis – Mobilização e Agenciamento de Ações de Infraestrutura Ecológica para Melhoria do Habitat**

Projeto da UnB que busca contribuir com parâmetros e diretrizes de integração das políticas públicas com foco na melhoria da saúde coletiva e meio ambiente. Parte desse trabalho visa aproximar a saúde das agendas política e social das cidades e construir um forte movimento para a saúde pública em nível local.

Saiba mais: <https://bit.ly/2JoXmUI>





ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, "Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis" condiz com uma necessidade muito observada em escala global: suprir as ofertas e demandas do ser humano considerando a "pegada ecológica", ou seja, os limites da natureza e daquilo que ela tem a nos oferecer. O ODS 12 propõe uma interconexão positiva entre as necessidades humanas e as necessidades do meio em que vivemos, de forma a gerir conscientemente recursos naturais, energéticos e infraestruturas, além de reestruturar o modelo de desenvolvimento vigente. Em um país como o Brasil, conhecido pela diversidade ecológica e por seus vastos biomas, a produção e o consumo sustentáveis devem ser pautas centrais e base para o desenvolvimento sustentável, considerando especialmente um modelo de economia agroindustrial degradante, poluente e pouco fiscalizado. Nesse contexto, as universidades - como fonte de conhecimento, exemplaridade, impacto e colaboração - têm o papel central de disseminar as pautas de sustentabilidade nas esferas de produção e consumo, e colocá-las como foco de projetos, pesquisas, serviços comunitários e diversas outras práticas do meio.

Como o ODS 12 impacta na nossa vida cotidiana?

A própria temática "produção e consumo sustentáveis" já compreende as necessidades humanas. Os recursos naturais e energéticos estão interligados a diferentes fatores do nosso cotidiano, como alimentação, moradia, meios de transporte, funcionamento de indústrias e equipamentos domésticos e eletrônicos. A sustentabilidade ligada ao uso de tais recursos torna essa "troca de favores" entre o meio e a humanidade equilibrada, duradoura e benéfica para ambos os lados. Os riscos de degradação e esgotamento de biomas e recursos dos quais dependemos - reflexo de uma produção, gestão e consumo ineficientes - refletem na urgência do ODS 12 para a vida humana e seu cotidiano.

Qual a visão de futuro que o ODS 12 nos apresenta?

- Gestão sustentável e uso eficiente de recursos naturais e energéticos, respeitando a Pegada Ecológica; a partir da disseminação do consumo consciente e da fiscalização eficiente em áreas de produção e extração de recursos.
- Maior investimento - por parte de empresas, governantes e de todas as esferas atuantes na Agência 2030 - em combustíveis fósseis renováveis e menos poluentes; vinculado a diminuição de subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis que encorajam o consumo exagerado.
- Redução da geração de resíduos, por meio da reciclagem, compostagem e outras técnicas de transformação e reuso, além da prevenção e redução do desperdício alimentar.
- Informações e dados transparentes, acessíveis e atualizados para todas e todos, desenvolvendo o melhor mapeamento dos atores consumidores de recursos naturais e a melhor conscientização para o desenvolvimento sustentável.



- Prioridade do Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil, junto a outras políticas públicas nacionais vinculadas à temática como a Política Nacional de Educação Ambiental e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).
- Desenvolvimento e implementação de ferramentas que incentivem o Plano de Turismo Sustentável; gerando empregos e valorizando a cultura e os produtos locais.

Qual a ciência por trás da produção e do consumo sustentáveis?

A ciência é crucial para formular soluções inovadoras para as diferentes esferas que se conectam à produção e ao consumo. Podemos pensar, por exemplo, no desenvolvimento de pesquisas voltadas para novas técnicas de produção industrial, vinculando a Pegada Ecológica ao crescimento econômico; projetos em infraestrutura baseados em uma arquitetura sustentável e não degradante; programas e centros de reciclagem, compostagem ou biodigestão; e levantamento de dados e informações referentes à gestão de resíduos sólidos. Dessa forma, utilizar o ODS 12 como base do estudo científico é ferramenta chave para a formulação de políticas públicas e planos de ação personalizados, implementados de acordo com os resultados das pesquisas.

Como o ensino poderia lidar com a questão da produção e do consumo sustentáveis?

Como mencionado, a universidade é um espaço de conhecimento, exemplaridade, impacto e colaboração. Pensando no ambiente acadêmico como um dos principais atuantes na linha de frente para o cumprimento da Agenda 2030, seu papel como articulador e propagador de conhecimento é imprescindível. Em relação ao ODS 12, não poderia ser diferente, visto que a Universidade também é fonte de produção e consumo, portanto deve trabalhar diretrizes para uma educação para o consumo consciente. Assim, um ensino que agregue a temática sustentável em suas ofertas é primordial. Colocar em pauta temas como sustentabilidade e Pegada Ecológica em diferentes áreas; incentivar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) dentro da sala de aula; implementar a educação voltada para a gestão de lixo e resíduos; promover a integração de diferentes áreas da universidade para o desenvolvimento de práticas holísticas sobre produção e consumo conscientes são alguns dos pontos que devem ser abordados no ensino acadêmico para o alcance do ODS 12.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 12 e à Agenda 2030?

A pesquisa é base para a implementação de soluções inovadoras e eficientes e, assim, ferramenta chave para a sustentabilidade. Desse modo, o investimento em pesquisas é fator de suma importância na gestão de um país e deve ser incentivado. A pesquisa científica viabiliza, por exemplo, a construção de infraestruturas sustentáveis; desenvolvimento de materiais, ferramentas e estruturas eficientes e limpas para a obtenção de energia; e o mapeamento e análise do quadro de



desperdício em determinada localidade. A pesquisa científica – no ensino médio e na iniciação científica universitária – é peça central para a obtenção, análise e divulgação de dados e informações transparentes, as quais guiarão as tomadas de decisões em torno da Agenda 2030 e, mais especificamente, do ODS 12.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 12?

Além de formar profissionais engajados, a Universidade desenvolve agentes que atuam diretamente - e “no agora” - em comunidades locais, assim como na resolução de problemas sociais, ambientais e econômicos. A extensão universitária, por meio de pesquisas, projetos e empresas juniores, é uma das formas mais concretas de aproximar o estudante da prática, de forma a encontrar e aplicar soluções de implementação da Agenda 2030. Dessa forma, as diversas práticas de extensão – em suas diferentes áreas de atuação pela sustentabilidade – devem ser incentivadas. Podemos pensar em programas que levem práticas de reciclagem para as escolas locais; consultorias ou assessorias que ofereçam serviços atrelados à sustentabilidade, como o desenvolvimento de infraestruturas conscientes e planejamentos de processos industriais eficientes e sustentáveis para empresas; projetos de apoio ao turismo sustentável, levando técnicas de produção conscientes a pequenos comerciantes locais.

Qual o papel da gestão em tratar a produção e o consumo sustentáveis como uma questão de educação?

A universidade também é um ambiente de produção e consumo e, considerando sua posição de exemplaridade, a sustentabilidade deve ser valorizada e implementada, para que haja engajamento por parte dos estudantes. De tal forma, é essencial que a gestão – professores, reitores, administradores, técnicos e pesquisadores – esteja não só de acordo com políticas sustentáveis, mas também aplicando práticas conscientes dentro da estrutura universitária. Além de trazer à tona pautas da Agenda 2030 e, especificamente, de sustentabilidade e Pegada Ecológica em palestras, cursos e rodas de conversa, é primordial valorizar práticas que contribuam diretamente para o propósito. Podemos citar, por exemplo, a economia de energia por parte de computadores, impressoras, lâmpadas; a redução do uso de rejeitos como plástico e papel, junto à utilização de técnicas de reciclagem; preservação de áreas verdes e incentivo a práticas como a compostagem em jardinagem; promoção de campanhas para a redução do desperdício alimentar nos restaurantes universitários e em lanchonetes dentro da Universidade; valorização e implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), além de políticas públicas como o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a Política Nacional de Educação Ambiental.



Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 12? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é Pegada Ecológica? Como medir os limites de um ambiente?
- Como conciliar crescimento econômico e conservação ambiental?
- Que métodos de reuso e transformação podem ser utilizados para reduzir a quantidade de resíduos na sua localidade?
- Quais políticas devem ser implementadas para desenvolver normas e padrões de produção sustentáveis?
- Existem substituições - em questão de recursos naturais, materiais, combustíveis, dentre outros - que podem ser feitas agora, com o intuito de desenvolver uma produção e um consumo responsáveis e conscientes?

Como a Agenda 2030 e o ODS 12 se relacionam com o Brasil?

Considerando o consumo e a produção sustentáveis como questões desafiadoras para o mundo de diferentes formas, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como o tema da sustentabilidade é tratado no Brasil? Há um conhecimento amplo e acessível sobre a Pegada Ecológica?
- Existem políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento da produção e do consumo sustentáveis? A implementação é eficaz e incentivada?
- Quais áreas nacionais devem ser conservadas e quais devem ser preservadas? Esse mapeamento é bem fiscalizado?
- O Brasil aproveita de forma consciente e benéfica seu potencial hídrico para a produção de energia limpa?
- Como implementar um novo modelo de desenvolvimento e crescimento nacional que se desvincule do padrão econômico agrícola de commodities, poluente e degradante?
- Como associar a problemática da fome no país a uma política de redução de desperdício alimentar?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da produção e do consumo sustentáveis?

- Que tipo de conhecimento sua área pode produzir para avançar em direção à produção e ao consumo sustentáveis?
- Quais reflexões a pesquisa e as diferentes áreas de conhecimento desenvolvem ou podem desenvolver sobre essa temática?
- Como a conexão entre tais iniciativas (entre diferentes áreas ou universidades) pode incentivar a produção e o consumo sustentáveis?
- Quais políticas públicas podem ser implementadas ou necessitam de apoio financeiro para que o ODS 12 seja cumprido?
- De que forma as universidades podem contribuir para a criação das políticas públicas referentes à produção e ao consumo consciente?
- Que ferramentas podem ser elaboradas e implementadas dentro da ciência e da pesquisa, de forma a incentivar a gestão sustentável de recursos naturais?
- Como as estratégias desenvolvidas em projetos de extensão e pesquisas universitárias pode chegar até as comunidades locais?



- Como as universidades podem contribuir para uma produção e um consumo responsáveis em seu ambiente? Quais são as ações e de que forma são implementadas?
- Quais são as falhas, no cenário brasileiro, na implementação do ODS 12? De que modo as universidades se inserem, como potenciais agentes de ação?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 12

- **Destino Sustentável**

O projeto, iniciado por alunos de computação da UFPA busca facilitar a interação entre os agentes da reciclagem - catadores, associações, cooperativas de reciclagem, indústrias, entre outros - para que haja destinação adequada dos resíduos sólidos e recicláveis de municípios.

Saiba mais: <https://destinosustentavel.org/>

- **Porte Empresa Jr.**

Empresa de Arquitetura e Urbanismo e Engenharias (Civil, Elétrica, Ambiental e Sanitária) da UFJF. Dentre seus serviços, desenvolve planos de gerenciamento de resíduos sólidos para empresas; consultoria ambiental; gerenciamento de condicionantes ambientais; e planos de recuperação de áreas degradadas.

Saiba mais: <https://portejr.com.br/servicos>

- **Laboratório de Avaliação e Construção com Materiais Recicláveis**

O Laboratório de Avaliação e Construção com Materiais Recicláveis da Universidade Estadual Paulista (Unesp) no campus de Bauru visa pesquisar, desenvolver e disseminar protótipos socioculturais de baixo custo, como a construção de equipamentos por meio da reciclagem.

Saiba mais: <https://bit.ly/36bwgch>

- **Campanha Sem Desperdício**

O Restaurante Universitário (RU), vinculado à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), desenvolveu o projeto buscando diminuir o desperdício alimentar das refeições, envolvendo diferentes iniciativas.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q7cd7h>



- **Laboratório de Sustentabilidade Aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo (LaSUS)**

O projeto tem como objetivo melhorar a qualidade de vida em edificações e nas cidades; o uso de energias limpas e renováveis; e aplicar a responsabilidade social e ambiental na arquitetura e no urbanismo.

Saiba mais: <https://lasusunb.com/>

- **Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática – Cedir e o Projeto Recicl@tesc**

Ambos os projetos fazem parte do campus de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP) com o objetivo de implementar o reuso e descarte sustentável de lixo eletrônico, como bens de informática, além de doar aqueles que se encontram em bom estado de uso para outras instituições sociais - apoiando a inclusão digital.

Saiba mais: <https://bit.ly/39iWCeY>

- **Termo de Adesão ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P**

A Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) foi a primeira do país a aderir, em 2014, à A3P - programa do Ministério do Meio Ambiente que incentiva uma gestão sustentável e socioambiental na administração pública, por meio de políticas de avanço para questões ambientais.

Saiba mais: <https://bit.ly/3nYSpkL>

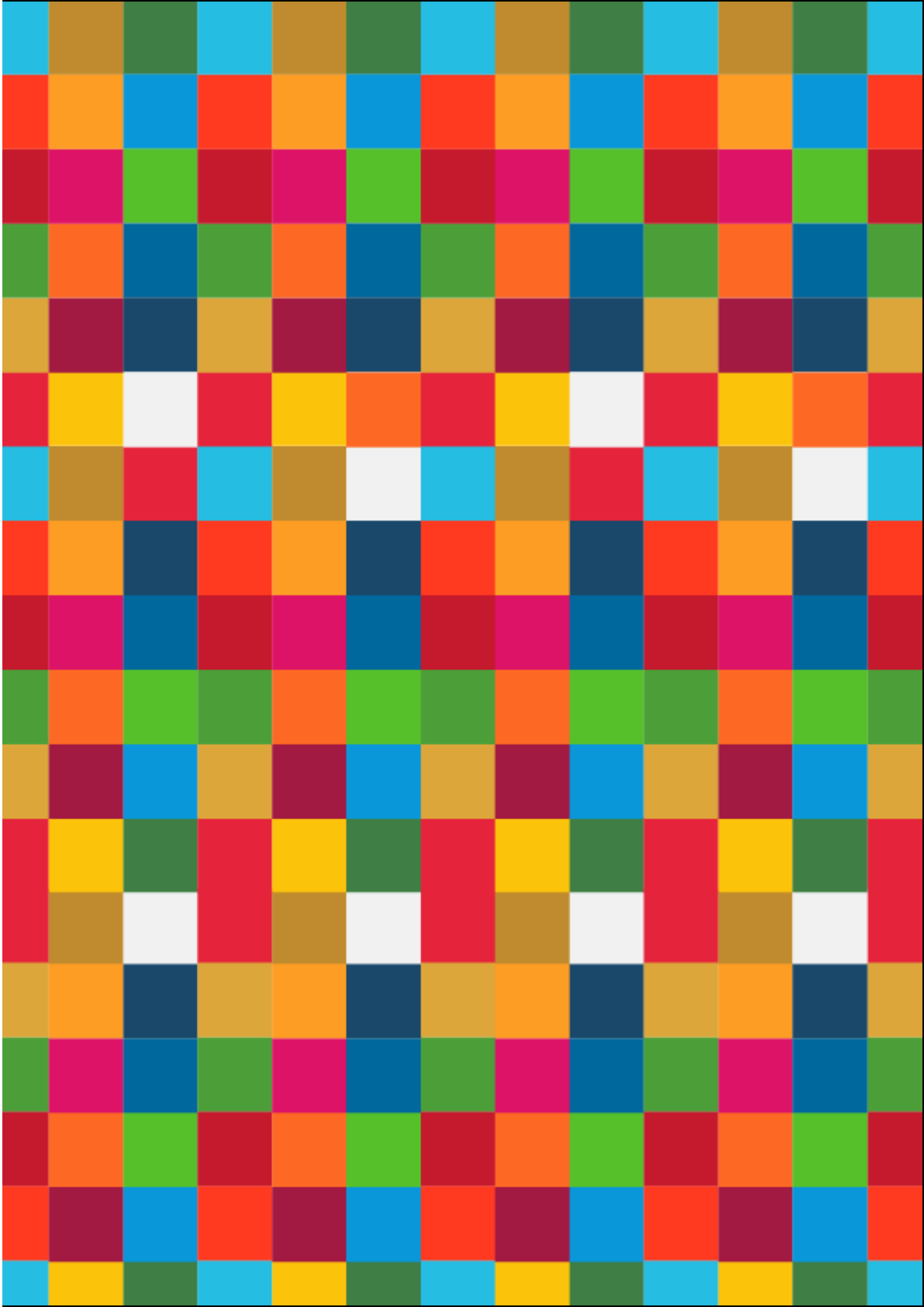
- **Educação financeira para o consumo sustentável**

O projeto desenvolvido na Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara da Unesp, tem como objetivo identificar, no âmbito da comunidade escolar, as problemáticas ambientais decorrentes do consumo não consciente, realizando rodas de conversa e pesquisa-ação com alunos de escolas municipais.

Saiba mais: <https://bit.ly/3l9JHy5>

- **MUDAdesign**

Projeto de extensão universitária atuante na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Unesp no Campus de Bauru promove ações educativas para a comunidade local, abordando temas como sustentabilidade, design participativo e arquitetura sustentável. Saiba mais: <https://bit.ly/36bntre>







ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13, "Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos", reflete o cenário preocupante do clima mundial e as medidas que devem ser tomadas. Ocorre que, para combater essas mudanças contínuas e drásticas, precisamos tomar medidas urgentes e com duração prolongada, pois o dano que causamos hoje é visto amanhã e o dano do amanhã impacta no futuro, ou seja, trata-se de uma cadeia de consequências para o Planeta. Se queremos permanecer nesse Planeta que chamamos de casa, então precisamos cuidar e repensar nossa maneira de agir. Para obtermos resultados diferentes sobre as mudanças climáticas precisamos modificar nossa maneira de enfrentar o problema, por isso é essencial o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 13.

Como o ODS 13 impacta na nossa vida cotidiana?

O clima está diretamente relacionado à natureza, e isso inclui o ser humano. Imagine uma seca prolongada de meses e com certeza já consegue imaginar também as consequências desse acontecimento: falta de alimentos, falta de água, ambiente totalmente hostil para viver, impactando a economia, política e mesmo a sobrevivência de cada indivíduo. Podemos imaginar também os impactos no aumento do nível do mar na vida das pessoas que moram em cidades litorâneas. O ODS 13 nos chama para a reflexão de como as ações humanas estão pressionando os diferentes limites do equilíbrio ecológico planetário. Logo, ninguém deve ficar de fora do enfrentamento às consequências das mudanças no clima e de possíveis catástrofes naturais, visto que afetam a todas e todos.

Qual a visão de futuro que o ODS 13 nos apresenta?

- Aumento da resiliência para enfrentar as consequências acarretadas pelas mudanças climáticas, preparando todos os países para ter capacidade de enfrentá-las.
- Integração de medidas significativas na política nacional, pois para que as mudanças positivas aconteçam é necessário que ocorra planejamento e trabalho.
- Plena informação sobre a situação atual do clima, por meio da educação e acessibilidade à informação para a sociedade, visando conscientizar e instigar sobre a mudança do clima.
- Transparência governamental sobre as medidas resolutivas e preventivas que estão sendo tomadas e que ainda serão, buscando sempre unir os interesses e metas mundiais a serem cumpridas para frear as mudanças.
- Inclusão das comunidades menos favorecidas na discussão climática, tendo em vista que somos interligados através de interesses que desrespeitam o futuro do nosso planeta.



Qual a ciência por trás das mudanças climáticas?

Como não deixar o clima entrar em colapso? É difícil se imaginar em situações extremas assim, mas é essencial para entender a raiz do problema. A primeira coisa que devemos saber é que corremos esse risco e precisamos tomar medidas urgentes para controlar as drásticas mudanças climáticas que estão ocorrendo e as que virão. Atualmente, muito se diz sobre desinformação, as famosas “fake news”, principalmente sobre o clima, mas como acreditar que não está ocorrendo nada quando sentimos todos os dias as mudanças, mesmo que não sejam tão alarmantes? Como não acreditar nas pesquisas que vários cientistas vêm trabalhando há anos, demonstrando o quão grave é a situação que o planeta está enfrentando em relação a essas mudanças? Será que não estamos tentando fugir das nossas responsabilidades ambientais? Segundo, é preciso destacar que as diferentes ciências que estudam mudanças climáticas vêm consolidando esse conhecimento ao longo dos anos, e que há uma segurança do ponto de vista científico em afirmar que a ação humana tem um papel fundamental para a ocorrência de tal fenômeno. As soluções e estratégias vêm se estruturando em duas frentes: mitigar as emissões de GEEs que causam as mudanças climáticas; e capacidade de adaptação para com os impactos já em curso e projetados. Terceiro, a ciência que respalda a implementação do ODS 13 também está cada vez mais aberta ao diálogo com outros saberes e conhecimentos provenientes dos povos da floresta, das comunidades tradicionais e povos indígenas.

Como o ensino poderia lidar com a questão das mudanças climáticas?

A universidade como um dos lugares de produção de conhecimento e ebulição de ideias pode trazer para os currículos as principais questões e debates sobre políticas ambientais. O ensino cumpre também um papel essencial de traduzir o conhecimento científico estritamente técnico em formatos e linguagens acessíveis, com vistas a aumentar a capacidade de acesso e compreensão desse fenômeno complexo, sensibilizando a população e aumentando a capacidade do tecido social em mudar seus hábitos e agir efetivamente e coletivamente para o enfrentamento do desafio. O ensino deveria ser o berço onde se semear os valores e princípios contidos nos principais instrumentos internacionais, acordo e tratados, bem como derivados do entendimento dos ODS relacionados a dimensão ambiental. O tema das mudanças climáticas, assim como outros que se interseccionam – como o desmatamento florestal e a produção e consumo não conscientes ou limpos – devem ser debatidos em sala de aula, rodas de conversa ou palestras, como forma de conscientizar os alunos sobre a urgência de mobilização e engajamento sobre a pauta, de acordo com sua área de atuação. Portanto, voltar a atenção da universidade na construção de espaços de aprendizagem para o estudo das mudanças climáticas em várias frentes: a) desde uma perspectiva interdisciplinar (antropologia, engenharias, saúde, ciência política, sustentabilidade, relações internacionais, etc); b) conectando passado, presente e futuro; c) dialogando com saberes diversos e conhecimentos tradicionais e milenares.



Como as pesquisas se conectam ao ODS 13 e à Agenda 2030?

A universidade engloba vários assuntos, tentando achar soluções viáveis e eficazes para a sociedade como um todo. Diante disso, não seria diferente com os ODS e a Agenda 2030, portanto é indispensável o desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos para enfrentar os problemas de uma maneira consciente e inteligente. A ação humana é a principal causa das mudanças climáticas, sabendo desse princípio tem-se a possibilidade do desenvolvimento de tecnologias e ações que possam frear as consequências dos danos causados por nossos atos inconscientes, bem como otimizar as ações inevitáveis para diminuir suas consequências climáticas.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 13?

O universo acadêmico vai além da sala de aula e conecta-se com o mundo todo. Diversas pessoas relacionam-se com as universidades, mesmo sem consciência disso, portanto a universidade precisa divulgar e incluir a sociedade nas atividades, já que o conhecimento é a principal chave para mudar os comportamentos responsáveis pelos danos e educar a sociedade para um futuro mais promissor. Sabemos que a cada ano a temperatura do planeta aumenta por causa das emissões de gases que causam o efeito estufa; iniciativas universitárias que atuem na criação e no estímulo ao uso de outros meios de transporte sustentáveis, de produtos que imitam carbono zero, entre outros são essenciais nesse contexto.

Qual o papel da gestão em tratar o tema das mudanças climáticas como uma questão de educação?

Quem nunca escutou que a educação muda o mundo? É uma verdade inegável. Ações educativas no presente mudam o futuro, visto que apenas com a formação de cidadãos conscientes e engajados nas causas ambientais poderemos frear as mudanças climáticas. E qual o papel da gestão educacional nesse contexto? Professores, reitores, pesquisadores e técnicos devem se compromissar a colocar o ODS 13 e a Agenda 2030 como um todo em pauta no meio universitário. Seguindo as políticas de educação ambiental, gestores devem abordar o tema da sustentabilidade e das mudanças climáticas nas diferentes áreas do ensino superior (Humanas, Biológicas e Exatas), perante a um compromisso coletivo que envolve a todas e todos. Também é primordial a posição de transparência em relação ao cumprimento de políticas ambientais e climáticas dentro da estrutura universitária; o incentivo de professores na criação de projetos, pesquisas e práticas de combate às mudanças climáticas, como orientadores e mentores; o desenvolvimento de um ambiente saudável, inspirador e inclusivo (considerando, por exemplo, auxílio financeiro, de alimentação e moradia), para que a educação ambiental e a conscientização sejam acessíveis a todas e todos.



Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 13? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- Como ajudar a reduzir as emissões de gases, evitando assim o efeito estufa?
- Quais hábitos e práticas diárias eu posso mudar em meu dia a dia para contribuir com o enfrentamento às mudanças climáticas?
- O que são mudanças climáticas e como cada pessoa, grupo, empresa, governos podem agir para mitigar seus efeitos?
- Como reverter os danos já causados ao meio ambiente?
- Quais medidas e iniciativas governamentais podem ser adotadas para evitar as mudanças climáticas?
- Somos afetados da mesma maneira com as mudanças no clima? Como isso afeta as populações mais vulneráveis, configurando-se o que chamamos de racismo ambiental?
- Como enfrentar possíveis desastres naturais? Todos os países são capazes de se recuperar desses acontecimentos?

Como a Agenda 2030 e o ODS 13 se relacionam com o Brasil?

Considerando a mudança global do clima um dos principais desafios globais que assolam diferentes países do mundo, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Qual o papel do Brasil na governança climática internacional? Qual a relevância do Brasil em termos de emissões de gases de efeito estufa?
- Qual setor mais contribui para as emissões nacionais brasileiras?
- Por que a pecuária brasileira ainda possui um índice acelerado de crescimento e sem a preocupação ambiental necessária?
- Por que as empresas brasileiras não adotam a medida de baixo carbono?
- Como o Brasil lidaria com o aumento do nível do mar causado pelo aquecimento dos oceanos e perdas glaciais?
- Quais fiscalizações que o Brasil realiza contra a emissões de gases do efeito estufa?
- Qual compromisso oficial do Brasil no âmbito das negociações climáticas internacionais?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema das mudanças climáticas?

- Quais as falhas na implementação do ODS 13? Como a universidade se conecta para ajudar nisso?
- Como tornar o ensino sobre as mudanças climáticas instigante para os estudantes?
- Como os alunos podem ser motivados a exercerem uma experiência acadêmica ou profissional aprofundada para implementar o ODS 13?
- Através das pesquisas científicas é possível a implementação do ODS 13? Como?
- Como unir a sociedade civil com a acadêmica para impedirem juntas as mudanças no clima?



- Como unir a universidade às empresas privadas para fomentar o uso sustentável de recursos e a diminuição das emissões de gases?
- Quais os diálogos que podem ser desenvolvidos sobre esse assunto na universidade?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 13

- **RELflorestando**

Projeto da Universidade de Brasília (UnB) que visa trazer a temática ambiental para debates dentro da universidade, a partir de encontros acadêmicos e discussões temáticas relacionadas ao meio ambiente, além de visitas à CED 01 da Estrutural, com atividades e brincadeiras feitas com as crianças.

Saiba mais: <https://bit.ly/3l9JXgx>

- **Projeto Eco Planetário**

Trata-se de um projeto, da Universidade de Brasília (UnB-FCE), que tem a ideia de dialogar e aprofundar a discussão sobre a questão ambiental com o intuito de sensibilizar cada vez mais pessoas para assumir atitudes mais assertivas com relação à natureza e ao ambiente que nos cerca.

Saiba mais: <https://linktr.ee/projetoecoplanetario>

- **Clima Sob Ameaça**

Pesquisas coordenadas por docentes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que priorizam a dimensão humana ao investigar mudanças ambientais e climáticas no litoral norte paulista.

Saiba mais: <https://bit.ly/36aBWUv>

- **Questões políticas e regulação da emissão de CO2**

O grupo coordenado pelo professor Sérgio Pacca da USP surgiu com o intuito de reunir pesquisadores que já desenvolviam trabalhos em colaboração relacionados às políticas climáticas. Os encontros em eventos como a Conferência das Partes (COP) da ONU e a Rio+20 também contribuíram para enriquecer o rol de especialistas do núcleo.

Saiba mais: <https://bit.ly/3qa1qcm>



- **“BIO NA RUA”: ações de divulgação científica em Bauru-SP**

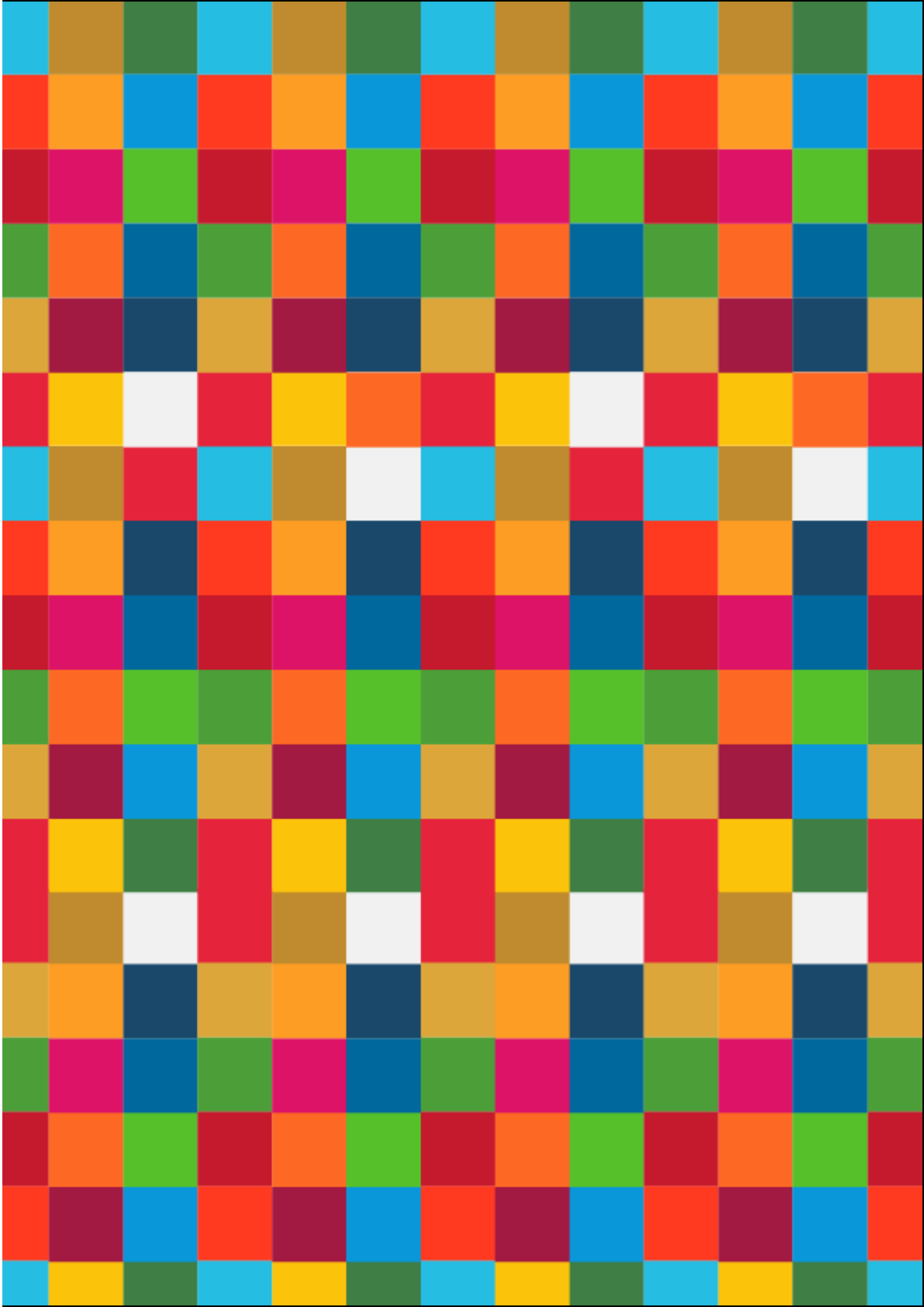
Projeto desenvolvido pelos alunos do curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências da Unesp no Campus de Bauru, com o propósito de levar à toda a comunidade bauruense, de todas as faixas etárias, conhecimentos da área da biologia de forma acessível e didática, utilizando ambientes fora da sala de aula.

Saiba mais: <https://bit.ly/2Vb3Fhy>

- **Impacto Ambiental - jornalismo especializado pela sustentabilidade**

O projeto realizado no âmbito da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Unesp no Campus de Bauru atua, principalmente, na elaboração de um veículo jornalístico digital que busca disseminar a educação ambiental e a cultura da sustentabilidade, por meio de linguagem acessível, para o público jovem.

Saiba mais: <http://impactounesp.com.br/>







ODS 14: Vida na Água

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14, "Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável" é ponto de identificação e compromisso fundamental brasileiro, frente a sua extensão costeira e à rica biodiversidade de ecossistemas. Suas metas buscam uma realidade sustentável que proteja tanto recursos e seres vivos marinhos como populações costeiras e pesqueiras enquadradas em cenários de vulnerabilidade. Devemos lembrar que os ODS se integram e são indivisíveis dentro da Agenda 2030, mesclando em 3 dimensões: econômica, social e ambiental. Por isso, a conservação e o uso sustentável dos oceanos e de tudo que ele engloba são primordiais não só para a implementação do ODS 14, mas também para a resolução de diferentes problemáticas existentes no país. Nesse contexto, a comunidade acadêmica possui o papel primordial de incentivar e valorizar a cultura e a ciência oceânica, em parceria com outras esferas sociais, como governos locais, empresas e Organizações da Sociedade Civil.

Como o ODS 14 impacta na nossa vida cotidiana?

Poucos reconhecem a dimensão do impacto que os oceanos possuem em nossas vidas e suas diferentes formas: como fonte de alimento e renda, conexão de populações e mercados, fornecimento de oxigênio, regulação do clima, provimento de recursos farmacêuticos, dentre outros. O ODS 14 está cada vez mais próximo do nosso dia a dia, e a vida humana, cada vez mais interligada àquilo que os oceanos oferecem. No momento em que a ONU lança a chamada "Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável" (2021 e 2030), as universidades certamente terão papel definidor em estabelecer as bases do "oceano que precisamos para o futuro que queremos".

Qual a visão de futuro que o ODS 14 nos apresenta?

- Um oceano limpo, identificando e eliminando as fontes de poluição - como nutrientes, detritos marinhos e lixos sólidos.
- Um oceano saudável e resiliente; pesquisar, mapear e proteger ecossistemas marinhos - recifes de corais, manguezais, marismas, florestas de algas, bancos de fanerógamas marinhas, estuários, baías, lagoas etc., por meio da elaboração de políticas públicas oceânicas nacionais.
- Um oceano previsível, no qual podemos observar e prever as condições oceânicas atuais e futuras por meio da gestão e adaptação da zona costeira e dos mares, permitindo um melhor manuseamento de seu uso.
- Um oceano seguro; a comunidade pode se proteger dos perigos oceânicos, como tsunamis, proliferações nocivas, erosões costeiras, dentre outros, por meio de um monitoramento costeiro e oceânico eficaz, além de um sistema de alerta rápido.
- Um oceano produtivo e explorado sustentavelmente; que promova trabalho digno, renda e segurança alimentar, envolvendo especialmente o beneficiamento das comunidades costeiras, o que exige uma melhor gestão da atividade pesqueira. Vale citar, também, o fornecimento de recursos que contribuam para a ciência medicinal e para a saúde humana.



- Um oceano transparente, com maior acesso a tecnologias, dados e informações atualizadas, essenciais e para a elaboração de pesquisas e planos de ação. Sem bases atualizadas, o acompanhamento de diferentes frentes - como a situação dos pescadores e das zonas de proteção ambiental - torna-se inviável, comprometendo a tomada de ações.

Qual a ciência por trás dos oceanos, mares e recursos marinhos?

A ciência possui posição central na síntese de soluções e resultados para um oceano sustentável. Dados e informações transparentes e acessíveis para todas as esferas da sociedade são fundamentais para a implementação de políticas públicas que garantam o bom funcionamento dos oceanos e da Agenda 2030. Assim, é por meio do conhecimento científico que implementamos planos de ação eficazes, que englobam as diferentes questões e problemáticas entrelaçadas à temática oceânica – desde a proteção de animais e ecossistemas marinhos, gestão sustentável dos recursos naturais, até a assistência social aos grupos populacionais que vivem em áreas costeiras.

Como o ensino poderia lidar com a questão dos oceanos, mares e recursos marinhos?

A educação é a ferramenta base de conscientização, engajamento e mudança. Por isso, a universidade torna-se um agente indispensável na linha de frente para a implementação da Agenda 2030. É por meio do investimento na educação e da valorização do conhecimento, como meio de transformação, que se incentiva o inconformismo do estudante frente a problemáticas como: a acidificação dos oceanos, a progressiva degradação das zonas costeiras e marinhas, a pesca ilegal e, justamente, a falta de dados, informações e bases científicas. Dessa forma, o ensino universitário tem que ser concebido como um espaço extremamente favorável para o florescimento de uma “cultura oceânica”: o oceano presente em nossa vida e em nosso cotidiano, como algo que inspira e engaja.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 14 e à Agenda 2030?

Um país é incapaz de se desenvolver em qualquer área sem investimentos em pesquisa científica e, pensando na temática dos oceanos, não seria diferente. Para analisar, compreender e encontrar quaisquer soluções para a sustentabilidade oceânica, é preciso ampliar a alimentação e o acesso às bases de dados e informações sobre a temática. O investimento nessa área é primordial, visto que embarcações, materiais e ferramentas de estudo utilizados nos diversos ambientes aquáticos (dos costeiros ao em alto mar) necessitam de apoio financeiro.



Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 14?

A ciência produzida nas universidades reflete também no desenvolvimento de projetos e extensões que colocam os ODS em prática no “agora”. Dessa forma, o desenvolvimento de diferentes práticas no campo universitário, entrelaçadas às diferentes temáticas do ODS 14, são formas de observar mudanças práticas ocorrendo nas específicas localidades. Embora o desenvolvimento de ações e projetos sejam mais frequentes no litoral, onde há contato direto com o Atlântico e com recursos marinhos, iniciativas em universidades brasileiras fora da costa devem ser incentivadas, inclusive considerando que muitos dos impactos ambientais nos mares são decorrentes de ações produzidas ao longo das bacias de drenagem. Há diferentes formas de agir ativamente em extensão pelo ODS 14 independentemente de sua proximidade com os oceanos, como por exemplo: a ação de empresas juniores para serviços ambientalistas, como cursos e consultorias para que empresas desenvolvam uma economia azul; ações de assistência social a favor de pescadores artesanais locais; campanhas de conscientização sobre o efeito do plástico no meio ambiente e no meio marítimo, incentivando a diminuição de seu consumo dentro das universidades e das comunidades locais; além da sensibilização de empresas privadas na busca de soluções alternativas ao uso do plástico em determinados produtos.

Qual o papel da gestão em tratar a vida na água como uma questão de educação?

No que tange aos gestores educacionais, há um papel central desse grupo em promover um espaço inclusivo de aprendizado, oportunidades de criação e engajamento. É de fato necessário que a gestão introduza e coloque em debate a Agenda 2030 e o ODS 14 em específico, organizando aulas, cursos, palestras e materiais de consulta. Mas além disso, deve haver um incentivo, apoio e orientação no desenvolvimento de iniciativas práticas, isto é, pesquisas, projetos de extensão e outras que contribuam para um oceano sustentável. É importante destacar também a importância de espaços inclusivos, para que o acesso à cultura e à ciência oceânica seja abrangente e acessível a todas e todos. Deve ser considerado, por exemplo, a situação de vulnerabilidade de parte da população vivendo em áreas costeiras e litorâneas e ilhas, fornecendo o auxílio necessário. Essa assistência engloba a ajuda financeira, fornecimento de material de estudo, acesso à internet, auxílio de transporte, dentre outros, para que possam ter o mesmo acesso ao conhecimento.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 14? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é cultura oceânica? Como desenvolvê-la no ambiente educacional?
- Como mapear e monitorar ecossistemas em ameaça de degradação?
- Como reduzir e substituir o uso de plástico dentro da comunidade local?
- Quem são e como podem ser caracterizados na sua diversidade identitária os grupos populacionais que estabelecem uma conexão com os Oceanos e sua miríade de ecossistemas? Em que situação eles se encontram?



- O lucro advindo de atividades econômicas e a sustentabilidade ambiental e marinha são inconciliáveis ou incompatíveis?
- Como a Agenda 2030 e o ODS 14 se relacionam com o Brasil?

Considerando os oceanos e a vida na água como questões desafiadoras para o mundo em suas diferentes formas, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como garantir, no contexto político brasileiro atual, o acesso igual dos pescadores artesanais ao seguro defeso, além do auxílio emergencial em contexto de pandemia do Covid-19?
- Qual é a quantidade anual de lixo jogado nos oceanos no Brasil? Como tornar esses dados atualizados, completos e acessíveis?
- Quais impactos da poluição química nas zonas costeiras?
- Qual o nível de exploração e super exploração dos estoques pesqueiros no Brasil?
- Quais áreas da zona costeira e marinha brasileira necessitam de maior monitoramento e proteção?
- De que forma podemos inovar dentro do empreendedorismo e incentivar empresas brasileiras a desenvolverem uma "economia azul"?
- Como engajar o governo na participação da Década dos Oceanos e, ao mesmo tempo, garantir um maior financiamento para pesquisas científicas oceânicas?
- Que políticas públicas oceânicas nacionais carecem de verba ou necessitam de inovação? Quais seriam as mais urgentes e eficazes, considerando todas as vertentes da temática dos oceanos?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema da vida na água?

- De que forma as diferentes áreas do conhecimento podem atuar por um oceano sustentável, desenvolvendo uma visão holística do assunto?
- Quais temáticas do ODS 14 se adequam ao seu campo de atuação?
- Como estabelecer parcerias com outras esferas da sociedade, como governantes, empresas e sociedade civil, por meio da sua prática?
- Como universidades interioranas podem trabalhar em parceria com universidades do litoral, de forma a implementar pesquisas e projetos que se conectem à temática?
- Que iniciativas podem ser tomadas dentro da sua extensão ou pesquisa para garantir, por exemplo, a implementação de um portal de base de dados atualizado e completo sobre a pesca (considerando todas as etapas da preparação do pescado até o consumidor)?
- Como as diferentes áreas podem trabalhar juntas de forma a tornar a Agenda 2030 mais presente nos debates do campo universitário, assim como a cultura oceânica?
- Qual é o quadro atual de sua universidade como agente de ação para o ODS 14 e, especialmente, para a Década dos Oceanos? Ela se encontra engajada?
- Como mobilizar o meio universitário como um todo de forma a reduzir o uso de materiais plásticos? Como elaborar um plano de ação para substituí-los?
- Seu curso ou meio de atuação leva em conta a situação dos "povos do mar"? Como tornar esse ambiente mais acessível e inclusivo para essa população?



- As empresas juniores (EJs) levam em conta a sustentabilidade? Como conectar seus serviços à “economia azul”, harmonizando crescimento econômico, inclusão social e proteção do meio ambiente?
- Quais ações compartilhadas entre empresas juniores seriam efetivas para a implementação do ODS 14 e da Agenda 2030?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 14

- **Projeto DECODE**

Projeto da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a PETROBRÁS, visa estudar a estrutura, distribuição e dinâmica das comunidades de corais em águas profundas da Bacia de Santos e Campos, buscando criar áreas de proteção para esses frágeis e importantes organismos.

Saiba mais: <https://bit.ly/2KLAeRg>

- **Marine E-TECH**

Realizado pela USP, possui como objetivo estudar as comunidades bentônicas - isto é, das profundezas oceânicas - da Elevação do Rio Grande, de forma a compará-las com base em dados ecológicos e ambientais e criar áreas de proteção.

Saiba mais: <https://bit.ly/3mfUqsn>

- **UFSC Sem Plástico**

Composto por um grupo multidisciplinar de estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina de Oceanografia e outros diferentes cursos, tem como objetivo reduzir o uso de materiais plásticos e descartáveis dentro do ambiente universitário.

Saiba mais: <https://bit.ly/39mas0c>



- **Mar Aberto EJ de Oceanografia**

A empresa júnior de Oceanografia da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) oferece, além de capacitação com cursos e Educação Ambiental, serviços de Oceanografia a preços mais baixos, destacando, por exemplo, análise e monitoramento de qualidade de água

Saiba mais: <https://bit.ly/3q9pRHd>

- **Programa Vozes da Pesca Artesanal**

Consiste na elaboração de um podcast que narra a vivência das pescadoras e pescadores artesanais de Pernambuco, aproximando a sociedade de suas realidades. O programa é uma realização do Núcleo de Estudos Humanidade, Mares e Rios (NUHUMAR) e do Laboratório de Estudos Rurais da UFPE.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q6HVBv>

- **Escola Comunitária de Surfe de Pontal do Sul**

Iniciativa de um grupo de alunos do Centro de Estudos do Mar, localizado no Campus Pontal do Paraná (UFPR) que oferece aulas de surfe a crianças de 7 a 16 anos como ferramenta de transmissão dos conhecimentos relacionados à Ciências do Mar, especialmente à Oceanografia.

Saiba mais: <https://bit.ly/37fgmNL>

Maris EJ

A empresa júnior da Universidade Federal do Paraná (UFPR) busca, por meio dos serviços prestados, a capacitação de seus membros na Oceanografia. Os projetos vão desde coletas socioambientais e meteoceanográficas até embarque técnico e educação ambiental, com preços mais acessíveis.

Saiba mais: <http://marisej.com.br/>



- **Sistemas de Monitoramento e Previsão Oceanográfica da Baía de Todos os Santos**

Ferramenta desenvolvida pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) à comunidade para garantir o melhor planejamento de atividades - profissionais e de lazer - na Baía de Todos os Santos (BA). Ela fornece informações de pesquisa, como o nível da maré ou a intensidade dos ventos e das correntes marítimas.

Saiba mais: <https://btsoceanografia.ufba.br/>

- **Conservação da Zona Costeira: conectando sociedade ao ambiente**

Projeto da Unesp no Campus Experimental de Registro, com graduandos, comunidades tradicionais, gestores de unidades de conservação e alunos de ensino médio, criando debates sobre estratégias de conservação e as principais problemáticas em torno dos ecossistemas costeiros, conectando diferentes visões sobre o tema.

Saiba mais: <https://bit.ly/39losqN>

- **Projeto Coral Vivo**

Atua para a conservação e a sustentabilidade socioambiental desse importante ecossistema por meio dos seguintes eixos temáticos principais: pesquisa, educação, formulação e acompanhamento de políticas públicas, comunicação e sensibilização da sociedade, incluindo ações do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais).

Saiba mais: <https://coralvivo.org.br/>





ODS 15: Vida Terrestre

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”, engloba uma questão de sobrevivência para o planeta. A vida humana e não humana depende tanto da terra quanto do oceano para seu sustento e subsistência. Com a degradação contínua e sem precedentes do planeta (degradação de ecossistemas terrestres, mudança do clima, seca e inundações, desertificação e degradação dos solos), não somente a vida humana está sendo afetada, assim como a vida de vários animais, plantas, fungos, bactérias etc. estão sendo extintos ou colocados em risco de extinção devido à perda de seu habitat. O cenário de desmatamento e crimes ambientais no Brasil sempre esteve presente, mas recentemente os números dispararam e nossos ricos biomas estão cada vez mais devastados. É necessário que se tomem medidas urgentes para reduzir a perda da biodiversidade de ambientes naturais, visto que até o momento houve grande retrocesso nas metas relacionadas ao ODS 15.

Como o ODS 15 impacta na nossa vida cotidiana?

As ações humanas geram impactos negativos para os ecossistemas e todo o meio ambiente como poluição da água, do solo e do ar, perda de habitats e escassez de recursos naturais. Estes problemas dizem respeito à qualidade de vida humana, pois tudo que o ser humano consome provém da natureza, tudo que fabricamos e consumimos não existiria se não fosse o meio ambiente e, se não há uma correlação respeitosa entre o ser humano e o meio ambiente, com certeza podem haver consequências, desde desastres naturais mais recorrentes até o ressurgimento de pandemias.

Qual a visão de futuro que o ODS 15 nos apresenta?

- Conservação da biodiversidade; não somente da parte do governo como também ações que incluam a população toda, pois a constituição de novos hábitos pode manter o planeta saudável.
- Tomada de medidas significativas e urgentes, para que seja diminuída a degradação das biodiversidades e habitats naturais, os quais muitos já foram perdidos.
- Recuperação do que foi perdido; por meio do desenvolvimento de ações que visam devolver para o meio ambiente as suas características de estabilidade e equilíbrio.
- Mais recursos e visibilidade nas questões ambientais, em todos os níveis, para custear cuidados florestais e promover um manejo sustentável.
- Uso sustentável do ecossistema terrestre; buscando formas sustentáveis de fazer uso de matérias-primas naturais sem degradar de forma agressiva ou por meio de crimes ambientais.



Qual a ciência por trás da compreensão da vida no planeta Terra?

O ODS 15 está relacionado a uma questão essencial: como seria possível proteger a vida terrestre? Esta é uma pergunta que deve ser feita constantemente para que sejam buscadas soluções alternativas viáveis e sustentáveis. As matas, florestas e rios de água doce são representantes de equilíbrio climático, biodiversidade e aspectos culturais de qualquer lugar, por isso é de extrema necessidade preservá-los e protegê-los. Um dos possíveis meios para que estas ações sejam viabilizadas por meio de políticas e projetos inseridos no âmbito educacional. Por exemplo, o ensino de biologia e ecologia nas escolas tem papel fundamental em alertar sobre a perda da biodiversidade, suas consequências e sobre a necessidade de se promover o uso sustentável e mudanças no paradigma de desenvolvimento. Além disso, é a ciência capaz de desvelar as inter-relação entre sistemas bióticos e abióticos (por exemplo, a tese dos “rios voadores” – chuvas que dependem das árvores da Amazônia, que, por sua vez, “alimentam” as árvores e agricultura no sudeste e sul do Brasil e da América do Sul. A ciência e os/as cientistas têm papel estratégico em nos alertar sobre os limites do equilíbrio planetário em contextos de mudança climática, degradação crescente e perda de biodiversidade. Ações baseadas na ciência para se alcançar as metas do ODS 15 é responsabilidades de todas e todos: dos governos, das empresas, da sociedade civil organizada e de cada cidadão e cidadã.

Como o ensino se conecta ao ODS 15 na compreensão da vida no planeta Terra?

Nas universidades, práticas de ensino que reforcem a educação ambiental podem ser ponte para publicações e projetos nesta temática. A educação ambiental objetiva a compreensão dos conceitos relacionados com o meio ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação. Sendo assim, ela busca a formação de cidadãos conscientes e críticos, fortalecendo práticas cidadãs. Aliado a isso, trabalha com a inter-relação entre o ser humano e o meio ambiente, desenvolvendo um espírito cooperativo e comprometido com o futuro do planeta. Se faz necessário o apoio em diversas áreas do conhecimento ligadas à Vida Terrestre por meio de integrações entre a interdisciplinaridade e a sustentabilidade nos estudos, passando por uma educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Ao apresentar temas relacionados com a área ambiental, o intuito é tornar os/as estudantes cidadãos e cidadãs conscientes.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 15 e à Agenda 2030?

Não somente fonte de informação para o mundo acadêmico, a pesquisa universitária é importante em vários âmbitos, pois possibilita desenvolvimento de qualidade de vida mediante o reforço de cidadania dentro e fora do campus, no âmbito de toda a universidade e nas comunidades em que está inserida. Conectando as pesquisas à Agenda 2030, o que se espera é a ampliação de análises e estudos sobre os múltiplos temas do ODS 15, tais como: regime global de biodiversidade e sua implementação; sobre a importância da biodiversidade para a vida dos povos indígenas e populações tradicionais; pesquisas sobre



bioeconomia e a importância das unidades de conservação na geração de serviços ambientais e também para a conexão entre sociedade e natureza; destruição de habitats e da biodiversidade pode causar novas pandemias; biodiversidade agrícola, sobre o risco que a destruição de polinizadores significa para sistemas alimentares, sobre agroecologia e soberania alimentar etc. Pesquisas à luz do ODS 15 podem incentivar ações e boas práticas estabelecidas em relação à vida terrestre. A intenção é contribuir de forma específica no processo de implementação de práticas positivas referentes à Vida Terrestre. Os três pilares da universidade conectam-se, pois, as pesquisas têm como propósito contribuir com a difusão da agenda entre a universidade, organizações da sociedade civil e a comunidade.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 15?

A extensão é um meio de exercer a conexão entre universidade e sociedade e, com este espaço de conexão, é possível ampliar as formas de se aplicar a Agenda e o ODS 15, em específico. Essa colaboração pode acontecer por meio de iniciativas de preservação da vida terrestre como, por exemplo, apoiar e organizar eventos que debatam o assunto; promover conservação e recuperação dos recursos terrestres; conscientizar as e os estudantes e sociedade sobre importância das unidades de conservação, fazer projetos que levem crianças e jovens para espaços "naturais", como parques e estações ecológicas; apoiar projetos de agroecologia, agrofloresta; apoiar projetos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Estes objetivos têm relevância não somente para as instituições como também para a comunidade em geral. Alcançar as metas do ODS 15 é prática que deve ser exercida por todas e todos, e isso é possível por intermédio de tais projetos de extensão. Dá-se a partir de cooperações articuladas e realização de vários projetos que estejam conectados a sustentabilidade e a manutenção da vida terrestre.

Qual o papel da gestão em tratar o tema da vida terrestre como uma questão de educação?

Os ODS, de certa forma, são visões para o futuro, afinal consideram preocupações quanto às atuais e futuras gerações, logo não podemos subestimar a importância da gestão educacional em ampliar estes conhecimentos para garantir seu alcance aos mais jovens. Trata-se de educar futuros cidadãos para serem sustentáveis e terem maior responsabilidade à natureza. A gestão tem como papel reconstruir a história do ODS 15 e disseminá-la o máximo possível para a comunidade acadêmica, juntamente com a importância de se conservar, proteger e recuperar a vida terrestre. Para isso podem ser usados diversos canais, redes sociais, meios de comunicação e projetos que abordem este tema como ação e conteúdo ao mesmo tempo. A gestão universitária tem papel de criar condições favoráveis para projetos de ensino, pesquisa e extensão, que envolvam o ODS 15. Também tem papel para monitorar, evitar e mitigar o próprio impacto no ambiente, em particular com relação aos ecossistemas terrestres, por exemplo, a expansão da infraestrutura sempre tem impactos. A gestão poderia incentivar, por exemplo,



a aquisição de produtos da agricultura orgânica e agroecológica de produtores locais, etc

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 15? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- Quais medidas devem ser tomadas para proteção dos ecossistemas terrestres?
- Como pode ser combatida a desertificação?
- Quais as formas de se recuperar áreas já degradadas?
- Qual o principal impasse para mobilizar recursos financeiros para preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas?
- Como colaborar com a proposição de políticas públicas partindo das cidades a fim de influenciar uma política municipal, estadual ou nacional sobre a temática?

Como a Agenda 2030 e o ODS 15 se relacionam com o Brasil?

Considerando a perda da biodiversidade e a ameaça à vida terrestre um dos principais desafios globais que assolam diferentes países do mundo, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- A caça ilegal e o tráfico de fauna e flora ainda são questões a serem tratadas por políticas públicas que demandam envolvimento das universidades e de uma educação ambiental
- Ainda que algumas empresas brasileiras estejam ligadas ao CBDS e FBDES, é possível reforçar este elo entre estado, mercado e sociedade para valorizar a biodiversidade brasileira.
- O Brasil possui cerca de 20% do número total de espécies da terra, maior diversidade do Planeta, entretanto são necessárias medidas urgentes para reduzir a degradação que vem crescendo cada dia.
- Por quais motivos isso ainda não aconteceu?
- Quais são os meios para que haja mais fiscalização quanto a demarcação de terra indígena no Brasil?
- Como fortalecer as políticas já existentes, como as unidades de conservação
- Como tornar a biodiversidade um tema transversal no desenho e implementação de políticas públicas?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o ODS 15?

- Como poderia ser proporcionado aos estudantes conhecimentos em relação à vida terrestre?
- Como os(as) estudantes podem ser motivados a exercerem uma experiência acadêmica ou profissional aprofundada para implementar o ODS 15?
- De que forma as pesquisas de iniciação científica podem potencializar os estudos em relação a recuperação do meio ambiente e educação ambiental?
- Como conseguir parcerias com empresas a fim de implementar o uso sustentável nas produções industriais?



- Como pode ser melhorado o diálogo da universidade e as suas ações intersetoriais?
- Como os coordenadores e professores podem ajudar na apresentação de temas sobre a proteção da vida terrestre aos estudantes?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 15

- **Plataforma tecnológica para o monitoramento participativo de emergência de zoonoses**

Na Instituição Fundação Oswaldo Cruz foi elaborado um estudo a fim de se monitorar a participação da sociedade na emergência de zoonoses e impactos ambientais em tempo real, de modo a gerar alertas e modelos de previsão de doenças em humanos e animais e apoiar ações e políticas públicas em saúde e conservação da biodiversidade.

Saiba mais: <https://bit.ly/3fFyEvH>

- **Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina**

Criado pela Fiocruz em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais. Funciona como um espaço tecnopolítico de desenvolvimento de soluções territorializadas, que tem base na ecologia de saberes, com potencial para se tornarem estratégias regionais e de políticas públicas, fomentando a garantia dos direitos das comunidades tradicionais relacionados ao território, à cultura, à saúde e à qualidade de vida.

Saiba mais: <https://otss.org.br/>

- **EMBRAGEA**

Empresa Júnior do curso de Gestão Ambiental, vinculado à Universidade de Brasília (UnB), com o intuito de oferecer serviços de consultoria e soluções ambientais aos seus clientes e, assim, proporcionando oportunidade de crescimento pessoal e profissional para cada um de seus associados.

Saiba mais: <https://embragea.com.br/>



- **Horta Comunitária Nutrir: educação para o desenvolvimento sustentável na formação em alimentação e nutrição**

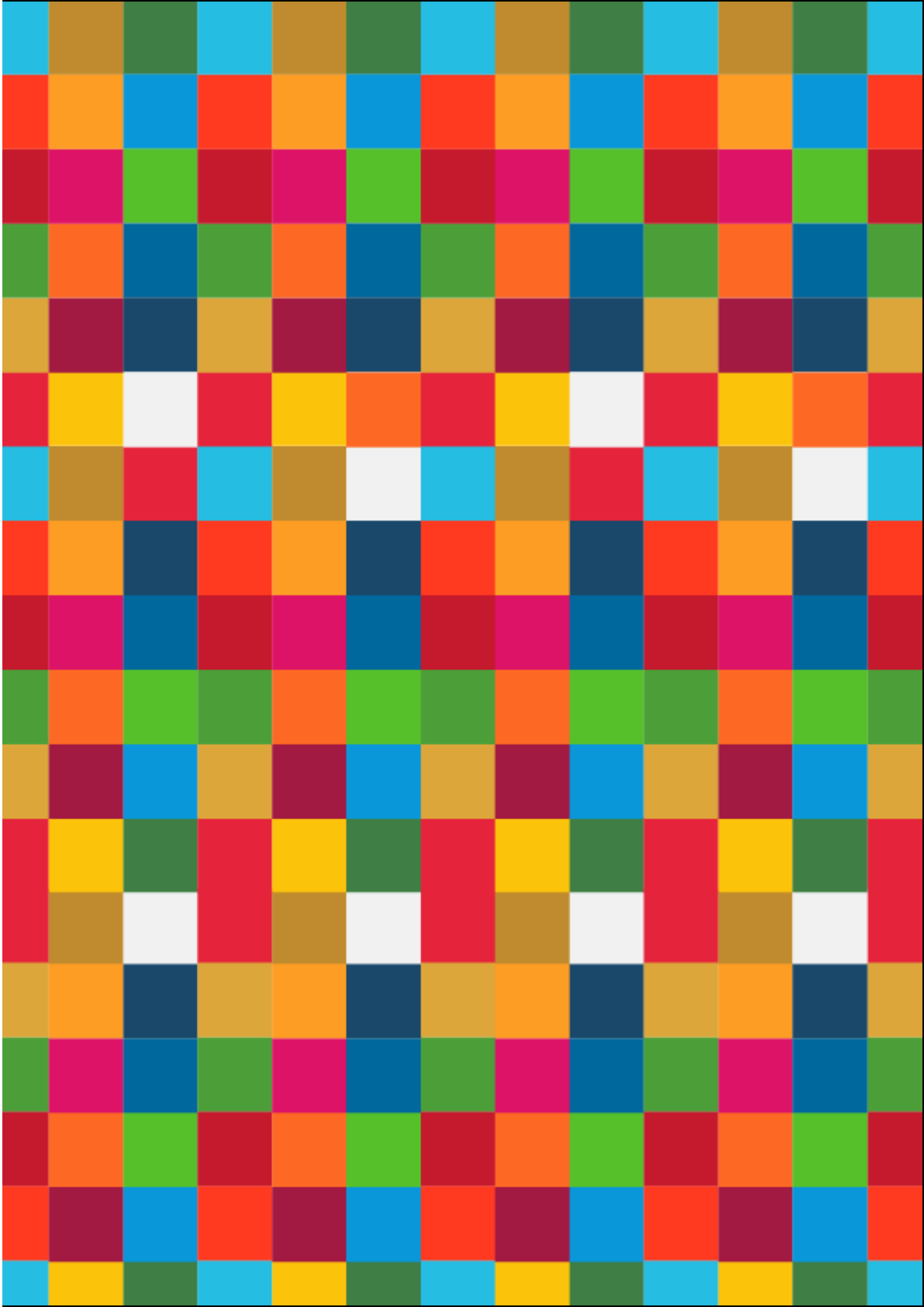
O principal objetivo da prática coordenada pela UFRN é criar espaços de formação que fomentem a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável na comunidade externa.

Saiba mais: <https://bit.ly/3mdjmR6>

- **Conhecendo a biodiversidade da Mata Atlântica no Centro Oeste Paulista pelas trilhas do Jardim Botânico**

O projeto desenvolvido pelo Instituto de Biociências do Câmpus de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (Unesp) buscou conscientizar estudantes do ensino médio sobre a necessidade de conhecer e conservar a biodiversidade da Mata Atlântica no Centro Oeste Paulista, como conservação da própria vida humana, por meio de oficinas e visitas educativas ao Jardim Botânico.

Saiba mais: <https://bit.ly/39l5Ze5>







ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis", visa promover instituições fortes, inclusivas e transparentes, a manutenção da paz e o respeito aos direitos humanos baseados no Estado de direito, uma vez que tais elementos são a base para o desenvolvimento humano sustentável. Estes são alguns dos princípios que sustentam as metas do ODS 16, que também inclui temas sensíveis, como o combate à exploração sexual, ao tráfico de pessoas e à tortura. Outros temas presentes são o enfrentamento à corrupção, ao terrorismo e a práticas criminosas, especialmente aquelas que ferem os Direitos Humanos.

Como o ODS 16 impacta na nossa vida cotidiana?

Algumas regiões do mundo desfrutam de níveis permanentes de paz e segurança. No entanto, outras atravessam ciclos longos de conflito e violência que se tornam quase permanentes. Nesse contexto, as instituições frágeis, a insegurança e os conflitos sociais podem impedir a garantia de direitos como o acesso à educação e à saúde. Isso pode ser agravado, como se observa em diversos países da América Latina, pela corrupção. Ademais, podem-se estabelecer relações com outros aspectos da vida, como os mecanismos de acesso à justiça, e de comunicação com as instâncias do poder público para fazer solicitações e avaliar sua eficiência.

Qual a visão de futuro que o ODS 16 nos apresenta?

- Fortalecimento de instituições nacionais relevantes e da cooperação internacional para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.
- Garantia de acesso público à informação e proteção das liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.
- Identidade legal para todas e todos, incluindo o registro de nascimento.
- Legítima participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global, como parte das tomadas de decisão em âmbito mundial.
- Desenvolvimento de Instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, reduzindo substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- Redução significativa de fluxos financeiros e armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.
- Promoção do Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todas e todos.
- Erradicação do abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças, resguardando os direitos específicos da criança e do adolescente.



- Erradicação de todas as formas de violência e redução significativa das taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares.

Qual a ciência por trás da paz, da justiça e das instituições eficazes?

O bom funcionamento das instituições políticas, a inclusão social e a aplicação eficiente das tecnologias sociais constituem o tripé para a construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas. Esses elementos podem ser analisados tanto no campo das ciências humanas, no que tange à organização e ao funcionamento da sociedade, como no campo das ciências naturais, no que se refere à criação de aparatos tecnológicos para a otimização dos processos sociais. Assim, o estudo do fortalecimento dos mecanismos e práticas de governança são essenciais para que gestores públicos possam aprimorar estratégias de prestação de serviços para a população, assim como o envolvimento desta em mecanismos de accountability. Nesse cenário, o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas pode ser muito útil, sendo necessário orientá-las para um propósito e avaliar seus riscos inerentes (acessibilidade, capacidade, segurança cibernética). No que diz respeito à paz, é preciso aprofundar a compreensão quanto à correlação, em diferentes sociedades, entre fatores como exclusão social/instabilidade econômica e violência/radicalização ideológica. Para além da percepção em escala macro, faz-se necessário analisar como esse processo pode interferir na liberdade individual, tornando pessoas mais suscetíveis à escravidão e ao tráfico.

Como o ensino poderia lidar com as questões da justiça, da paz e de instituições eficazes?

A universidade tem um papel de grande relevância não apenas na formação profissional, mas também na formação humana. Nesse sentido, impulsionar discussões envolvendo tais temáticas no ambiente universitário impacta diretamente na capacidade do exercício da cidadania. É fundamental, portanto, fornecer aos estudantes, de maneira inclusiva e acessível, conhecimentos, habilidades e motivação para compreender e abordar os ODS. Mais do que desenvolvimento do senso crítico, a atenção a essas questões pode propiciar, no ambiente universitário, o desenvolvimento de ferramentas para abordar questões do cenário brasileiro, tais como a falta de transparência e informação e violência. O ensino em conformidade com o ODS 16 também fornece uma série de diretrizes para orientar como a universidade interage com o ambiente externo, como por exemplo, com organizações privadas, públicas e do terceiro setor. Assim, deve-se estimular que projetos e iniciativas criem canais de comunicação para prestação de contas e divulgação dos resultados alcançados, dialogando com outros setores da sociedade.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 16 e à Agenda 2030?

O sucesso da agenda global demanda uma ampla participação das populações e a apropriação local (territorialização) dos Objetivos negociados



internacionalmente. Esse processo, contudo, constitui um dos maiores desafios da atualidade. Nesse contexto, as universidades apresentam um enorme potencial transformador devido à sua capacidade de produção e difusão de conhecimento científico-tecnológico qualificado para a sociedade bem como de disseminação da Agenda 2030. A atividade de pesquisa é responsável por fornecer a base de evidências, conhecimento, soluções, tecnologias, caminhos e inovações para sustentar e apoiar a implementação do ODS 16 pela comunidade global - tanto mediante abordagens disciplinares tradicionais como de novas abordagens interdisciplinares, transdisciplinares e de ciência de sustentabilidade. Sob essa perspectiva, destaca-se ainda que a pesquisa científica, ao contribuir para a amplificação do capital social e da aplicação de conhecimentos na resolução de problemas, torna-se crucial para o desenvolvimento do país em todas as suas dimensões (social, econômica e ambiental).

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 16?

A extensão universitária tem como base sua natureza interdisciplinar, o que está profundamente relacionado à maneira como os ODS estão interligados. Apesar de cada um deles tratar de temas específicos, quando aplicados a contextos reais, podem evocar conhecimentos de áreas diversas, além de apresentar sinergia uns com os outros.

A importância de cursos de extensão no combate a violência tem tido impacto especialmente quando focados na infância e na juventude; no nexos entre cultura da paz e arte, como aulas de música, esportes e artes marciais; no respaldo de projetos sociais e programas para acesso a informações jurídicas. Dessa forma, observa-se que a abordagem de temas como paz, justiça e instituições eficazes é muito mais ampla se há uma conexão com ensino e pesquisa, como propõe a extensão.

Qual o papel da gestão em tratar os temas paz, justiça e instituições eficazes como uma questão de educação?

O corpo de profissionais das universidades, diante do papel de promover educação, pesquisa, inovação e liderança, desempenha um papel crítico no alcance de uma sociedade mais pacífica e melhor organizada politicamente. Assim, a governança embasada no ODS 16 pressupõe o fortalecimento da participação pública e do engajamento na abordagem de questões como respeito aos direitos humanos, corrupção e acesso à justiça; a fim de facilitar o diálogo, a ação intersetorial na sociedade e o auxílio na elaboração de políticas públicas. É preciso ainda atentar-se ao levantamento e divulgação de dados sobre políticas e decisões operacionais, tais como as relacionadas a finanças, serviços universitários, serviços de apoio, instalações, aquisições, recursos humanos e administração de estudantes. Para isso, as IES devem trabalhar no mapeamento das ações internas em curso que demonstrem relação com a temática; na identificação de prioridades, oportunidades e lacunas; na integração e incorporação do ODS 16 nas estratégias, políticas e planos universitários; e, por fim, no monitoramento, avaliação e comunicação de suas ações. O ODS 16, pode



contribuir para a atualização da estrutura administrativa universitária. Nesse sentido, a inserção de mecanismos de prestação de contas e de comunicação social nas atividades de extensão contribuem para aumentar os níveis de transparência das universidades, outra meta desse ODS. Tal medida pode trazer grandes benefícios, ajudando tais instituições a demonstrar o impacto gerado, construir novas parcerias, acessar novos fluxos de financiamento e consolidar suas identidades enquanto instituições responsáveis e globalmente conscientes.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 16? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- Quais são as causas da violência no Brasil?
- Como garantir a igualdade de acesso à justiça para todas e todos?
- Como é possível aprimorar a avaliação do funcionamento das instituições políticas brasileiras?
- Quais são os desafios à promoção do Estado de direito no Brasil?
- Como melhorar os índices de transparência nos setores público e privado?

Como a Agenda 2030 e o ODS 16 se relacionam com o Brasil?

Considerando a paz, a justiça e as instituições eficazes como questões desafiadoras para o mundo de diferentes formas, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Quais estratégias podem auxiliar o Brasil a ampliar e fortalecer sua participação em instituições de governança global?
- Como é possível reduzir os índices de corrupção e de suborno no Brasil?
- Quais são regiões brasileiras com maior número de crianças vulneráveis ao abuso, à exploração e ao tráfico?
- Qual é a relação entre exclusão social, violência e taxas de mortalidade no Brasil?
- Como assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais no Brasil? Como fortalecer a lei da transparência?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e os temas paz, justiça e instituições eficazes?

- Como a sua área do conhecimento pode contribuir para a melhor compreensão das dimensões da violência no Brasil?
- Como o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento pode auxiliar na busca por soluções para essa problemática?
- Como esses saberes poderiam ser trabalhados em atividades de extensão e de pesquisa?
- Quais estratégias de política externa o Brasil pode adotar para, por meio da cooperação internacional, elevar suas capacidades de prevenção da violência e combate ao crime?
- Quais ferramentas de pesquisa podem ser utilizadas para compreender o impacto do desvio de recursos públicos em questões como pobreza, trabalho decente e crescimento econômico?
- Como o estudo das mídias pode contribuir para que a população tenha uma percepção mais acurada e realista acerca da corrupção no Brasil?



- Qual papel a universidade pode desempenhar na análise dos mecanismos nacionais de vigilância e coleta de dados dos cidadãos e suas implicações seja para o reforço, seja para a ameaça à democracia?
- Quais conhecimentos podem auxiliar gestores públicos a criar estratégias para reduzir os fluxos financeiros e de armas ilegais e combater o crime organizado?
- Como nossas pesquisas, em especial no âmbito das ciências econômicas e sociais, podem contribuir para a criação de políticas e estratégias de inclusão social?
- Como as universidades podem auxiliar na construção bem como na melhora de indicadores sobre as taxas de transparência das instituições políticas brasileiras?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 16

- **Projeto Universidade em Ação (PUA)**

O PUA é um projeto de extensão que visa desenvolver identidade, emancipação e cultura de paz nas comunidades adjacentes ao Campus V da UEPB, João Pessoa, Paraíba, por meio da arte e de ferramentas de cultura de Paz.

Saiba mais: <https://instagram.com/projetopua>

- **Projeto Ação Cidadania, Juventude e Comunidade (ACJC)**

Nesse projeto, A UFJF realiza atividades de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade de Turmalina, com a produção de materiais digitais e uma programação de eventos com a temática da violência.

Saiba mais: <https://bit.ly/2JfgQLZ>

- **Projeto Social ONGariar/ Enactus FEA-RP**

Busca desenvolver ONGs em projetos sustentáveis através de aulas e de uma plataforma eficaz de mapeamento e contato dessas ONGs.

Saiba mais: <https://bit.ly/2Jk5MNg>



- **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil**

Realizada no âmbito da UFPB, analisa o panorama e a atuação da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado da Bahia, através do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado, analisando a comunicação do Comitê com os municípios do interior.

Saiba mais: <https://bit.ly/3o2rJ2C>

- **Projeto Victor**

O projeto envolve estudantes e docentes da Ciência da Computação, Direito e Engenharia de Software da UnB, em parceria com o Tribunal, na construção de ferramenta que tem capacidade para solucionar demandas atualmente operadas por aproximadamente 30 servidores

Saiba mais: <https://bit.ly/2V9NtwV>

- **Universidade de Brasília (UnB) lança MBA em Compliance e Governança**

Focado no combate à corrupção, aborda temas como acordos de leniência, delação premiada, lavagem de dinheiro e mecanismos de prevenção a crimes que envolvem a pilhagem de recursos públicos.

Saiba mais: <https://bit.ly/2JoKPRd>

- **UFSC promove seminário sobre como pesquisa científica e tecnológica pode ser aliada no combate ao crime organizado**

O Seminário mostrou a importância de aliar ciência, pesquisa e tecnologia às atividades de segurança por meio de estratégias para integrar dados, ampliar o fluxo de informação e investir esforços no planejamento estratégico.

Saiba mais: <https://sicti.ufsc.br/>

- **Transparência na UFSC**

Criação de um sistema que atualiza semanalmente as informações sobre o destino dos recursos públicos. Um Quadro de Indicadores e Agenda na área de Licitações, criado internamente, permite que qualquer cidadão, em qualquer parte do país, acesse os dados de compras e licitações da Universidade.

Saiba mais: <https://transparencia.ufsc.br/>



- **Reitoria da UnB constitui grupo de trabalho para garantir adequação da universidade à Lei de Acesso à Informação**

UnB implementa Plano de Dados Abertos e busca construir, em conjunto com a comunidade, a política institucional relativa ao tema. Informações, como detalhes sobre os salários dos servidores estão disponibilizados no Portal da Transparência do Governo Federal.

Saiba mais: <https://bit.ly/2Vc3RgC> e <https://bit.ly/2HK04nB>

- **“Me Livro”: leitura e diálogo entre os muros da prisão, a universidade e a sociedade civil**

O projeto desenvolvido pelo Grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade” (CEL) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp no campus de Franca realiza atividades de remição por leitura na Penitenciária Masculina de Franca.

Saiba mais: <https://bit.ly/2V9KjJF>

- **Núcleo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados de Marília (NAIR)**

O projeto de extensão NAIR desenvolvido na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp no campus de Marília, busca pesquisar sobre as condições de vida de imigrantes e refugiados na cidade e sobre as organizações, associações e instituições que podem colaborar com a vivência local desse público.

Saiba mais: <https://bit.ly/37kFnaG>





ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação

O Brasil, por meio de pesquisas de ponta em diferentes áreas do conhecimento, bem como por suas elaborações em políticas públicas com forte impacto socioambiental, tem contribuído para avanços científicos e transformações em diferentes partes de seu território e influenciando o desenvolvimento em outras partes do mundo, utilizando justamente o arcabouço técnico-jurídico das instituições públicas nacionais – universidades, empresas públicas, autarquias, secretarias etc.

Parcerias e meios de implementação são os fundamentos para o nosso trabalho nas universidades públicas. A interdependência complexa e a sociedade da informação marcam o papel social das universidades que cada vez mais buscam o caminho da cooperação internacional para o desenvolvimento de suas práticas e modelos. Assim, o papel das universidades públicas brasileiras é destacado na promoção de um ensino ancorado na pesquisa e extensão universitárias, o que pode respaldar o fortalecimento de redes de ativismo e da atuação da sociedade civil em diferentes segmentos presente nas metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como na alavancagem de soluções inovadoras que possam vir a se transformar em negócio sustentável.

Meio de implementação consiste em facilitar o processo de incentivo a empreendimentos voltados à aceleração da mudança do paradigma econômico, desde a revolução industrial baseado em atividades com externalidades socioambientais negativas. A Agenda 2030 requer que a produtividade econômica esteja alinhada à responsabilidade de reverter os processos de destruição ambiental e aumento da desigualdade social. Os meios de implementação são descritos no ODS 17, assim como nas outras metas dos diversos objetivos ao longo da Agenda 2030.

Contudo, o ODS 17 é o objetivo que salienta a necessidade de coerência política, de consolidação de arquitetura institucional e técnica para mobilizar recursos, da capacitação em produção e sistematização de dados; da necessidade de solucionar problemas sistêmicos que perpetuam a pobreza e as desigualdades como o desequilíbrio macroeconômico, do esforço concentrado que precisa ser colocado em capacitação técnica e intelectual alinhadas aos princípios da Agenda para redirecionar o financiamento público, do compartilhamento de tecnologia e conhecimento, da importância do comércio, da mobilização de recursos e da promoção de regimes que impulsionem investimento sustentável de acordo com os direitos humanos e de soberania dos povos.

Qual a visão de futuro que o ODS 17 nos apresenta?

- Estruturação de projetos e ações das universidades brasileiras voltados às questões pontuadas pela Agenda 2030 relacionadas a “dívida a longo prazo”, “políticas fiscais”, “reestruturação de países altamente endividados”;
- Fortalecimento da cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular para acesso à ciência, tecnologia e inovação, visando a ampliação do compartilhamento de conhecimentos científicos e saberes diversos conectados aos temas da Agenda 2030;



- Construção de “Bancos de Tecnologia” em diferentes áreas do conhecimento voltados a promover ciência, tecnologia e inovação para países do Sul Global;
- Aumento na coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;
- Debates sobre formas de medição do desenvolvimento, como o Índice de Felicidade Bruto (IFB);
- Fortalecimento de parcerias públicas, público-privadas, privadas e com a sociedade civil no que tange às ações de monitoramento, prestação de contas e produção de dados.

Qual a ciência por trás das parcerias e dos meios de implementação?

Apesar de se relacionar com toda a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, o ODS 17 tem em suas metas um apelo muito nítido ao desenvolvimento econômico equilibrado e ao intercâmbio de conhecimento tecnológico e de dados. O ODS 17, nesse sentido, desincentiva posturas isolacionistas ou nacionalistas de governos que tendem a inviabilizar a construção de mecanismos supranacionais ou interestatais de governança. Além disso, o ODS 17 pressupõe avanços significativos nas diferentes áreas da sociedade da informação e da revolução 4.0. No caso do Brasil, questões relacionadas à cooperação internacional também sofreram retrocesso; segundo o Relatório Luz de 2020, há cinco anos os recursos dedicados à cooperação internacional, que já não eram significantes considerando o tamanho da economia do país, só têm diminuído. Ademais, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) –, divulgada em abril de 2020, uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet – em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a rede. Esse dado demonstra que o país está longe de alcançar a meta 17.8, pois ainda não possui uma cobertura ampla de tecnologia de informação e comunicação. Nesse sentido, a ciência por trás desse ODS estimula que as Universidades e Centros de Pesquisa possam se dedicar mais a compreender dinâmicas, mapear lacunas e sugerir soluções para as questões que configuram as interações sociais, políticas, econômicas e culturais entre indivíduos, grupos, organizações e países na promoção de uma política global de desenvolvimento ancorada nos ODS e na Agenda 2030.

Como o ensino poderia lidar com a questão de parcerias e meios de implementação?

O planejamento de ensino nas universidades brasileiras deve transmitir aos(as) estudantes habilidades transversais para dar suporte à implementação de todos os ODS. Por exemplo, o fortalecimento do pensamento crítico e interdisciplinar, da capacidade de solução de problemas, da criatividade, da inovação, do espírito empreendedor atrelado à responsabilidade social, entre outras competências que formarão profissionais comprometidos com a implementação da Agenda 2030. Particularmente, seria relevante ter conteúdo de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento que pudessem dialogar com as temáticas relacionadas aos ODS, incentivando a atuação cidadã por parte dos estudantes.



Como as pesquisas se conectam ao ODS 17 e à Agenda 2030?

A pesquisa universitária é um meio de disponibilizar dados de qualidade, atuais e confiáveis, considerando múltiplas dimensões como: renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características que são importantes para entender como a cooperação pode ser implementada, de acordo com as questões locais. A pesquisa compartilhada e desenvolvida com a atuação de diferentes setores acadêmicos e instituições – públicas ou privadas, nacionais ou internacionais – é fundamental não só para trazer soluções mais complexas, baseadas em um olhar de diferentes frentes (política, econômica, social, ambiental, científica e tecnológica, entre outras), mas também para implementar o ODS 17 na própria prática universitária, considerando sua base institucional como uma alavanca para cooperação e parcerias para o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, deve-se investir em estudos que tratem dessa temática e da Agenda 2030 como um todo, considerando o caráter interseccional, integral e universal dos objetivos e a centralidade da cooperação na efetivação dos outros ODS. Podemos pensar em pesquisas que, além de disponibilizar base de dados estatísticos para o monitoramento efetivo da temática, desenvolvam políticas públicas em prol de uma maior participação nacional nas parcerias globais; trazem questionamentos e buscam entender como ideologias políticas impactam a cooperação internacional, isto é, grupos e agências internacionais, acordos multilaterais, a participação da sociedade civil organizada (ONG), entre outros; estudam a atuação e a eficácia de organizações multilaterais, como a ONU, a OMC, o Mercosul, o G20 e as instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI e bancos multilaterais de desenvolvimento) assim como meios de intensificar suas atividades e acessibilidade.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 17?

A extensão universitária tem por fundamento as parcerias entre a universidade e a sociedade. Por isso, há muito espaço para incentivar, por exemplo, práticas de empreendedorismo social, que significam a construção de negócios a fim de causar melhorias na sociedade. Sendo assim, o objetivo dessas empresas é promover soluções que geram mudanças na realidade de pessoas e/ou comunidades vulneráveis. Os grupos de extensão universitária podem causar real impacto na vida das pessoas ao promover capacitações, incentivo à preservação do meio ambiente, educação financeira etc. O estímulo a esse tipo de empreendedorismo, além mudar a vida de diversos grupos sociais, fomenta a economia do país criando possibilidade de fortalecer a geração de renda e iniciar um ciclo econômico ancorado em iniciativas sustentáveis.



Qual o papel da gestão em tratar o tema de parcerias e meios de implementação como uma questão de educação?

Gestores universitários devem, a princípio, pautar a Agenda 2030 no ambiente acadêmico, promovendo chamadas para a atuação nas diferentes temáticas tratadas pelos ODS, por meio de palestras, cursos, eventos universitários, além de materiais e conteúdos para leitura. Esse conhecimento só será acessível em um ambiente efetivamente inclusivo, isto é, pensando em alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica de forma a promover ações afirmativas de proteção social como bolsas, alimentação, moradia e redes de apoio. Partindo desses princípios concretizados, a universidade pública deve promover ações compartilhadas e parcerias com outras instituições nacionais e internacionais - universidades, ONGs, empresas - que priorizem o fornecimento de informações, intercâmbios estudantis, tecnologias, verbas e conhecimento, em prol do desenvolvimento. Podemos pensar, por exemplo, na troca de tecnologias e conhecimento científico visando a produção de vacinas em contexto de pandemia, especialmente em países em desenvolvimento.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 17? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- Como estabelecer parcerias globais e regionais em múltiplos setores, de forma a fortalecer a cooperação e os meios de implementação da Agenda 2030?
- Como tornar fundos internacionais de renda, tecnologia e conhecimento efetivos e acessíveis, especialmente para os países em desenvolvimento?
- Como pensar medidas de enfrentamento a pobreza de diferentes categorias de países tais como "países menos desenvolvidos" (LDC), MIDC (países de renda média em desenvolvimento – Brasil et al) e LLDC (land-locked em desenvolvimento) e SIDS (pequenas ilhas em desenvolvimento).
- Existe um mapeamento atualizado, considerando as necessidades de cada país em questões como renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência e localização geográfica?
- Como posturas protecionistas e nacionalistas impactam o comércio internacional e o desenvolvimento?
- De que forma é possível promover cooperação internacional e parcerias globais, priorizando o respeito às lideranças locais, à cultura e à autonomia?

Como a Agenda 2030 e o OD 17 se relacionam com o Brasil?

- Como e em quais setores a cooperação internacional beneficia o Brasil?
- Como o Brasil pode atuar em prol dessas parcerias? De que forma isso já ocorre e pode ser melhorado?
- Qual é a atual postura nacional frente às organizações internacionais e parcerias globais?
- Quais políticas públicas seriam efetivas para a maior participação brasileira em fundos de renda, tecnologia e na contribuição por meio de práticas de desenvolvimento social?
- Quais mecanismos de financiamento podem ser desenvolvidos para criar condições de investimento e alavancagem para iniciativas já existentes?



- Quais mecanismos de financiamento podem ser desenvolvidos para investir recursos-semente em projetos ainda em fase de planejamento ou apenas com protótipo funcional?
- As imposições tarifárias do Brasil são equitativas e justas? Como elas refletem em sua atuação no comércio exterior?
- Você sabia que o ODS 17 pode ajudar na construção de diálogos e conexões entre diferentes campos de atuação, a Universidade e a sociedade?
- Como sua área de conhecimento pode contribuir para o avanço em direção ao desenvolvimento de parcerias e meios de implementação?
- Quais reflexões e pesquisas as diferentes áreas acadêmicas de conhecimento podem desenvolver sobre essa temática?
- Como as conexões dessas iniciativas podem auxiliar na implementação do ODS 17?
- De que forma estabelecer essas conexões e parcerias?
- Como estabelecer parcerias entre universidades nacionais e estrangeiras em prol dessa temática?
- Quais outros saberes poderiam ser acessados para estabelecer o diálogo a estas conexões?
- Em quais temáticas globais ou regionais as parcerias entre iniciativas universitárias podem atuar?
- Como a Universidade pode incentivar a parceria e a ação conjunta entre diferentes áreas de conhecimento?
- É possível conectar essas parcerias universitárias a outras instituições e organizações internacionais?
- Quais marcos políticos podem ser criados para mobilizar investimentos em prol da cooperação e parceria internacional?
- Quais medidas políticas e econômicas podem ser desenvolvidas de modo a garantir a criação de fundos e organizações voltados à parceria global pela sustentabilidade?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 17

- **Incentivo da Universidade de São Paulo (USP) ao empreendedorismo social**

Em 2019 a universidade financiou 32 projetos de discentes de graduação e pós-graduação com um auxílio financeiro de 25 mil reais. Cada projeto concorreu ao Prêmio Destaque USP de Empreendedorismo Social, entregue àquele que apresenta as melhores propostas.

Saiba mais: <https://bit.ly/3mgxFnV>

- **Curso sobre empreendedorismo a ex-catadores**

Parceria entre a Cooperativa Mãos Verdes, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Prefeitura de Porto Alegre, visando oferecer cursos e atividades sobre empreendedorismo a ex-catadores.

Saiba mais: <https://bit.ly/2KIs4sJ>



- **Projeto Sufica**

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) firma acordo de cooperação internacional junto à Universidade de East Anglia (UEA) do Reino Unido, buscando melhorar a qualidade do cultivo de uvas e mangas no Vale do São Francisco, assim como a produtividade, por meio de práticas sustentáveis.

Saiba mais: <https://bit.ly/33pGTah>

- **Cooperação internacional em ciência e tecnologia**

Acordo internacional da Universidade Federal de Lavras (UFLA) que reúne físicos, teóricos e experimentais de áreas da astrofísica, visando buscar soluções para a unificação da gravitação com a mecânica quântica.

Saiba mais: <https://bit.ly/37hRMvE>

- **Cooperação internacional da UNIRIO com mais de 70 instituições estrangeiras**

A Universidade mantém vínculos e parcerias com mais de 70 instituições de 19 países diferentes, em quatro continentes. A cooperação inclui a realização conjunta de diversas iniciativas entre pesquisa, extensão, ensino, palestras, conferências e intercâmbios.

Saiba mais: <https://bit.ly/2Jl7yxP>

- **Projeto Okô - Domani Consultoria Internacional**

Projeto de exportação de sementes da EJ de Relações Internacionais na Universidade de Brasília, em parceria com a ONG InSpark - organização que busca utilizar auxiliar comunidades vulneráveis a criarem seus próprios negócios. O projeto consiste no estudo dos melhores destinos consumidores de cada produto exportado pela ONG.

Saiba mais: <https://domaniconsultoria.com/oko>



- **NIIES - Núcleo de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior**

O NIIES é um projeto da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp) do campus de Marília, formado por discentes do curso de Relações Internacionais que têm como objetivo motivar e apoiar a internacionalização de instituições de ensino superior da região de Marília.

Saiba mais: <https://bit.ly/37ca95n>

- **A escola vai ao museu: dialogando com a diversidade**

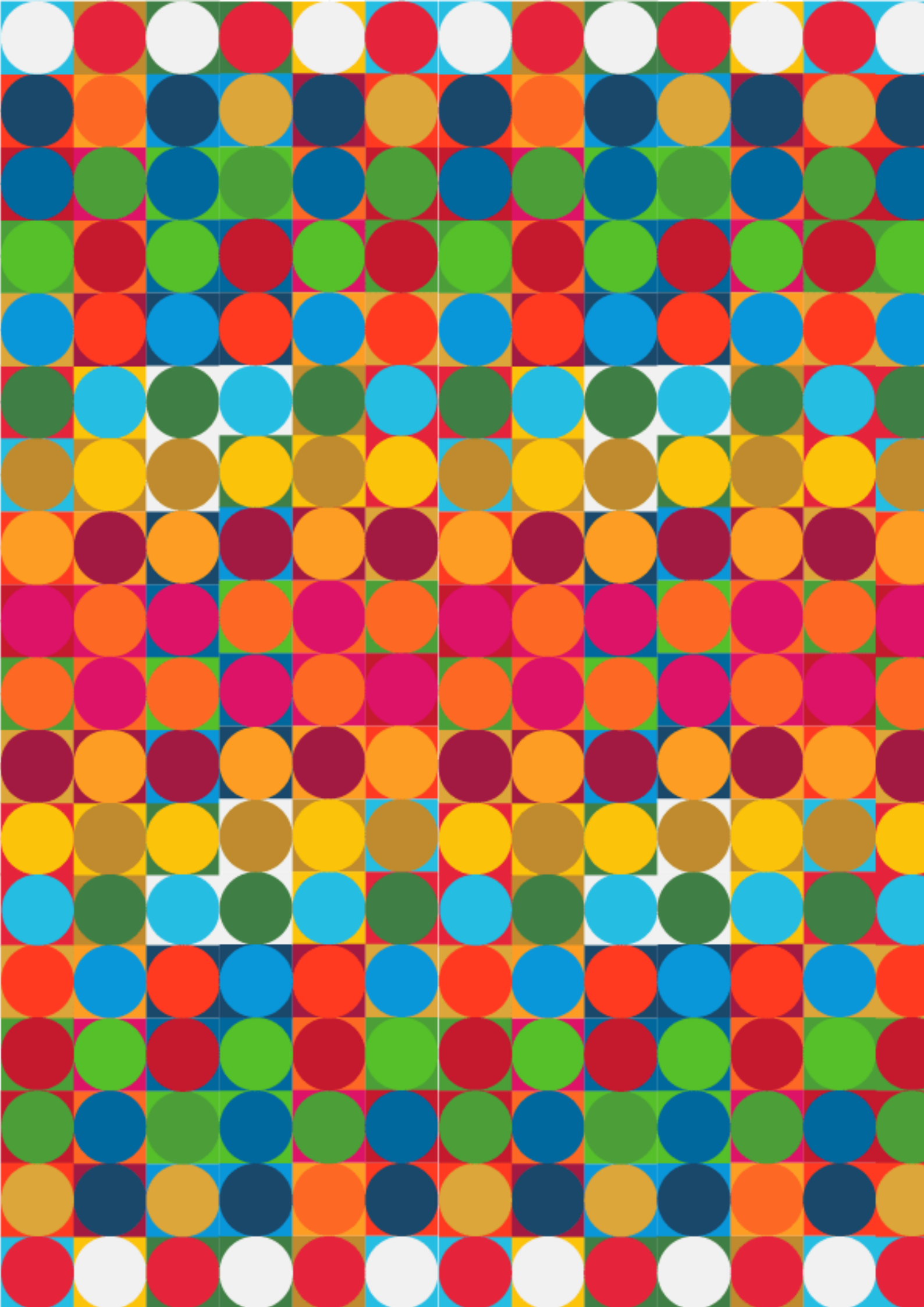
Realizado no âmbito da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp no campus de Presidente Prudente em parceria com Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia, o projeto busca familiarizar estudantes de ensino infantil, médio e superior com aspectos da cultura e história indígena.

Saiba mais: <https://bit.ly/3nUFqAy>

- **A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

O projeto visa publicizar as ações e projetos desenvolvidos pela UFPB e disseminar conhecimento científico e aplicações tecnológicas que possam contribuir com a implementação dos ODS. Mediante o Portal é possível conhecer os projetos de pesquisa e de extensão da UFPB que contribuem com os ODS.

Saiba mais: ods.ufpb.br





Reimaginando a Agenda 2030

A Agenda 2030 tem como lema “Não deixar ninguém para trás” e em algumas de suas metas é possível identificar aspectos relativos à justiça social, a diversidade cultural e ao combate às discriminações. Entretanto, os ODS não têm uma representação imagética ou metas específicas sobre alguns grupos populacionais representativos das realidades brasileira e latino-americana. Por isto, nossa a decisão de dar visibilidade a estes grupos, que têm sido historicamente invisibilizados e negligenciados nas agendas globais de desenvolvimento. Nesta seção, o Guia busca aportar temas que não estão expressamente representados na iconografia dos 17 ODS, mas que certamente constituem-se questões muito relevantes para o Brasil e o mundo em termos de desenvolvimento e sustentabilidade. Trata-se de um exercício crítico de reimaginar caracterizações e ressignificar sentidos. Como parte da inovação advinda das reflexões críticas sobre a Agenda 2030 no Brasil é que se propõe um conjunto de outros objetivos, tais como “Igualdade Racial” (ODS 18); “Arte, Cultura e Comunicação (ODS 19); e “Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais” (ODS 20).







ODS 18: Igualdade Racial

O eixo focal aqui apresentado como ODS 18, “Promover a igualdade racial a partir do enfrentamento a todos os tipos de racismo”, denota a importância de se abordar a problemática do racismo em consonância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A temática encontra-se inscrita de maneira ‘transversal’ aos demais ODS, implicando que o sucesso da Agenda depende de imprescindíveis avanços em relação a essa prática segregacionista. Existem diferentes maneiras de contribuir no combate ao preconceito, a discriminação racial e ao racismo e na promoção da igualdade racial no Brasil. Espera-se que esse guia auxilie na implementação da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil, bem como que também promova a erradicação dessa prática discriminatória, que ainda permanece presente nas estruturas sociais contemporâneas. Desse modo, deve-se ressaltar o importante papel da educação, cultura e ciência na construção de um mundo mais igualitário. A contribuição das universidades nesse processo é um elemento chave, em especial para a elaboração de propostas de políticas públicas de ação afirmativa, pois só podemos combater essa questão, que se exprime de maneira multidimensional, com uma abordagem interseccional, sendo as relações étnico-raciais um fator determinante para essa abordagem.

Como o ODS 18 impacta na nossa vida cotidiana?

O racismo sistêmico é uma prática que se encontra dissolvida nas relações sociais e nas estruturas que compõem a sociedade contemporânea. Ele é visto nos dias de hoje como um sistema de poder em que falsas hierarquias são criadas, baseadas essencialmente em relações racializadas entre os indivíduos, resultando em práticas abusivas de preconceito, visão de menor valia, de discriminação, segregação tangível e intangível, e de racismo, com o registro dos altos índices de morbidade da população negra. Desse modo, pessoas não brancas, principalmente pretas e pardas (negras) e indígenas, acabam por experimentar práticas racistas que se apresentam desde violências nas relações cotidianas, até mesmo em políticas discriminatórias, que deveriam garantir o acesso a recursos essenciais, como saúde, educação, trabalho, habitação e ao bem viver.

Qual a visão de futuro que o ODS 18 nos apresenta?

- Erradicação de todas as formas de discriminação racial contra todos os homens e mulheres, meninos e meninas em toda parte.
- Políticas de proteção imediata para pessoas em situação de vulnerabilidade social, independentemente de raça ou etnia, que promovam a garantia de acesso aos direitos constitucionais essenciais e atendimento de necessidades básicas; incluindo também políticas que promovam a resiliência de pessoas em situação de vulnerabilidade diante de desastres naturais e eventos extremos relacionados ao clima, desastres econômicos, sociais, ambientais e de saúde (como pandemias);



- Políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade racial e para o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e ao racismo em todos os níveis, abordando-os em suas interseccionalidades e múltiplas dimensões para estratégias de combate eficazes, contribuindo com a ampliação das vozes das pessoas em condições de vulnerabilidade;
- Consolidação de uma cultura institucional que preze por políticas e planos econômicos e tributários voltados para o justo acesso à renda e garantia do bem-estar social; e de políticas institucionais de inclusão na perspectiva de superação da vulnerabilidade social em diferentes contextos;
- Garantia plena de direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra, com a titulação dos remanescentes de quilombo, e outras formas de propriedade, recursos naturais, tecnologias apropriadas e serviços financeiros.

Qual a ciência por trás da promoção da igualdade racial?

A ciência foi utilizada na construção do racismo no Brasil e no mundo, haja vista o fenômeno do racismo científico, que vigorou no país até a primeira metade do século XX. Contudo, ela tem um papel essencial na desconstrução desse cenário. Historicamente, a ciência foi uma das responsáveis pela ideia de superioridade e inferioridade entre os diferentes grupos humanos. Estudos do século 19 acerca da frenologia e da craniologia, campos que analisavam características fenotípicas, como o tamanho do crânio em pessoas brancas e negras, foram usados como "provas" de hierarquias entre as raças. Essas concepções, que formaram "os homens de ciência" naquele século, condicionou as políticas públicas de eugênia e de branqueamento da população, entre as passagens dos séculos XIX e XX, com repercussões até os dias atuais. No Brasil, o racismo se manifesta nos debates sobre a necessidade de políticas públicas de ação afirmativa, na modalidade de cotas, quando com frequência é evocada a falácia da "raça biológica" que alega que, geneticamente, não há raças humanas. A ciência brasileira contribuiu para a construção da fabulação da democracia racial, que afirma não existir discriminação e desigualdade entre raças no país. Teorias como a do Darwinismo social, que defendiam a existência de uma única raça humana, e que concluíam que sociedades "evoluem" naturalmente para estágios superiores de organização social, tiveram grande sucesso no Brasil, além da Eugenia. Isso não nos autoriza a dizer que não existe racismo. As desigualdades entre negros e brancos no mercado de trabalho, acesso à saúde e educação, e os registros de morbidades que afetam, em especial a juventude negra, mostram que a raça tem uma existência social por causa do racismo. Miscigenação genética não é um antídoto contra o preconceito. O perfil pouco diverso da ciência é uma manifestação do racismo sistêmico, estrutural e científico que marca o país. No Brasil, as pessoas negras têm posições assimétricas na estrutura social e não são contempladas nas disciplinas científicas, ou quando são, são na qualidade de "objeto de estudo", e não de sujeitos. Em suma, os ODS devem ser base para pesquisas aplicadas na formulação de políticas públicas, de forma a produzir resultados mais condizentes com cada realidade, levando em conta a real experiência proporcionada pelas ações afirmativas e as diversas



dimensões abarcadas pelas situações referentes às desigualdades delimitadas pelas relações étnico-raciais em cada contexto específico.

Como o ensino poderia lidar com a questão da superação do racismo?

Quando falamos em educação pública, aquela que em grande parte é acessada pela população mais vulnerável, devemos priorizar a necessidade de investimento governamental em educação que, alinhada às políticas de redistribuição, torna-se pilar essencial para o combate ao preconceito, à discriminação e ao racismo. A melhoria das instituições de ensino público, desde o ensino fundamental até o ensino superior, é essencial para equiparar a qualidade de ensino e estruturas entre escolas públicas e privadas. Com o objetivo de reduzir esse abismo histórico entre brancos e negros, foi aprovada em 2012 a Lei 12.711, que prevê a implementação de cotas raciais e sociais (Sistema de Reserva de Vagas) para o ingresso em universidades e instituições de ensino médico e técnico federais. Mesmo com esse avanço, ainda há muito a ser feito. Ainda são exigidas melhorias nas políticas de manutenção dessas alunas e alunos nos cursos (bolsas, moradias, permanência, estímulo à iniciação científica, e acolhimento acadêmico). Na dimensão do ensino, é urgente a adoção de políticas institucionais na academia sobre a destruição dos conhecimentos e das tradições de povos originários que foram alvos da exploração colonial, a qual chamamos de epistemicídio, que se constituiu como uma das formas de genocídio aplicadas pelos colonizadores europeus em todas as áreas do conhecimento. Também devemos olhar para a desconstrução, especialmente em estudos econômicos e políticos que inviabilizam a discussão sobre o racismo. Desse modo, é preciso, por fim, promover a reflexão crítica no âmbito universitário tendo as relações étnico-raciais como aspecto explicativo e estruturante dos assuntos que permeiam a construção do conhecimento.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 18 e à Agenda 2030?

As pesquisas e estudos científicos são parte essencial do desenvolvimento de um país e de qualquer avanço em direção à erradicação de práticas discriminatórias. Infelizmente, dentro da academia, ainda são poucas as pesquisas que levam em consideração a importância da discussão sobre as relações raciais como fator necessário para a promoção de desenvolvimento sustentável. Mesmo com esse fato, as pesquisas dispostas mostram como o desenvolvimento sempre esteve atrelado à utilização de práticas discriminatórias e racistas, tanto apoiadas por errôneas teorias científicas quanto, inconscientemente, sob alusão à preconceitos tradicionalmente impostos. Desse modo, faz-se necessário pensar pesquisa científica do ponto de vista da desconstrução de tais preconceitos e "teorias" que, por mais ultrapassados que possam ser, continuam enraizados no tecido social. Faz-se, portanto, necessárias novas abordagens epistêmicas, teóricas, metódicas e éticas, para que a universidade contribua com as ações de enfrentamento ao racismo desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais.



Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 18?

A universidade tem o papel fundamental de promover o avanço do conhecimento sobre a sociedade, formular ações, dar novos significados para a superação de estigmas históricos e estreitar a relação com a comunidade externa, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. A importância da extensão em universidades públicas, no âmbito do combate ao racismo, é nítida: trata-se da maneira mais efetiva de provocar mudanças práticas, por meio de atuação direta e que promova mudanças reais na vida de pessoas fora do ambiente universitário. A partir da extensão, diversas iniciativas que estimulam o combate ao racismo, em pequenas escalas, são implementadas. Nesse sentido, é essencial o investimento na realização de projetos de extensão voltados à essa temática, o incentivo para criação de novas iniciativas e a ampliação e propagação de programas já bem-sucedidos. Outra urgência é a apresentação de propostas de extensão que apoiem a formação de redes de apoio locais para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Fomentar e impulsionar iniciativas que já atuam no combate da desigualdade racial, em qualquer uma de suas dimensões, além de gerar transformações práticas, pode auxiliar a formulação de políticas públicas: com base em projetos bem-sucedidos e nas relações dialógicas com as populações que experienciam as iniciativas, políticas podem emergir com grande chance de sucesso. Mais especificamente, a criação de propostas que promovam ações de reparo ao legado instituído pelo passado colonial escravista brasileiro, assim como às novas manifestações do racismo na contemporaneidade.

Qual o papel da gestão em tratar o tema do racismo como uma questão de educação?

Àqueles que estão em posição de promover eventos e atividades acadêmicas, que são gestores educacionais, docentes, reitores, administradores, técnicos e pesquisadores, têm o papel primordial de trazer à pauta os ODS, a igualdade racial e todas as outras importantes questões destacadas pela Agenda 2030. Especialmente no que se refere à erradicação do preconceito, da discriminação e do racismo, deve-se fomentar o debate e a reflexão sobre esse tópico, trazendo a perspectiva de autoras e autores racializados à discussão, tanto dentro (incluindo-os nas ementas dos cursos) quanto fora da sala de aula. Além disso, é essencial promover iniciativas que incluam as pessoas racializadas das instituições nessas ações, pensando em como manter um ambiente confortável, não só para a realização de seus estudos, mas também considerando a sua participação em eventos, cursos, projetos e outras atividades. Também pode-se ressaltar a importância da construção de espaços de estudo saudáveis e acolhedores nas instituições de ensino, com acesso à internet, acervo de livros e ambiente silencioso e confortável, para permitir o estudo saudável dessas pessoas, que muitas vezes não encontram no ambiente familiar um local adequado em suas cidades ou aldeias. Por fim, os gestores devem promover políticas dentro da própria universidade que se endereçam ao combate ao racismo, tendo como base tanto uma visão ampla, focada no todo, quanto particular, que resolva a problemática de cada questão que se apresente.



Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 18? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- O que é o racismo e quais são suas formas de expressão?
- Quais grupos populacionais são mais vulneráveis às práticas de racismo e por quê?
- É possível reduzir a exposição e vulnerabilidade de pessoas racializadas a eventos extremos, como desastres econômicos, sociais e ambientais?
- Quais políticas devem ser implementadas e quais ações realizadas para garantir essa segurança?
- Como combater injustiças sociais dentro das várias camadas étnico-raciais?

Como a Agenda 2030 e o ODS 18 se relacionam com o Brasil?

- Como se define a "raça" no Brasil e quais suas implicações?
- Quais são as desigualdades estruturais no Brasil?
- Quais grupos populacionais são mais vulneráveis às situações atreladas ao racismo institucional no Brasil e por quê?
- Como gênero, sexualidade e classe transversalizam com o racismo no Brasil?
- Como garantir, no contexto político e econômico brasileiro, uma mobilização significativa de recursos para implementar medidas de promoção à igualdade racial?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema do racismo?

- Que tipo de conhecimento sua área pode produzir para avançar em direção à erradicação do racismo?
- Quais reflexões e pesquisas sua área de conhecimento realiza ou pode realizar sobre essa temática?
- Quais as formas de conectar essas iniciativas que podem auxiliar na erradicação do racismo epistêmico?
- Quais outros saberes poderiam ser acessados para estabelecer este diálogo e estas conexões?
- Como garantir a todas e todos, independente da raça, "direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade"?
- Quais marcos políticos sólidos podem ser criados para mobilizar investimentos nas ações de promoção da igualdade racial?
- Como a pesquisa e a extensão podem colaborar para garantia da segurança das pessoas em situação de vulnerabilidade social?
- Como as pesquisas realizadas pelas ciências políticas, econômicas e sociais podem ser utilizadas para transformar a política de segurança nacional brasileira?
- Como nossas pesquisas e resultados podem contribuir para construção de políticas públicas sustentáveis e efetivas no que se refere à igualdade racial?
- Como a universidade pode contribuir para sistemas e medidas de proteção social? Quais são eles e como se dá sua implementação?



- Quais são as falhas e potencialidades, no contexto brasileiro, de implementação do ODS 18? Como as universidades podem concretizar seu potencial como agente de implementação?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 18

- **Projeto Minha Escola Contra o Racismo**

O público-alvo do projeto será capacitado para entender a pluralidade étnica e cultural do Brasil, por meio de atividades envolvendo as escolas da rede estadual de ensino e o Instituto Federal do Pará (IFPA), a partir de um acordo de cooperação técnica. A parceria vai possibilitar estágios de alunos da rede estadual de ensino na Universidade e a participação de alunos do IFPA nas escolas públicas.

Saiba Mais: <https://bit.ly/36dJLZJ>

- **Projeto de Estratégias e Ações para um Currículo Antirracista**

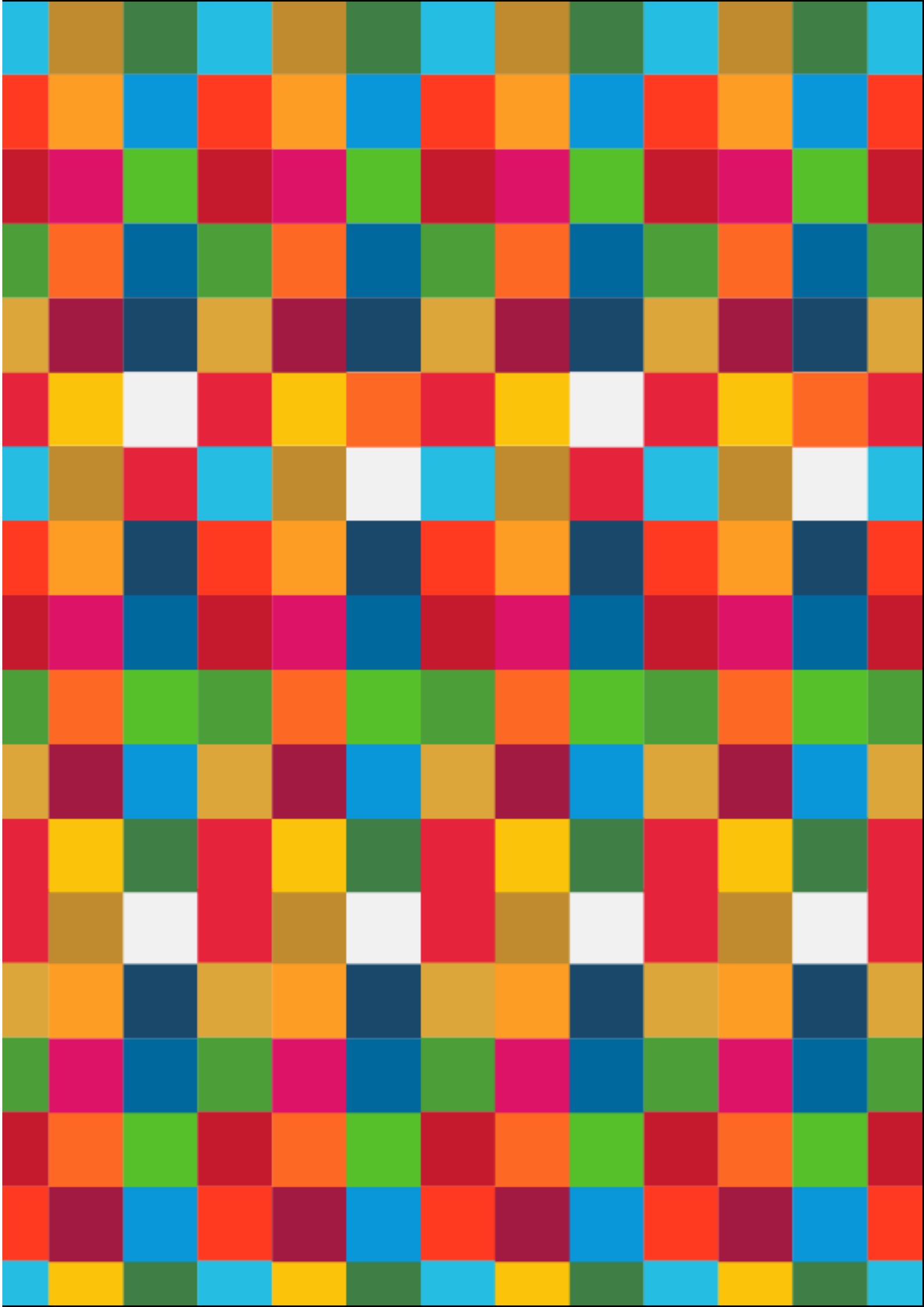
Projeto da UFES de capacitação de professores da rede municipal e de estudantes de licenciatura para o combate ao racismo em sala de aula, com o estudo de textos relacionados a conceitos como identidade, raça, racismo, mestiçagem e branquitude.

Saiba mais: <https://bit.ly/3o2v41E>

- **Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão Universitária – NUPE da Universidade Estadual Paulista (Unesp)**

O projeto NUPE é vinculado ao Programa Unesp de Integração Social Comunitária – PISC, da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e integra alunos, professores e pesquisadores da universidade, estimulando dentro do ambiente universitário debates sobre a temática do negro, além de pesquisas e projetos de extensão.

Saiba mais: <https://bit.ly/3fOj5BN>







ODS 19: Arte, Cultura e Comunicação

O eixo focal aqui apresentado como ODS 19, "Assegurar a pluralidade e liberdade cultural, a democratização da arte e a comunicação inclusiva para todos e todas", analisa o impacto social de movimentos artísticos no âmbito individual e coletivo, na mobilização de diferentes grupos sociais e novas percepções de mundo, na construção de conhecimento acerca das dinâmicas sociais e apreensões da realidade que nos cerca. A arte, como mecanismo de crítica social, transpõe as fronteiras políticas, econômicas, culturais, científicas, de raça, gênero e classe, entre outras, constituindo um dos elementos essenciais na consolidação da comunicação para paz e cultura da diversidade e sustentabilidade e, conseqüentemente, atua de maneira interseccional à Agenda 2030 e seus princípios, perpassando todos os ODS de maneira direta ou indireta. Nessa perspectiva, o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial a temática 19, prevê a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e libertadora nas universidades, que promova arte, cultura e comunicação.

Como o ODS 19 impacta na nossa vida cotidiana?

Cada sistema cultural engloba um complexo de conhecimentos, crenças, costumes, símbolos, significados e quaisquer capacidades adquiridas em sociedade e, portanto, age como o principal elemento na constituição do sujeito. Tanto a comunicação quanto a arte integram práticas culturais humanas, formas de compartilhar experiências e sentimentos com o coletivo de modo a impactarem e serem impactadas pelo meio cotidianamente. Além disso, a indústria cultural é cada vez mais decisiva para a renda e potencial inovador nos países e, no contexto de pandemia, as tecnologias de informação e comunicação passaram a ocupar um espaço ainda maior de privilégio nesse mercado.

Qual a visão de futuro que o ODS 19 nos apresenta?

- Completa democratização do conhecimento e conseqüente compreensão da relevância dos ODS para o desenvolvimento pleno da comunidade;
- Desconstrução do imaginário popular que qualifica o que pode ou não ser considerado arte, cultura e desenvolvimento, que inúmeras vezes se pautam em uma narrativa racista e dominadora;
- Valorização do impacto da manifestação artística na consolidação de uma perspectiva sustentável, bem como ser um ator de transformação social na área, tanto de forma prática quanto acadêmica;
- Promoção de uma linguagem acessível, considerando a forma e por quem será acessada;
- Maior abrangência populacional nas medidas de promoção à visibilidade dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- Garantia de acesso público à informação de qualidade, adaptada às diferentes necessidades e contextos;



- Enfrentamento à desinformação (fake news) e estratégias para monitorar mídias digitais a fim de limitar a disseminação de notícias falsas e discursos de ódio;
- Promoção de princípios do Jornalismo para Paz (Peace Journalism) ou Jornalismo Cidadão para promover formas alternativas de abordagem noticiosas que possam possibilitar a contextualização de diversos acontecimentos;
- Educação de qualidade, inclusiva e libertadora, que forme indivíduos para pensarem de forma crítica, inclusive a partir da mídia-educação ou media literacy;
- Consolidação da comunicação para paz, promovendo uma visão desconstruída sobre conflitos, vendo-os do ponto de vista do diálogo e do crescimento mútuo, além da desconstrução da violência naturalizada pela própria linguagem;
- Promoção de saúde mental e do bem-estar por meio da arte-terapia;
- Garantia de uma cultura da diversidade e pluralidade, respeitando e observando o valor da multiplicidade do ser e das tradições dos diferentes povos.

Qual a ciência por trás da arte, cultura e comunicação?

A articulação de arte, cultura e comunicação torna possível alcançar todas as nuances e as metas propostas de forma transeccional e plena. Esses elementos podem ser analisados tanto no campo das ciências humanas, no que tange à organização e ao funcionamento da sociedade, como no campo das ciências naturais, quanto à criação de aparatos tecnológicos para a otimização dos processos sociais. Assim, o estudo do fortalecimento dos mecanismos e práticas de governança são essenciais para que gestores públicos possam aprimorar estratégias de comunicação que alcancem todos os cidadãos, buscando compreender o contexto de vulnerabilidades para que a participação social de grupos marginalizados no debate seja viabilizada, assim como o envolvimento da arte na construção de um espaço inclusivo, plural e que valorize as produções e vivências da população racializada. Nesse sentido, o desenvolvimento de tecnologias da comunicação e informação pode ser muito útil, sendo necessário orientá-las para um propósito e avaliar seus riscos inerentes (controle da narrativa, acessibilidade, abrangência, segurança cibernética). No que diz respeito à cultura, é preciso aprofundar a compreensão quanto à correlação, em diferentes sociedades, entre fatores como sustentabilidade, ancestralidade e progresso, visando um desenvolvimento múltiplo que não coloque o modelo eurocêntrico e ocidental como único protagonista de mudança e inspiração para o futuro.

Como o ensino poderia lidar com a questão da arte, cultura e comunicação?

Atualmente, a educação pública é a que mais produz ciência e pesquisa no Brasil, além de ser um dos lugares com maior diversidade de vivências, o que proporciona o contato com as variadas formas e expressões artísticas, um tipo especial de



emoção. Ao tratar-se da educação por intermédio da produção e experimentação artística está presente em como produzir, construir e desenvolver no indivíduo uma espécie de "aptidão" para experimentar, evidenciando-se o papel da arte para reconhecer em si mesmo o potencial criador – conforme desenvolvem-se técnicas. Analisando o impacto social do incentivo à arte, cultura e comunicação plurais, tanto no individual quanto no coletivo, em conjunto com a metodologia ativa de aprendizagem, é notório que ambos os sistemas constituem um excelente instrumento pedagógico – caracterizados pelo preceito de inserção do estudante como agente responsável pela sua aprendizagem.

Como as pesquisas se conectam ao ODS 19 e à Agenda 2030?

Pensando que as universidades são as principais produtoras de pesquisa e conhecimento no Brasil, cabe a elas gerar incentivo às pesquisas nas áreas de arte, cultura e comunicação. Tais pesquisas devem buscar pela compreensão de diálogos epistemológicos acerca da subordinação social e da subordinação linguística, vislumbrando suas relações dialógicas como produtoras de subjetividade e expressão, e a integração destes processos à modernidade pela indústria cultural. Podemos, assim, implementar inovações e entender das melhores maneiras possíveis as nuances populacionais, suas produções artísticas, culturais e comunicacionais. Além disso, é fundamental que se promovam pesquisas científicas envolvendo a dinâmica algorítmica das redes digitais (Big Data), buscando compreender seus modos de funcionamento, customização de informações e demais estratégias comunicacionais para garantir maior pluralidade de acesso a informações diversas por meio de mecanismos de monitoramento e identificação de checagem de notícias falsas (desinformação) e discursos de ódio.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 19?

Visando a conciliação entre ensino e extensão para implementação da Agenda 2030 na comunidade local, a universidade deve promover espaços de debate e de troca, bem como ser um ator de transformação social na área, tanto de forma prática quanto acadêmica. Portanto, é necessário articular e fomentar propostas de ação de extensão para viabilizar um espaço de desenvolvimento da noção da alteridade e a democratização do conhecimento e conseqüente compreensão da relevância dos ODS para o desenvolvimento pleno da comunidade.

Qual o papel da gestão em tratar o tema arte, cultura e comunicação como uma questão de educação?

Tendo em mente a perspectiva de que cultura, comunicação e arte atuam como base das relações interpessoais, influenciando e nortearo comportamentos na forma de se relacionar em nível pessoal, local, nacional e internacional, a gestão das áreas de conhecimento, empresariais, entre outras deve incentivar a subversão da ideia interligada entre tais conceitos e o academicismo, fazendo-os objeto de apreciação e reflexão. Sendo assim, é necessário que os níveis de



gestão educacionais promovam iniciativas que agreguem aos participantes novas percepções de mundo, conhecimento acerca das dinâmicas sociais e apreensões da realidade que os cerca.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 19? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- Como garantir a igualdade de acesso à informação para todas e todos?
- Quais grupos populacionais são mais vulneráveis à falta de acesso a espaços culturais e artísticos, e por quê?
- Quais grupos populacionais não possuem as mesmas oportunidades de promoção e reconhecimento artístico, e por quê?
- Há políticas que garantem a igualdade de oportunidade e acesso à arte, cultura e comunicação?
- Como assegurar, de fato, a pluralidade cultural, a democratização da arte e comunicação inclusiva para todas e todos?
- Como fortalecer o ecossistema cultural?
- Como favorecer políticas que promovam a economia criativa, em especial, para incentivar investimentos públicos e privados na criação de pontos de cultura nas diversas regiões do país?

Como a Agenda 2030 e o ODS 19 se relacionam com o Brasil?

Considerando a desigualdade racial um dos principais desafios globais que assolam diferentes países do mundo, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Quais suas falhas e potencialidades no contexto brasileiro?
- Como gênero, raça, sexualidade e idade transversalizam a arte, cultura e comunicação no Brasil?
- Como garantir, no contexto político e econômico brasileiro, uma mobilização significativa de recursos para implementar medidas que democratizem a informação de qualidade, espaços culturais e desenvolvimento artístico?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema arte, cultura e comunicação?

- Como a sua área do conhecimento pode contribuir para democratização da arte, na consolidação da comunicação pela paz e cultura da diversidade?
- Quais reflexões e pesquisas as diversas áreas de conhecimento realizam e podem realizar sobre essa temática?
- Como o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento pode auxiliar na busca por soluções para essa problemática?
- Quais outros saberes poderiam ser acessados para estabelecer este diálogo e estas conexões?
- Como o estudo das mídias pode contribuir para que a população tenha uma percepção mais acurada?
- Como esses saberes poderiam ser trabalhados em atividades de extensão e de pesquisa?



- Quais estratégias de política externa o Brasil pode adotar para, por meio da cooperação internacional, elevar suas capacidades de fomento cultural, artístico e comunicacional?
- Quais ferramentas de pesquisa podem ser utilizadas para compreender o impacto da democratização da arte, consolidação da comunicação para paz e cultura da diversidade?
- Como nossas pesquisas, em especial no âmbito da comunicação social, ciências sociais e artes (artes plásticas, música e dança) podem contribuir para a criação de políticas e estratégias de inclusão social?
- Quais medidas políticas, econômicas e sociais podem ser utilizadas para alcance do ODS 19?
- Como construir políticas públicas sustentáveis e efetivas no que se refere à arte, cultura e comunicação?
- Como as estratégias desenvolvidas em projetos de extensão e pesquisas universitárias pode chegar até as comunidades locais?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 19

- **ProArt: Projeto da Universidade de Brasília sobre Cultura Política e Comunicação na Agenda 2030**

O ProArt é um projeto de extensão que tem como objetivo viabilizar às instituições de ensino periféricas o acesso à discussão concernente à aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através da produção artística.

Saiba mais: [instagram.com/proart.ods](https://www.instagram.com/proart.ods)

- **O Samba na Cidade**

A Edição 2020 (virtual) do Encontro realizado pelo Núcleo Negro de Pesquisa e Extensão da Unesp, em parceria com a TV Unesp e o SESC, visou pensar a cidade e os territórios de prática do samba como espaços de relacionamento da comunidade, além de compreender o gênero como parte da cultura e identidade do povo negro.

Saiba mais: <https://bit.ly/33q13ke>



- **Ao Vivo e Em Cores - Educação Artística e Cultural**

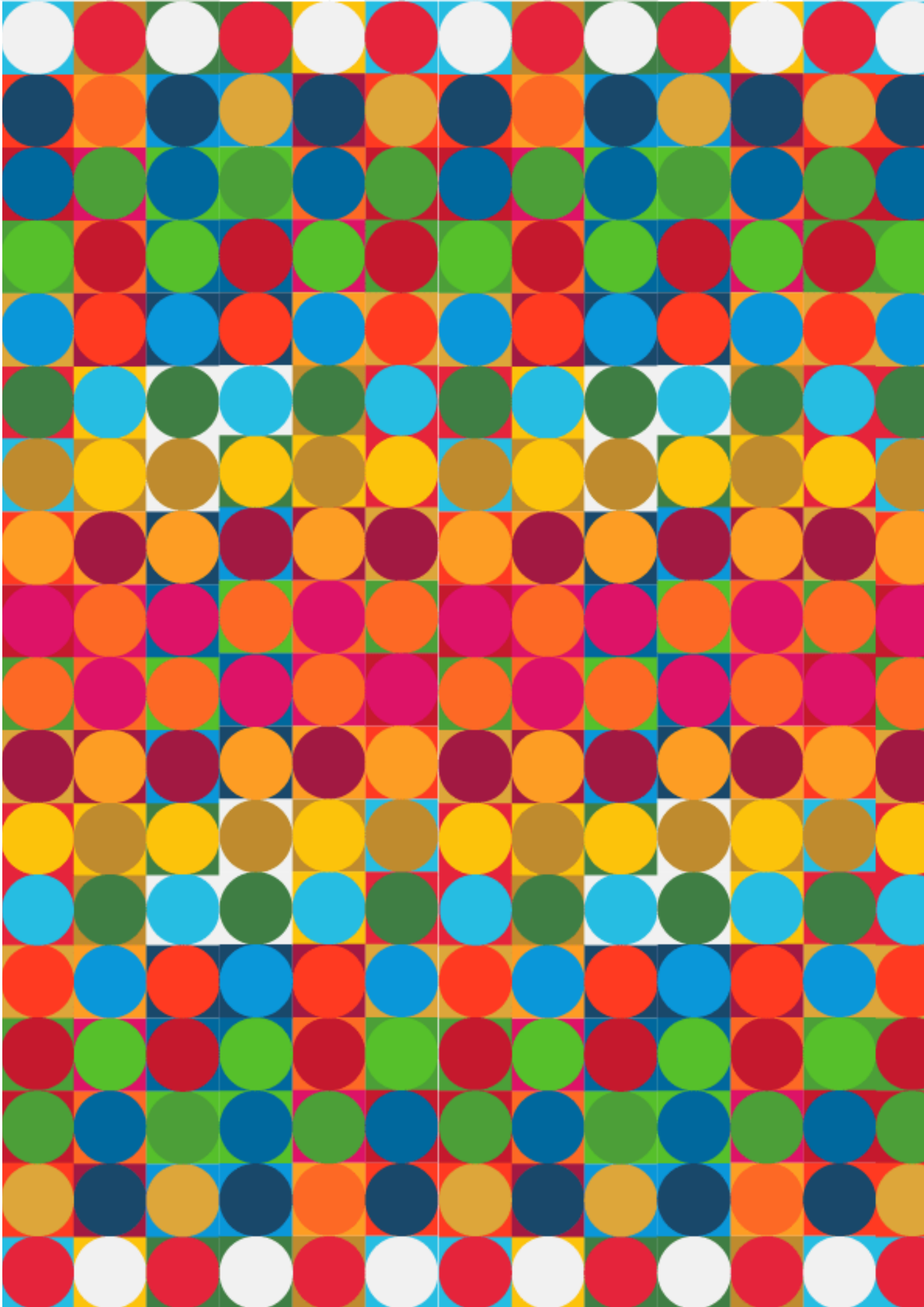
Projeto de extensão da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp em Bauru que busca a aproximação entre a universidade, a comunidade bauruense e o poder público, com o objetivo de pensar soluções culturais e artísticas para problemáticas sociais de grupos em situação de vulnerabilidade.

Saiba mais: <https://bit.ly/3fUkaO>

- **Rodas de Conversa da Agenda 2030 da Unesp em parceria com a TV Unesp**

Projeto desenvolvido pela FAAC da Unesp em Bauru com o objetivo de promover debates em modo virtual (online) a fim de disseminar a divulgação científica com o formato de entrevistas com especialistas em temáticas relacionadas com a Agenda 2030.

Saiba Mais: <https://bit.ly/37dTcHB>







ODS 20: Povos Originários e Comunidades Tradicionais

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 20 "Garantir os direitos e promover a cultura dos povos originários e comunidades tradicionais" está respaldado em marcadores internacionais tais como: a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas (1989), que estabeleceu o direito de povos tradicionais de participar na gestão e conservação de seus territórios, indenização e proteção contra despejo, além da compreensão das terras indígenas como toda a extensão ambiental das áreas ocupadas ou usadas pelos povos originários, obtendo direitos sociais, culturais e econômicos da terra; e A Declaração de Direitos dos Povos Indígenas da ONU (2007) que destacava o respeito a suas "estruturas sociais (...) suas culturas, tradições espirituais, histórias e filosofias e os "direitos inerentes aos povos indígenas (...) especialmente às suas terras, territórios e recursos". O ODS 20 visa colocar em evidência a necessária preservação cultural, incluindo a valorização da ancestralidade e do conhecimento tradicional, e a garantia de direitos de povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, geraizeiras, extrativistas, povos dos terreiros e povos da floresta e outros grupos populacionais auto identificados nestas categorias historicizantes .

Como o ODS 20 impacta na nossa vida cotidiana?

Os saberes dos povos originários e das comunidades tradicionais estão presentes na cultura da sociedade brasileira e fazem parte do nosso cotidiano, apesar da falta de reconhecimento e de valorização destes conhecimentos. Em contraposição ao que seria mais coerente, a garantia dos direitos destes grupos humanos tem sido negligenciada pelas sociedades e pelo poder público. Neste sentido, sofrem processos de violência estrutural e cultural contra suas culturas e contra seus territórios. São comuns as invasões de territórios, recuos e bloqueios de processos de demarcação de terras, a contaminação dos recursos hídricos, o racismo, a pobreza por falta de atendimento público e os assassinatos contra integrantes destes povos. Ademais é importante o enfrentamento às violências de maneira multidimensional, fomentando debates sobre a problemática e pensando-se soluções para que esses cidadãos tenham seus direitos respeitados pela sociedade e garantidos pelo Estado. Por fim, os povos indígenas e as comunidades tradicionais, tão forte sua relação sustentável com o meio ambiente e tão baixo seu impacto antrópico, chegam a ser denominados "guardiões das florestas". Com isso, justifica-se plenamente a defesa de que os povos originários (indígenas) e as comunidades tradicionais tenham suas culturas e conhecimentos valorizados e recebam toda a garantia para suas vidas e manutenção de seus territórios.

No caso do Brasil, vale menção que apenas em 2002 foi aprovado o Decreto Legislativo nº 34/93, que sancionou o texto da Convenção nº 169, após muita resistência. Em 2007, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), coordenada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República. Nela, os povos tradicionais se reconhecem como culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social e que ocupam territórios e recursos naturais como forma de reproduzir sua cultura, religião, ancestralidade e modo de viver tradicionais, como por exemplo quilombolas, ribeirinhos, ciganos, sertanejos, marisqueiros, pescadores artesanais, dentre outros. O decreto n. 6.040, que instituiu essa política, também foi fundamental por estabelecer que territórios tradicionais são aqueles necessários para a reprodução cultural, social e econômica dos povos tradicionais, independentemente de serem utilizados de forma permanente ou temporária.



Qual a visão de futuro que o ODS 20 nos apresentaria?

- Valorização da ancestralidade, da cultura e do conhecimento tradicional do Brasil, inclusive mediante matérias para circularem em âmbito nacional e nas escolas.
- Garantir o cumprimento da lei 10.639, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, tanto de rede pública quanto privada, do ensino fundamental ao médio.
- Promover a participação de representantes dos povos originários e comunidades tradicionais nos conselhos e comissões de políticas públicas, sempre privilegiando-se estruturas anteriores de formação para que haja maior representatividade com qualidade nos debates.
- Defender as demarcações de terra dos povos originários e comunidades tradicionais para além da temporalidade e do corte constitucional, impelindo o Estado a ser um real mediador e defensor dos justos estudos antropológicos e mais rápidos fluxos jurídico-demarcatórios, tanto para indígenas quanto para as diversas categorias de comunidades tradicionais que tenham histórica e comprovada relação ancestral com a territorialidade em estudo.
- Garantir o direito à consulta prévia dos povos originários e comunidades tradicionais quanto a qualquer ação que possa ser planejada ou passando pelos territórios tomados como tradicionais.
- Fortalecer a rede de articulação dos povos e comunidades tradicionais e o banco de dados das organizações, incentivando organizações sociais (não político-partidárias e não religiosas), o poder público em todos seus níveis e as universidades (públicas e privadas) na promoção do diálogo antropológicamente adequado com estes povos e comunidades;
- Divulgar as legislações que dizem respeito aos povos tradicionais, inclusive por meio de linguagem mais direta e acessível. Exemplos clássicos são as comunicações das políticas públicas de saúde e de assistência social, que carecem de ter linguagem apropriada para cada comunidade, de acordo com suas matrizes culturais e até mesmo culturas linguísticas;
- Combater o racismo estrutural, com o fortalecimento dos diálogos sobre direitos e políticas públicas dentro das comunidades. Com isso, melhor instrumentalizando os seus representantes, o racismo estrutural nas arenas de debates tende a ser reduzido;
- Investir em pesquisas e ações para o diagnóstico socioeconômico e cultural dos povos tradicionais, incentivar as universidades de modo geral ao protagonismo da ação científica em bases éticas e antropológicamente sustentáveis;
- Fortalecer políticas de desenvolvimento ambiental, reconhecendo o impacto que as atividades econômicas de mineração e do agronegócio têm sobre os territórios tradicionais; exercer maior controle sobre seus impactos diretos e reflexos sobre os diversos ecossistemas. É importante destacar que, no Brasil, embora atacadas e invadidas, as áreas demarcadas para povos indígenas e comunidades quilombolas são as de maior preservação;
- Defender o direito à manifestação religiosa, combatendo a intolerância, por sua vez pautada sobre a violência cultural latente, sobre o etnocentrismo e,



por vezes, culminando na transposição destes sobre campos das políticas públicas;

- Valorizar as ciências e saberes originários, como epistemologias e ontologias igualmente importantes, verdadeiras e eficazes; inclusive garantindo o retorno aos povos originários de toda utilização de seus conhecimentos ao longo dos séculos em que saberes foram apropriados e, em alguns casos, negligenciados;
- Estabelecer políticas de saúde específicas para os contextos dos povos tradicionais. Inclusive, destaca-se a proteção prioritária, o controle social pleno sobre estas políticas e olhares científicos sobre processos de comunicação mais adequados para a melhor comunicação acerca das doenças e sobre as políticas públicas de saúde.

Qual a ciência por trás da garantia dos direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais?

O conhecimento tradicional é a tipologia que congrega os saberes dos povos originários e das comunidades tradicionais, sendo essencial para que haja a produção do desenvolvimento humano em todos os níveis, do etno desenvolvimento até a perspectiva dos indicadores sociais mais amplos como o IDH. Entende-se a importância da condução de diálogos não etnocêntricos entre os conhecimentos científicos, tradicionais e mesmo religiosos. Assim, quando colocamos o ODS 20 em análise, as ciências humanas e sociais apresentam grande importância para seu alcance, desenvolvendo estudos sobre culturas, direito dos povos e comunidades tradicionais, levantamento de dados socioeconômicos, questões territoriais e históricas, combate ao racismo, dentre outros. Além disso, as ciências naturais são fundamentais tanto no reconhecimento da grande e contínua contribuição dos saberes tradicionais, como na articulação de estudos e estratégias de preservação ambiental e, conseqüentemente, dos territórios das comunidades.

Como o ensino poderia lidar com a questão do apoio aos povos originários e comunidades tradicionais?

O ensino nas universidades pode ser um grande aliado na defesa dos direitos dos povos originários e das comunidades tradicionais e a educação crítica e socioambiental indispensável a formação de profissionais mais plenos e pautados na sustentabilidade. Para isso, é necessário a valorização das ciências e culturas ancestrais no ambiente acadêmico, inclusive por meio do reconhecimento e divulgação dos intelectuais membros de comunidades tradicionais, trazendo currículos mais diversificados, que contemplem os diferentes saberes, ontologias e cosmovisões. Além disso, promover a inclusão e o acolhimento de estudantes indígenas, quilombolas e de outros povos tradicionais no ambiente de ensino, e garantir políticas afirmativas de ingresso tanto nas universidades quanto em processos seletivos institucionais, além de combater o racismo e divulgar os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais também são pilares importantes para um ensino decolonial e inclusivo.



Como as pesquisas se conectam ao ODS 20 e à Agenda 2030?

As pesquisas são importantes meios para a construção de uma sociedade mais justa, que garanta os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais, inclusive conseguindo estabelecer ligações de sustentação e orientação entre a história vivida e as perspectivas futuras, tanto para a sociedade de modo geral, quanto em específico para estes povos e comunidades. Para tanto, o apoio às pesquisas realizadas diretamente pelos povos tradicionais é fundamental para promover e respeitar os saberes ancestrais e, a partir delas, promover e valorizar as culturas tradicionais, demonstrando a importância de sua proteção. Também é necessário esforço no levantamento de dados socioeconômicos das comunidades tradicionais, que muitas vezes são vítimas das subnotificações. Pesquisas propositivas, que explorem os impactos das transformações de políticas públicas e posicionamentos do Estado e de seus governos ao longo da história; sobre a regulamentação e defesa dos direitos dos povos tradicionais e de seus territórios; sobre experiências e articulações de saberes; e ainda sobre processos de gestão social e economias solidárias locais, sempre pautadas sobre o respeito ao particularismo histórico são essenciais para o embasamento de políticas públicas. Outrossim, pesquisas voltadas a melhor compreensão do *modus vivendi* de indígenas e de comunidades tradicionais, bem como acerca da preservação ambiental e da proteção social das comunidades tradicionais podem contribuir para a demarcação e proteção dos territórios.

Como a extensão universitária pode contribuir para o alcance do ODS 20?

A atuação interseccional, multicultural, inclusiva e não etnocêntrica da extensão universitária é terreno fértil para o alcance do ODS 20. Estabelecer cotas que garantam a participação de povos tradicionais nos programas de extensão é o primeiro passo para a defesa dos direitos das comunidades tradicionais, além da adoção de políticas de combate ao racismo e de acolhimento e respeito às culturas dos estudantes. A extensão universitária é capaz também de divulgar não só na universidade, como também para a comunidade, as culturas e direitos dos povos tradicionais em toda sua pluralidade, combatendo o preconceito e a desinformação, pela promoção de eventos e realização de ações em parceria com comunidades tradicionais. O desenvolvimento de projetos que visem saúde de qualidade, suporte jurídico, educação e infraestrutura para os povos tradicionais também podem ser grandes impulsionadores do ODS 20.

Qual o papel da gestão em tratar o tema dos direitos dos Povos Originários e Comunidade Tradicionais como uma questão de educação?

A gestão universitária, educacional de modo geral e pública deve estabelecer bases de uma educação inclusiva para além das cotas já garantidas em lei. As ações da gestão devem ter como foco ações que visem fortalecer os direitos e a cultura dos povos tradicionais no território universitário, estabelecendo políticas e diretorias de acolhimento, suporte e defesa desses grupos sociais. Além disso, estabelecer um ambiente seguro e plural para esses alunos é fundamental, combatendo o racismo dentro dos campi e promovendo a diversidade e inclusão racial em todos os ambientes.



A gestão educacional deve considerar em seus programas e planejamentos a defesa dos direitos das comunidades tradicionais, comprometendo-se em suas ações, pesquisas e práticas de ensino a alcançar o ODS 20.

Você sabia que seu trabalho em educação pode ajudar com as questões do ODS 20? Procure refletir e propor ações sobre os seguintes pontos:

- Quem são os povos originários e as comunidades tradicionais de sua região?
- Como se deu a história da ocupação colonial no lugar no qual você vive? Quais dados históricos sobre os povos originários e comunidades tradicionais que aí habitam ou habitavam estão disponíveis? Quais as histórias desses povos e como ajudar a preservá-las?
- Qual a importância desses povos para a cultura e a ciência de nosso país?
- Qual a relação entre a cultura e sobrevivência dessas comunidades tradicionais e povos originários e seus territórios ancestrais? Por que a demarcação de seus territórios é um tema complexo no nosso país?
- Quais são os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais previstos pela Lei? Quais desses direitos não estão sendo garantidos?
- Qual a importância da demarcação dos territórios de povos tradicionais para o alcance do ODS 20? E para o Brasil como um todo?
- Quais políticas públicas de promoção da igualdade racial existem atualmente? E de proteção dos povos tradicionais? Quais logram sucesso em sua implementação? Quais são os desafios que enfrentamos em implementá-las?
- Os dados socioeconômicos desses povos são acessíveis e transparentes?
- Os agentes públicos do executivo e defensores públicos da União são capacitados para defender os direitos desses povos?
- Quais lideranças de povos tradicionais você conhece? Como valorizar as ciências produzidas por essas lideranças?
- Quais conhecimentos dos povos tradicionais estão presentes na sua área de atuação?
- Como trabalhar para valorizar, com igualdade, as ciências e saberes indígenas?
- Como realizar o retorno e reconhecimento dos conhecimentos indígenas apropriados ao longo da história pela ciência ocidental?

Como a Agenda 2030 e o ODS 20 se relacionam com o Brasil?

Considerando a garantia do direito de povos originários e comunidades tradicionais como uma questão desafiadora para o mundo de diferentes formas, poderíamos tornar a educação uma força de transformação, particularmente refletindo e agindo sobre:

- Como os povos e comunidades tradicionais são recebidos pela sociedade e Estado no Brasil?
- Qual o histórico de conflito por terras e violência contra comunidades tradicionais no país?
- Quais órgãos e ações públicas atuam de forma eficiente em prol da defesa dos direitos das comunidades tradicionais?
- Como os impactos ambientais das atividades econômicas do Brasil afetam os territórios tradicionais?



- Quais políticas públicas de valorização da cultura dos povos tradicionais e combate ao racismo existem no país?
- Quais Planos Nacionais existem atualmente para a defesa dos direitos dos povos originários e tradicionais?
- Qual a situação do direito às manifestações religiosas e acesso à saúde para os povos tradicionais no Brasil?

Você sabia que podemos construir diálogos e estabelecer conexões entre diferentes campos de atuação e o tema dos direitos dos Povos Originários e das Comunidades Tradicionais?

Como sua área pode contribuir para a valorização das culturas e ciências dos povos originários e comunidades tradicionais?

- Que políticas a universidade pode adotar para garantir inclusão, representatividade e acolhimento dos estudantes que fazem parte dos povos tradicionais?
- Como garantir a permanência e inclusão de estudantes indígenas na universidade e em seus projetos? Como garantir a inclusão de pesquisadores/as de povos tradicionais em mestrados, doutorados e em processos seletivos para docência?
- Como é possível tratar a ciência ocidental sem invalidar as experiências e conhecimentos dos povos tradicionais?
- Como a universidade pode contribuir no levantamento de dados sobre os povos originários e comunidades tradicionais?
- Que medidas de defesa e divulgação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais podem ser adotadas dentro e fora da universidade?
- Como a universidade pode contribuir no combate ao racismo no Brasil?

BOAS PRÁTICAS ALINHADAS AO ODS 20

- **Projeto Raízes**

Programa organizado no âmbito da Universidade de Brasília (UnB) que realiza tutoria e acolhimento de estudantes indígenas, quilombolas e estrangeiros.

Saiba mais: <https://bit.ly/37dU4vR>

- **Voz Indígena**

Podcast de alunos indígenas da Universidade de Brasília (UnB), que visa promover o trabalho, conhecimento e cultura indígena.

Saiba mais: <https://spoti.fi/3lfwFPR> e <https://bit.ly/39kH5eH>



- **Projeto Pindorama**

Programa da PUC-SP que oferece bolsas de estudo para indígenas.

Saiba mais: <https://bit.ly/3q6rMfx>

- **Rede Internacional de Pesquisadores(as) sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais - RedeCT**

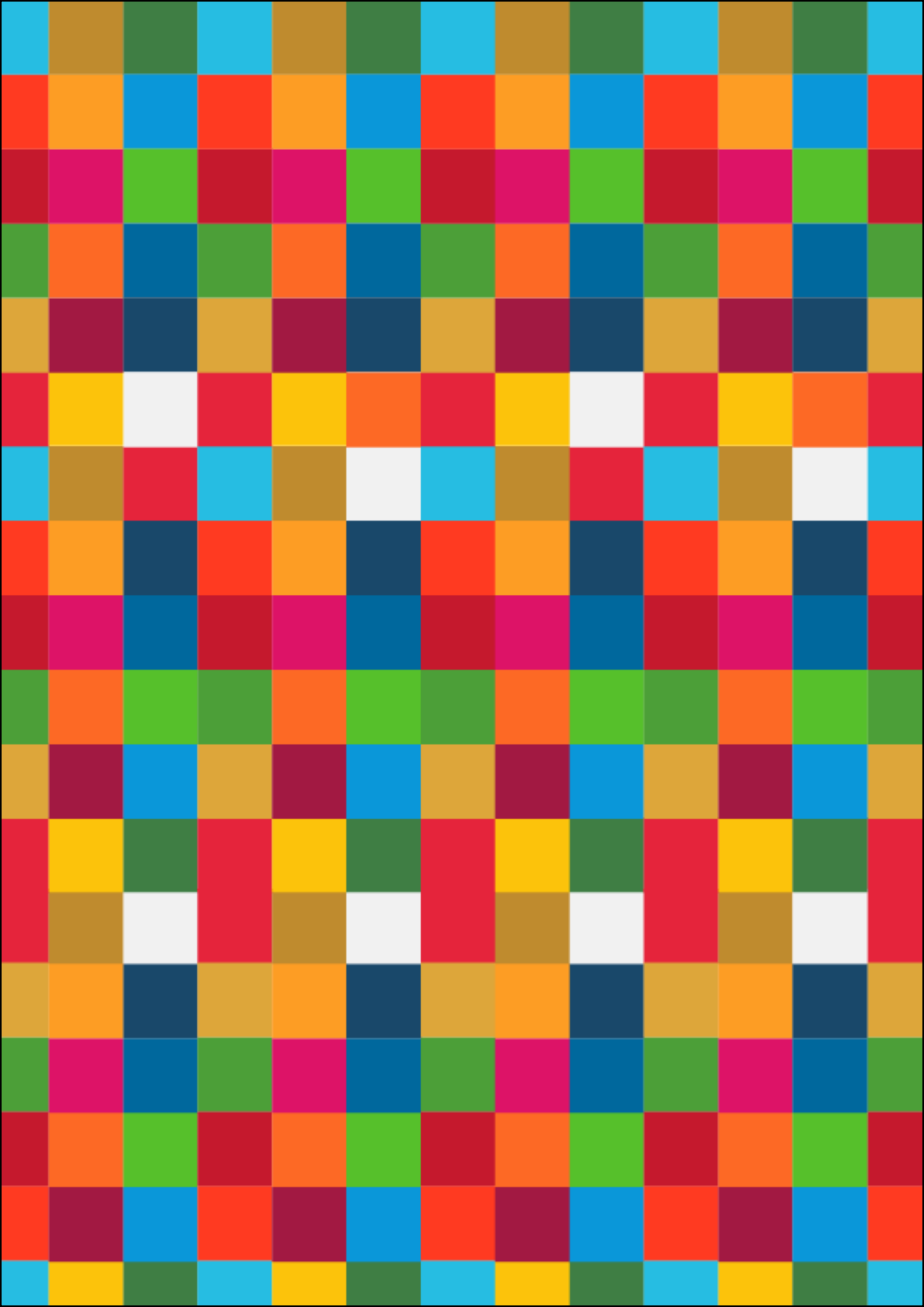
Iniciativa do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (GEDGS) da Unesp, campus de Tupã, visando articular o diálogo sobre metodologias, procedimentos éticos, antropológicos para pesquisas científicas, iniciativas de ensino e de extensão, bem como eventos científicos voltados a sensibilização e a visibilização de violências e fomento a políticas públicas que beneficiem comunidades tradicionais e povos indígenas.

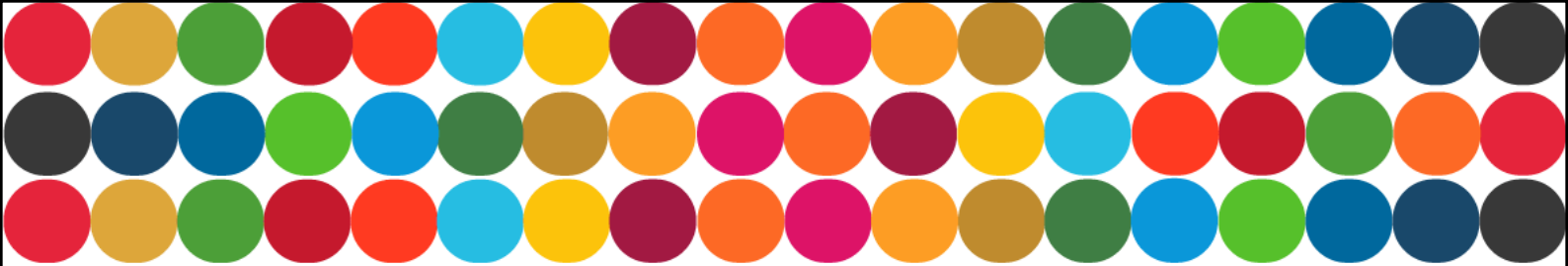
Saiba mais: <https://bit.ly/2V6Dd80>

- **Apropriação Tecnológica por Povos Tradicionais**

Projeto realizado por alunos da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Câmpus de Presidente Prudente (Unesp), com o objetivo de implementar tecnologias desenvolvidas em conjunto com povos e comunidades tradicionais.

Saiba mais: <https://bit.ly/2J6DdDv>





Guia

Agenda 2030

Fomento:

convênio
unesp 

Realização:



A UnB quem faz
é a gente



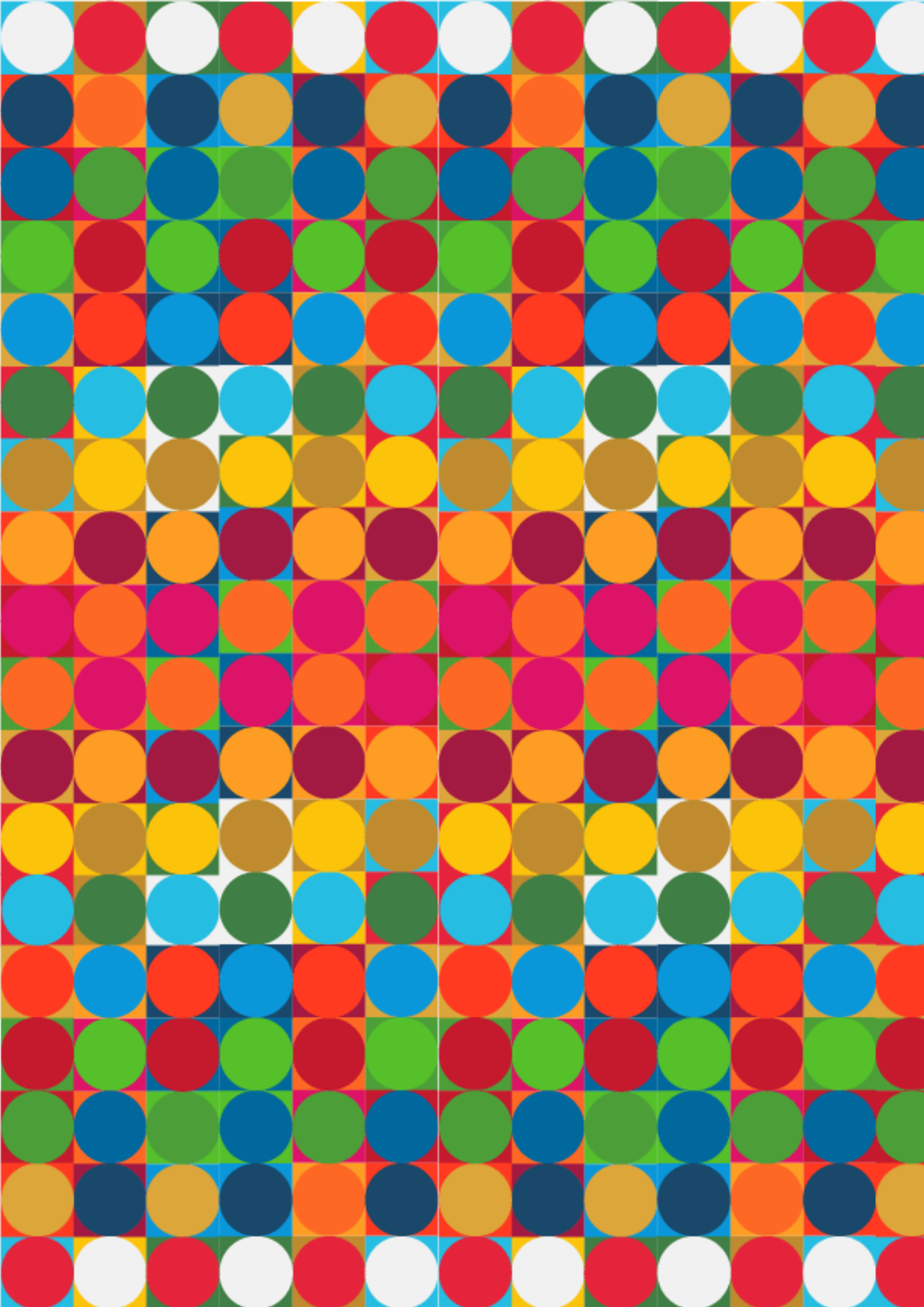
unesp 

Agenda 2030:



Projeto Gráfico:







ISBN: 978-65-00-14287-7



CSL

9 786500 142877